

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

JANAINA JÁCOME DOS SANTOS

**Trabalho e Trabalhadores rurais: memórias e experiências**  
**Patrocínio/MG. 1970-2008**

UBERLÂNDIA

2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

JANAINA JÁCOME DOS SANTOS

**Trabalho e Trabalhadores rurais: memórias e experiências**  
**Patrocínio/MG. 1970-2008**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para obtenção do título de Mestre em História

Área de concentração: História Social

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Célia Rocha Calvo.

UBERLÂNDIA

2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

JANAINA JÁCOME DOS SANTOS

**Trabalho e Trabalhadores rurais: memórias e experiências**  
**Patrocínio/MG. 1973-2008**

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Célia Rocha Calvo (Orientadora/UFU)

---

Prof. Dr. Sergio Paulo Moraes (UFU)

---

Prof. Dr. Paulo Cesar Inácio (UFG)

Uberlândia: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

Resultado: \_\_\_\_\_

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

- 237t S Santos, Janaina Jácome dos, 1982-  
Trabalho e trabalhadores rurais : memórias e experiência.  
Patrocínio/MG. 1970-2008. / Janaina Jácome dos Santos. - 2010.  
115 f. : il.
- Orientadora: Célia Rocha Calvo.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História.  
Inclui bibliografia.
1. História social - Teses. 2. Trabalhadores rurais - Patrocínio (MG) - História - Teses. 3. Patrocínio (MG) - História - Teses. 4. Trabalhadores rurais - Aspectos sociais - Minas Gerais - Teses. I. Calvo, Célia Rocha. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

---

CDU: 930.2:316

### **Dedicatória**

A minha mãe Maria  
Joana, porque sem ela isto  
tudo seria impossível.

## **Agradecimentos**

Para que este trabalho fosse construído foi preciso a participação de muitas pessoas, citar seus nomes é apenas um pouco que posso fazer no sentido de agradecê-las. A escrita da dissertação foi muito trabalhosa e ao mesmo tempo prazerosa, quero deixar aqui os meus mais sinceros agradecimentos para todos aqueles que participaram direta ou indiretamente deste trabalho.

Primeiramente quero agradecer a minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Célia Rocha Calvo, que sempre esteve presente em todos os momentos. Foi através das suas palavras que conseguir seguir firme e passar por mais uma etapa na vida. Muito obrigada por entender as minhas dificuldades, por estar comigo nos momentos de desespero, pela sua dedicação e paciência. Enfim, essa vitória é nossa.

A todos os professores da pós-graduação, e em especial as professoras Regina Ilka e Marta Emísia que através das suas indagações na banca de qualificação que me fizeram refletir o trabalho, dando-lhe o caráter de dissertação final. Aos professores Sergio Paulo e Paulo Cesar por aceitarem o convite para a participação da banca examinadora final.

Aos meus colegas de mestrado, pessoas com quem pude conversar e dividir anseios, expectativas, sonhos... As amigas Juliana e Osvanes que se dedicaram a ler meu texto final fazendo alguns apontamentos. E faço um agradecimento especial à amiga Maria que prontamente aceitou fazer as correções ortográficas, num prazo curto de tempo.

A todos os entrevistados que gentilmente responderam minhas perguntas, e porque sem eles este trabalho seria impossível de acontecer.

A Capes porque sem o seu financiamento seria impossível a conclusão desta dissertação.

A todos da minha família, em especial minha mãe Maria Joana que esteve sempre comigo nos vários momentos de desespero, aflição, ansiedade e nunca desistiu de mim. Ela sempre me apoiou, e me ajudava a levantar quando estava caída.

O meu marido que nunca reclamou uma só vez das noites que passou sozinho, ou mesmo do meu mau humor no outro dia, pela noite mal dormida. Em todos os

momentos, desde as entrevistas até a escrita final estive comigo, me apoiando e dando forças para continuar andando.

Mas agradeço principalmente a Deus porque sem a sua presença a me guiar não seria possível a conclusão desse trabalho.

Enfim, a todos que torceram por mim, muito obrigada!

## RESUMO

O presente texto procura refletir sobre as práticas sociais dos trabalhadores rurais que residem na cidade de Patrocínio no estado de Minas Gerais. Procuro pensar significativamente a categoria de trabalhador temporário, pois há uma forte presença destes na cidade. Muitos saem de suas cidades de origem em busca de trabalho em outras regiões do Brasil, o migrar é algo que vem acontecendo em todo o território brasileiro e em especial nas regiões que possuem a economia voltada para o setor agrícola. As safras consideradas sazonais são as que mais atraem esses trabalhadores, em Patrocínio o modo de produção predominante é o café. A cafeicultura teve início na década de 1970 emprega uma grande quantidade de trabalhadores rurais, com base nesses dados elegemos essa década para iniciarmos também a minha pesquisa, assim o período de abrangência é de 1973 até o ano de 2008. Nesse espaço temporal busco analisar e compreender as vivências dos trabalhadores dentro do social, refletindo através das suas experiências trazidas nas suas entrevistas. A memória é percebida aqui como algo construído dentro do processo histórico vivido, assim as falas são elaboradas a partir de um ponto em comum que é o social, entendido como um ambiente entrecruzado por lutas e conflitos entre os sujeitos que o constituem. Trago como fonte não somente a oralidade, mas também escritas, utilizamos o Jornal de Patrocínio, informativos da Acarpa – Associação dos cafeicultores de Patrocínio, informativos e manuais do Ninter - Núcleo de Intersindical de Conciliação Trabalhista, como dados e informações advindas da Prefeitura Municipal de Patrocínio. Trazemos a dissertação como a reflexão escrita das práticas sociais dos trabalhadores rurais em Patrocínio.

**Palavra chave:** Trabalhadores Rurais; Relações sociais; Memória e História; Cafeicultura.



## ABSTRACT

This paper reflects on the social practices of rural workers living in the city of Patrocínio in the state of Minas Gerais. Looking think a significant category of temporary worker because there is a strong presence at the city. Many leave their hometowns to find work in other regions of Brazil, the move is something that is happening in all of Brazil and especially in regions with the economy facing the agricultural sector. The crops considered are the seasonal attract more such workers in the Patrocínio predominant mode of production is coffee. The coffee began in the 1970s, employs a large number of rural workers, based on these data we elected to begin this decade also to my research, so the period of coverage is from 1973 until the year 2008. In this timeline I try to analyze and understand the experiences of workers within the social, reflecting through their experiences gathered in their interviews. The memory is perceived here as something built into the living historical process, so the lines are drawn from a common point that is social, as an environment crisscrossed by struggles and conflicts among the people who constitute it. I bring as a source not only oral but also written, use the Journal of Patrocínio, informational Acarpa - Association of Coffee Growers of Patrocínio, newsletters and manuals on the Nintendo - Center for Inter-Labor Conciliation, such as data and information coming from City Hall Patrocínio. We bring the dissertation as a written reflection of the social practices of rural workers in Patrocínio.

**Keyword:** Rural Workers, Social, Memory and History; Cafeicultura.

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>09</b>
<b>Capítulo I - Trabalho e trabalhadores: desvendando caminhos.....</b>	<b>27</b>
<b>Capítulo II -Memória e história: as trajetórias dos trabalhadores rurais .....</b>	<b>52</b>
<b>Capítulo III – Entre viver e trabalhar: os trabalhadores rurais na cidade .....</b>	<b>80</b>
<b>Considerações finais .....</b>	<b>103</b>
<b>Fontes.....</b>	<b>106</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>110</b>

## Introdução

Quando comecei a trabalhar o tema “trabalhadores rurais” tinha a intenção de perceber essas pessoas dentro de um espaço de tempo, contudo não imaginava que outros fatores entrariam em jogo e que fosse preciso abordar outros aspectos acerca dos modos de viver destes trabalhadores. Há algum tempo tenho contato com a cidade de Patrocínio, pois todos os meus familiares tanto paternos como maternos são naturais desse lugar e quando criança sempre viajei para lá.

Patrocínio é apresentada pelos seus moradores como um lugar de terra fértil, como um dos maiores produtores de café da região do Alto Paranaíba, o que gera lucratividade, movimento, comercialização e principalmente emprego. Mas, algo me intrigava, quem eram as pessoas que constituíam esse “fenômeno”? Onde estavam? Como se chamavam? Como experimentavam esse movimento? Quem eram os verdadeiros responsáveis por tanta produtividade? Sabia da presença de muitos produtores de café, mas quem eram os outros que estavam inseridos nessa relação? No início desta pesquisa muitas eram as questões em aberto e poucas as repostas. Ao longo da investigação percebi que algumas foram respondidas, outras não, e novas problemáticas foram criadas.

Quando visitávamos Patrocínio, eu e meus pais, a cidade não era como hoje, 2009, um lugar movimentado, mas sim uma cidade pacata do interior de Minas, com poucos moradores no meio urbano e outros tantos no meio rural. Mas, com a chegada cada vez mais intensa de empresários voltados para o agronegócio e de trabalhadores de outras regiões a cidade foi se transformando. E foi essa movimentação que me chamou a atenção, levando-me a elaborar um projeto para mestrado.

Em minhas visitas ouvia dizer que a cidade estava se modificando com a chegada dos bóias-frias e que Patrocínio não era mais o mesmo. Mas quem era o bóia-fria<sup>1</sup> de

---

<sup>1</sup> O termo bóia-fria representa um sujeito que trabalha no campo e não se alimenta de comida quente, para os pesquisadores Gonzáles e Bastos essa terminologia muda dependendo da região em que estes trabalhadores são contratados temporariamente, assim no Paraná eram chamados de bóias-frias, em São Paulo de pau-de-arara e como clandestino em Pernambuco. No início dos anos de 1970 o município de Patrocínio recebia trabalhadores principalmente da região do Paraná, assim a denominação que se tinha lá permaneceu na região. Mas, o surgimento dessa categoria de trabalho aconteceu por volta do ano 1960 onde eram denominados de trabalhadores volantes, assim segundo estes mesmos autores esse trabalhador é caracterizado por residir “fora das fazendas, em geral nas periferias das cidades e vilas, e que se desloca

que todos falavam? Assim partiu a minha pesquisa e foi exatamente nesse ponto que se separou a pesquisadora do visitante familiar. Veio então uma primeira pesquisa, a monografia<sup>2</sup> dentro do curso de História, naquele momento eu estava preocupada em perceber quem eram esses trabalhadores chamados de bóias-frias, então passei a conhecê-los e a criar uma relação de amizade.

No início o que procurava eram somente aqueles trabalhadores que vivenciavam o processo migratório, isso mudou ao longo da pesquisa, mas o tema trabalhadores se manteve. Lidar com uma variedade de experiências sociais era algo que estava fazendo desde o trabalho monográfico, mas no momento da monografia somente me interessava pela sua forma de trabalhar, não foi abordado os modos de vida. A partir do momento que as ideias foram amadurecendo e ao tomar contato com as fontes percebi que muito pouco foi tratado na monografia e era preciso ir além, precisava refletir sobre quem eram eles, compreender as relações que permeiam o modo de vida destes sujeitos. Um grupo que inicialmente parecia homogêneo foi se revelando, demonstrando as suas diferentes faces: a região recebia trabalhadores de outros estados, de outras cidades, trabalhadores com experiência no campo e outros somente na cidade. É uma diversidade<sup>3</sup> que tem no seu modo de vida algo que os une, o trabalho no campo, são, portanto trabalhadores rurais.

Assim chegamos aos trabalhadores rurais da cafeicultura no município de Patrocínio em Minas Gerais, do período de 1970 a 2008. Chegamos a essas datas a partir de uma pesquisa na fonte do jornal e de algumas entrevistas realizadas com trabalhadores e não excluimos o ano de 2008 porque foi o ano que realizamos as entrevista e devido o próprio entrevistado trazer em sua fala referencia desse momento.

---

continuamente para executar tarefas em regime de empreitada, nas áreas rurais”. GONZALES, Elbio N. BASTOS, Maria Inês. O trabalho volante na agricultura brasileira. In: *Capital e Trabalho no campo: Estudos sobre bóias-frias, acumulação capitalista, salário e trabalho feminino*. 2. ed. Huitec. Coleção Estudos Brasileiros 7. 1979. Pp. 25.

<sup>2</sup> SANTOS, Janaina Jácome. *Vida e Trabalho na Cafeicultura no município de Patrocínio*. Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2005.

<sup>3</sup> Segundo Gonzáles e Bastos o trabalhador rural que atua nas áreas de plantações sazonais pode ser dividido em duas categorias “urbana” e “itinerante”. O primeiro designa aqueles trabalhadores que moram na cidade, mas que trabalham no campo, sendo que esse regime de trabalho pode ser sazonal ou não e o segundo aqueles que buscam trabalho de uma fazenda a outra, ou seja, não têm lugar fixo e são caracterizados por seu movimento de vai e vem. GONZALES, Elbio N. BASTOS, Maria Inês. O trabalho volante na agricultura brasileira. In: *Capital e Trabalho no campo: Estudos sobre bóias-frias, acumulação capitalista, salário e trabalho feminino*. 2. ed. Huitec. Coleção Estudos Brasileiros 7. 1979. Em Patrocínio encontramos essas e outras categorias, portanto escolhemos não tipificá-los em categorias definidas, pois dessa forma estaríamos homogeneizando e ignorando as diferenças que não é nosso objetivo. Assim, além de vermos essas duas categorias procuramos percebê-los na sua individualidade.

O caminho para a pesquisa não foi algo que fluiu tranquilamente, mas ao contrário foi um caminho difícil, era preciso conhecer os moradores da cidade, pois são eles que a constituem. Era necessário visitar bairros, ganhar a confiança de quem nem conhecia, ler e reler jornais e publicações diversas, gravar entrevistas e relacionar esses registros que trazem as evidências sobre o fazer-se da cidade para tecer um trabalho de mestrado, procurando compreender as relações sociais que a compõem.

Nesse social encontrei uma vida pulsante, que se transforma, se molda, se exclui. São, as pessoas que trazem esse pulsar para o social, sem elas a cidade seria somente um amontoado de madeira, pedra e cimento. Meu objetivo é procurar entender essas relações que as pessoas traçam no social, os modos de viver dos trabalhadores rurais em seus múltiplos sentidos, sendo estes naturais ou não do município.

Porque a escolha de Patrocínio? Entre tantas cidades do estado de Minas Gerais porque esta? Primeiramente por uma questão afetiva, minha família tanto paterna como materna é natural dessa cidade e também porque tinha um interesse em conhecer quem eram as pessoas chamadas de bóias-frias, esse nome não esclarecia quem realmente eram.

Patrocínio é uma cidade do interior de Minas Gerais localizada na região do Alto Paranaíba e produtora de café. A introdução da cafeicultura teve início por volta da década de 1970 com um plano<sup>4</sup> de incentivo do Governo Federal que procurava desenvolver o potencial produtivo no interior de alguns municípios e Patrocínio foi escolhida. Durante a década de 1970 muitos empresários ligados ao meio rural procuraram terras baratas para comprar nesta região, sendo que os primeiros beneficiários com plano foram os paulistas e paranaenses que são tratados como “pioneiros”. Mas para que se haja plantação e produção de café, é mão-de-obra, os trabalhadores da cafeicultura. São esses sujeitos que irão lidar diretamente com a terra e que também vêm no mesmo momento, mas porque eles não ganham destaque ou mesmo são tão conhecidos como os “pioneiros”? Porque essa diferenciação? Para entender esse ocultamento fomos até as fontes.

Primeiramente às fontes escritas procurando responder tal indagação e para nossa surpresa não havia presença destes trabalhadores nelas, mas encontramos os valores dos

---

<sup>4</sup> Plano de Renovação e Revigoração de cafezais elaborado pelo Governo Federal que tinha a intenção de renovar o potencial produtivo do interior de Minas Gerais, as cidade de Patrocínio e Araguari tiveram esse “incentivo”. Para outros esclarecimentos ver: NETO, Wenceslau Gonçalves. *Agricultura e Política Agrícola na década de 70: A cafeicultura em Araguari, MG*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 1983.

donos da terra. Para analisar as fontes escritas foi preciso interrogar os silêncios deixados pelos seus escritores, percebendo que mesmo não estando presentes nesses registros estes trabalhadores estavam na cidade, nas ruas, praças e avenidas, nos pontos de ônibus, na rodoviária, na vida da cidade. Por mais que a presença dos trabalhadores não aparecesse nas fontes escritas eles se faziam presentes na cidade.

Muitos historiadores me auxiliaram a refletir sobre os silêncios presente nas fontes de pesquisa. A reflexão das historiadoras Fenelon, Cruz e Peixoto<sup>5</sup> sobre a natureza das fontes demonstra que elas não são neutras, mas que no momento em que foram produzidas tinha uma determinada razão. A fonte para o historiador é um terreno múltiplo a ser enfrentado com obstáculos e lacunas a serem preenchidas. Foi a partir de discussões trazidas por estas historiadoras que notei que era necessário ler nas entrelinhas de cada fonte, trazer para o campo da pesquisa quem produziu tal dado ou como foi feito e em qual circunstância, levando em consideração que elas possuem um sentido de registro de uma determinada classe e tempo histórico. Esses procedimentos vão além de visualizar datas ou autorias, passando a perceber que as fontes “expressam sujeitos históricos, inseridos ativamente numa complexa rede de relações e acontecimentos e num intrincado jogo de pressões e limites que é preciso problematizar”<sup>6</sup>.

Além de ler a fonte era preciso problematizá-la para compreender quais relações estavam presentes nela, ver as fontes com outro olhar, um olhar mais crítico, procurando perceber as suas múltiplas faces da fonte. Procurei na problematização das fontes, perceber essa rede de relações sociais que acontece diariamente no cotidiano da cidade de Patrocínio. Para que isso acontecesse realizei pesquisas em diversos lugares procurando primeiramente conhecer as fontes escritas para depois dar início às pesquisas na fonte oral.

Inicialmente procurei os jornais da cidade na tentativa de visualizar o trabalhador rural, a Gazeta de Patrocínio e o Jornal de Patrocínio. O primeiro foi fundado pelo jornalista Sebastião Elói dos Santos no ano de 1948 e o segundo no ano de 1973. Os arquivos da Gazeta são guardados no próprio estabelecimento do jornal, os primeiros anos de publicação não são de fato o jornal, mas cópias que foram unidas e encadernadas, um trabalho realizado e patrocinado pela Faculdade de Filosofia,

---

<sup>5</sup> FENELON, Déa Ribeiro. CRUZ, Heloisa Faria. PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Introdução. In: FENELON e outros (org.) *Muitas Memórias, Outras Histórias*. Olho d'Água. São Paulo. 2004.

<sup>6</sup> Idem. Idem. Pp. 10.

Ciências e Letras de Patrocínio, pelo professor Dr. Lucio Antonio Dias. Encontrei nos primeiros anos da Gazeta jornais que já haviam passado por crivo profissional, por alguém que havia realizado o trabalho de juntar, analisar e catalogar tal fonte. Levando isso em consideração parti para uma leitura crítica da Gazeta, nela encontrei muitos assuntos relacionados às transformações da cidade e especialmente as advindas com a cafeicultura.

O jornal a Gazeta de Patrocínio traz a cidade de forma única e de a partir de uma percepção diferente daquela que encontramos no Jornal de Patrocínio. Coincidência ou não, o Jornal de Patrocínio foi fundado no mesmo período em que se iniciavam as mudanças na cidade com a introdução da cafeicultura nas áreas rurais, assim ele surgiu e cresceu juntamente com a plantação de café na região.

As impressões deste jornal também foram agrupadas e encadernadas de acordo com períodos de publicação, sendo que todas estão disponíveis deste o primeiro número. As encadernações estão guardadas na residência do proprietário, o senhor Joaquim, onde também funciona a gráfica e a impressão do jornal. Tanto a Gazeta como no Jornal de Patrocínio são distribuídos em uma mesma localidade, que é a área central da cidade e têm edições semanais. Ambos possuem acervos particulares, “abertos ao público”, mas são restritos, pois o pesquisador ao escolher um destes jornais fará a sua pesquisa juntamente com uma pessoa que tem acesso direto ao arquivo. O leitor que busca esses acervos não tem um lugar específico para pesquisa, fazendo esta na própria sala de espera do jornal. Outro fato é que não há um contato direto do pesquisador com o lugar onde ficam armazenados os jornais.

Nos dois casos a pesquisa é realizada com um funcionário do jornal por perto, dando a entender que há um interesse por parte do jornal em saber o que estamos procurando para talvez interferir e deixar claro quais são as intenções do jornal e que também são poucas pessoas que procuram essas fontes para a pesquisa na cidade.

As condições encontradas pelo pesquisador que procura o jornal me levaram a uma reflexão: a forma como é colocado para o pesquisador o jornal e como esses estão em um arquivo que é público e ao mesmo tempo privado. Público, pois teoricamente as pessoas que solicitam ao funcionário do jornal para terem acesso são liberadas para pesquisa e privado porque as encadernações não estão disponíveis a qualquer momento, é necessária autorização do funcionário e no caso do “Jornal de Patrocínio” a liberação do proprietário.

À medida que ia pesquisando e refletindo sobre essa fonte notei que a cafeicultura era sempre destaque seja por meio de assuntos ligados a produção, seja em anúncios de vendas de terras, seja nas entrevistas com produtores. Mas, algo faltava: onde estavam os trabalhadores rurais? Para que pudéssemos perceber em que lugar estes se encontrava no jornal foi preciso buscar em alguns pesquisadores qual seria o papel da imprensa no social.

Segundo a professora Maciel<sup>7</sup> a imprensa nos seus escritos expressa as relações de força dispostas em todo o social, assim quando se escreve e publica algo se tem indiretamente o interesse de tornar aquela memória registrada por isso a imprensa é também constitutiva da memória social daquele lugar. Para esta autora a:

*[...] imprensa assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais que se opõe em uma dada sociedade e conjuntura, mas os articula segundo a ótica e a lógica dos interesses de seus proprietários, financiadores, leitores e grupos sociais que representa.*<sup>8</sup>

As matérias e notícias publicadas no Jornal de Patrocínio permitiam interpretar aquele social que estava, durante a década de 1970, passando por transformações significativas com produção de café. As notícias trazidas pelo jornal permitem ver a esperança que aqueles que são naturais da cidade tinham em relação à cafeicultura e a partir do momento que estas esperanças começaram a se tornar realidade as publicações também foram mudando de forma e conteúdo.

Por mais que a imprensa muitas vezes procure pregar imparcialidade afirmando que sua proposta é trazer ao leitor o fato acontecido na realidade, isso não ocorre. Por meio da leitura do texto de Maciel compreendo que o que é noticiado pela imprensa é um real que nem todos participam, mas que não deixa de ser uma realidade social. Contudo, essa realidade faz parte apenas das vivências daqueles que de alguma maneira são constituintes do jornal. Ou melhor, por traz de cada notícia dada, de cada propaganda vinculada, de cada fato evidenciado, há um jogo de interesses e de afirmações em que se busca cristalizar a memória da classe que faz parte deste jornal. E no caso do Jornal de Patrocínio os interesses assemelham-se aos interesses da classe cafeicultora, pois ambos fazem parte da classe privilegiada da cidade: dos empresários.

---

<sup>7</sup> MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: Algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa. In: FENELON e outros (org.). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. Olho d'Água. São Paulo. 2004.

<sup>8</sup>Idem. Idem. Pp.15.



Muito do que encontrei nesse jornal evidencia os feitos dos primeiros produtores e negligencia os trabalhadores, sejam eles temporários, contratados, sazonais enfim todos os trabalhadores rurais. Mas, essa tentativa de “retirar” da história a presença destes trabalhadores no social de Patrocínio se faz nula, porque sua presença é experimentada e vivenciada por todos aqueles que moram em Patrocínio. Por mais que tentem escondê-los eles estão marcando sua presença e são constituintes do social que o próprio jornal traduz, mas com outras palavras e percepções.

As relações de força instauradas no social também estão postas no próprio conteúdo do jornal. A memória divulgada no jornal é também uma prática social de cristalização daquilo que se quer guardar na lembrança, não de todos, mas de um grupo específico que em Patrocínio são os grandes proprietários. Foi a partir da análise dos diversos fatores que constituem a Gazeta de Patrocínio e o Jornal de Patrocínio, que optei por trabalhar com o último. Essa escolha aconteceu especialmente porque o Jornal de Patrocínio surgiu na mesma década que as primeiras plantações da cafeicultura na região, assim ele “cresceu” e se modificou juntamente com essa monocultura. Mas não foi somente este ponto que definiu minha escolha, o este jornal ainda possui vivo seu proprietário e redator chefe, o senhor Joaquim, que nasceu em Patrocínio e vivenciou as transformações na cidade ao longo da década de 1970 e evidenciou nos escritos do jornal esse momento. Optei também por entrevista-lo e conhecer um pouco mais sobre os valores da classe dominante juntamente com a sua percepção sobre a vinda dos primeiros trabalhadores rurais de outras regiões.

Dessa forma, pude perceber os motivos de não encontrar nesse jornal algo que demonstrasse o social na perspectiva do trabalhador, esse ato de ignorar sua presença é tão significativo que o próprio senhor Joaquim coloca que a única observação que se faz durante o período de safra é: *“a gente faz um comentário que tá na época da safra... tá chegando... o pessoal”*<sup>9</sup>. Contudo, essa pequena observação não foi encontrada em todo período pesquisado do jornal, o que encontramos foram vários momentos que o “café” é tido como sujeito, como um ser que ganha vida própria e que controla a vivência da cidade.

Há uma valorização do “café” e dos empresários rurais em detrimento do trabalhador rural, ele é percebido como uma peça da produção que pode ser substituída

---

<sup>9</sup> Joaquim Correia Machado Filho, entrevista realizada na redação do Jornal de Patrocínio do qual ele é o proprietário em 12/06/2008.

a qualquer momento e não com um ser vivente que se expressa, sente, raciocina, transforma e experimenta a vida de diversos ângulos. A produção da cafeicultura é importante, mas não além das pessoas que tiram desse meio de produção seu sustento, seu modo de vida.

Ao questionar porque os trabalhadores não apareciam nas páginas daquele jornal compreendi que a presença deles era oculta, era preciso percebê-los nas entrelinhas do jornal. O primeiro capítulo define essa tentativa de visualizar esses trabalhadores nos meandros do jornal, mas não somente nele, trouxe também outras fontes de igual importância como as publicações da Prefeitura Municipal, da Acarpa – Associação dos Cafeicultores da Região de Patrocínio e do Abrigo do Trabalhador Rural, conhecido como Albergue Municipal. Esses documentos foram selecionados pelos seus respectivos órgãos com algum motivo específico.

As fichas do albergue, produzidas pela Prefeitura Municipal de Patrocínio, têm a intenção de padronizar e taxar o trabalhador rural que passa por esse lugar que é tido como de “migrante”, é a partir desse contato que ele é classificado como tal. São duas fichas relacionadas ao abrigo, uma solicitando dados pessoais como endereço, nome, RG e CPF e outra que faz parte de uma prática de exclusão. Nesta última ficha é feito uma solicitação, que pode não ser por parte do trabalhador, mas do próprio órgão municipal, para que seja liberadas passagens para aqueles que não conseguiram trabalho no período que ficaram no albergue, cerca de três noites. Entretanto, essa passagem “doada” de volta não é para o lugar de origem, mas para qualquer lugar, para o poder público o importante é que essas pessoas não fiquem perambulando na cidade. Essa tática vendo sendo usada pelos prefeitos de muitas cidades, negando ao trabalhador um direito que lhe é garantido por lei, o de ir e vir.

Nos panfletos da Acarpa encontrei divulgações sobre a realidade dos produtores, mas pouca orientação sobre a forma de contrato dos trabalhadores rurais, esse tipo de orientação busquei na cartilha da “Convenção Coletiva do Trabalho” realizada em 2007 e que vigora até o ano de 2009. Na cartilha produzida pelo acordo entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Sindicato Rural e a Acarpa existe uma série de procedimentos que devem ser feitos para assegurar o que foi conseguido pelo trabalhador rural. Há orientações e informações sobre como devem ser feitas as assinaturas de carteira, as formas de pagamento pelo serviço prestado, o tempo da jornada de trabalho entre outros.

Encontrei mediante orientação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais um núcleo que foi instalado na cidade de Patrocínio, o Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista, conhecido como Ninter, que é um órgão do governo federal que possui um manual básico em que contém orientações para acordos trabalhistas. A instalação do Ninter em Patrocínio foi um projeto pioneiro, este núcleo foi o primeiro do Brasil funcionando durante algum período como teste. Após isso foram criados novos em outros estados. O projeto do Ninter em Patrocínio não foi feito por acaso, havia índices de reclamações na justiça trabalhista, sendo grande parte proveniente do trabalho rural.

Esse ponto foi significativo para a pesquisa, pois até o momento que tive conhecimento sobre esse projeto pouco tinha de dados gerais sobre os trabalhadores rurais, foi com os dados estatísticos do Ninter que percebi os problemas que aconteciam com os trabalhadores rurais e que eram negligenciados por fontes como o jornal. Esses dados me deram consciência sobre as dificuldades, mas não era o bastante, era preciso escutar esses trabalhadores, ter um contato maior com eles, então recorri a outras fontes como as narrativas orais.

A partir do momento que tomei contato direto com os trabalhadores rurais, suas experiências foram aos poucos sendo contadas e reveladas à pesquisadora que cada vez mais ficava intrigada com os modos de vida destes sujeitos. Percebi que nem todos eram provenientes da cidade de Patrocínio, havia um grande ciclo migratório, evidenciando que muitos que trabalhavam na colheita eram de outras regiões do Brasil e em especial do estado do Paraná.

O processo migratório que havia iniciado com a chegada dos empresários do agronegócio ainda permanecia evidente só que desta vez eram os trabalhadores. Muitos chegaram juntamente com os produtores e estabeleceram residência fixa na cidade enquanto outros ainda chegavam, mas não tinham a intenção de morar em Patrocínio, vivenciavam algo que vem acontecendo no Brasil desde meados da década de 1960: a migração. Foi através das narrativas que percebi como aquele viver significa algo maior, ele evidenciava transformações no social. As experiências trazidas nas falas dos trabalhadores permitiam ver que o social com o qual eu lidava é múltiplo, os acontecimentos não são estáticos, mas possuem caminhos diversos.

Os mesmos cuidados que temos ao lidar com as fontes escritas foi preciso para lidar com a fonte oral, contudo fatores como o tempo e a memória também interferem

na forma como lidamos com essa fonte. Segundo o pesquisador Portelli<sup>10</sup> as entrevistas dadas pelos sujeitos sociais são produzidas no tempo presente, mas se relacionam constantemente com o passado, ou melhor, os entrevistados falam no presente, mas se reportam ao passado. Nesse sentido, muitos valores contidos nesse presente interferem no contar as lembranças do passado, por isso o tempo e a memória são fatores importantes na história oral.

Ainda segundo este pesquisador, o historiador ao lidar com narrativas orais não deve esperar que o entrevistado tenha em sua fala datas específicas, muitas vezes não há por parte deste uma ordem cronológica para contar os fatos ocorridos em sua vivência, a importância está no que ele diz, no que tem a contar sobre as experiências vivenciadas, a data para o entrevistado não tem tanta importância como para o historiador. Assim, concordo com Portelli quando ele coloca que o tempo cronológico é mais um problema para o historiador do que para o entrevistado. Compreendo então que para se trabalhar com história oral devemos ir além de marcações cronológicas e nos deixar conduzir pela fala dos entrevistados.

A fala do entrevistado traz algo maior que é o social, por isso as pessoas ao narrar interpretam uma realidade que já foi vivida. A historiadora Khoury<sup>11</sup> nos leva a pensar nessa relação entre narrativas pessoais e o social. Para ela, através das falas podemos refletir sobre as “dimensões do social vivido e compartilhado”<sup>12</sup>. As narrativas são expressões do que a pessoa vivenciou ao longo de sua vida, e ao contar ela também traz acontecimentos que transformaram o social. Compreendo que o que os trabalhadores dizem representa mais do que “histórias de vida”, suas falas são significativas de um tempo em constante mudança promovida pelas lutas sociais.

Percebi que quando eles contam sobre suas trajetórias de vida ao mesmo tempo demonstram que o social em que estavam inseridos modificava-se, que o rural que eles estavam acostumados a ver já não era o mesmo, que a forma de se colher o café se transformava juntamente com o trabalho ao qual eles estavam acostumados. Essas transformações no rural evidenciavam não somente que o modo de se trabalhar no campo estava mudando, mas também que isso gerava a falta de emprego para

---

<sup>10</sup> PORTELLI, Alessandro. O momento da minha vida: Funções do tempo na história oral. In: FENELON e outros (org.). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

<sup>11</sup> KHOURY, Yara Aun. O historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: MACIEL, Laura Antunes e outros (org.) *Outras Histórias: Memórias e Linguagens*. São Paulo: Olho d'água, 2006.

<sup>12</sup> Idem. Idem. Pp. 28.

trabalhadores contratados para a colheita do café, que em contrapartida trazia outros problemas como dificuldades em manter a casa.

Queria entender os processos que levaram muitos trabalhadores a migrar. Porque estes trabalhadores eram apagados da história escrita e oficial da cidade de Patrocínio? Como eram seus modos de vida? Onde e como viviam? Qual era o sentido do trabalho na cafeicultura em suas vidas? Questões como essas me moveram a escolha dos entrevistados.

A tarefa de buscar pessoas que queiram conversar e conceder entrevista a alguém desconhecido é árdua, mas ao poucos os sujeitos vão falando e revelando em pequenas falas e gestos suas experiências vividas. A respeito da relação entre entrevistado e o entrevistador Portelli<sup>13</sup> coloca que “a interação entre o historiador e a fonte cria uma forma completamente nova de contar histórias”<sup>14</sup>. Foi esse sentido que notei ao entrevistar o proprietário do Jornal de Patrocínio, o senhor Joaquim. Como já havia falado com ele algumas vezes e tinha ganhado a sua confiança a entrevista foi a mais tranquila de ser realizada.

Cheguei primeiramente até a jovem Irani Fernandes<sup>15</sup> de Quadros, trabalhadora que eu já conhecia, foi mediante algumas conversas que descobrimos que ela e seus pais haviam chegado a Patrocínio no momento que acontecia um aumento na produção de café da região. A primeira pessoa da família a chegar a Patrocínio na esperança de ter a vida modificada com os ganhos do café foi a mãe da senhora Irani, a senhora Alaíde de Souza Quadros<sup>16</sup>. Ela e o esposo fizeram a viagem pela primeira vez na década de 1980 período em que encontrei no jornal propagandas trazendo promessas de boas safras. A década de 1980 foi importante e crucial na vida desta família como também para a cidade.

Com as promessas de grandes safras vinham também as esperanças de ganhos melhores e mais altos para os trabalhadores. A senhora Alaíde que naquele momento era

---

<sup>13</sup> PORTELLI, Alessandro. O momento da minha vida: Funções do tempo na história oral. In: FENELON e outros (org.). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. Olho d'Água. São Paulo. 2004.

<sup>14</sup> Idem. Idem. Pp. 299.

<sup>15</sup> Irani Fernandes de Quadros, 25 anos. Natural do Paraná mudou-se com família para Patrocínio. Começou a trabalhar nas lavouras de café com 13 anos. É casada e possui 4 filhos. A entrevista foi realizada junto com sua mãe Alaíde, em sua residência no dia 19 de maio de 2008.

<sup>16</sup> Alaíde Souza Quadros, 59 anos, viúva. Natural de Malacacheta em Minas Gerais mudou-se para o Paraná ainda quando pequena com os pais. No início dos anos 1990 mudou-se em definitivo para Patrocínio junto com sua família. Trabalha no campo há aproximadamente 20 anos. Seu último trabalho em fazendas de café foi em 2007. É aposentada e sua filha Irani procura evitar com que ela volte a trabalhar na cafeicultura. Entrevista realizada na casa de sua filha Irani em Patrocínio no dia 19 de maio de 2008.

moradora do estado do Paraná ficou sabendo através de alguns amigos, que podemos classificá-los como agenciadores ou como muitos designam, os gatos<sup>17</sup>. Os gatos são contratados pelos cafeicultores e ficam incumbidos de buscar e aliciar trabalhadores em outros estados, eles oferecem transporte, que na década de 1980 poderia ser feito em caminhões e a passagem de volta é descontada dos valores conseguidos pelo trabalhador pela venda da sua mão de obra.

Esse ato de buscar trabalhadores em outras regiões do Brasil é uma prática muito utilizada, D'Incao<sup>18</sup> já denunciava a atuação dos agenciadores na contratação de trabalhadores volantes desde a década de 1980, trazendo que a função destes engloba mais do que o transporte e contratação dos trabalhadores rurais, a utilização do gato é também uma forma mais de exploração. Ao relacionar os fatos apresentados por D'Incao e os fatos acontecidos em Patrocínio percebo conexão entre eles, a prática do agenciamento acontecia em diversos lugares independente do modelo da plantação. Trata-se de uma evidência de problemas relacionados ao trabalho no campo, porque o surgimento do trabalhador volante se dá em grande parte devido às transformações no modo de se trabalhar e viver no campo. A introdução do capitalismo na agricultura transforma os modos de produção no campo levando muitos trabalhadores a migrarem em busca de trabalho em outros lugares, a prática dos produtores em usar o gato como mediador é um fator marcante nesse novo modelo de produção agrária.

A senhora Alaíde foi “convencida” pelos agenciadores a sair do Paraná e seguir rumo ao desconhecido, algo que aconteceu várias vezes até o momento em decidiram fixar residência em Patrocínio. Sua fala não significa uma história de vida isolada em determinado tempo e espaço, mas é constituída a partir de valores, ideias e sentidos existentes no social. O que ela contava eram evidências de um social em transformação que afetou não só a vida dela, mas de várias outras pessoas que passaram e vivenciar a introdução do capitalismo no campo.

As entrevistas realizadas com a senhora Alaíde e sua filha Irani traziam o sentido de mudança, de adaptação, de negação, de revolta, de consciência. Sentidos que

---

<sup>17</sup> O gato é outra categoria de trabalhador rural que possui um contrato de trabalho diferente do trabalhador temporários para colher o café, é o único que após o final da safra não deixa a fazenda e permanece em contato direto com o patrão. O papel do gato é de agenciamento, contratação, transporte de trabalhadores rurais para as fazendas de café. Assim o gato não deixa de ser mais uma forma de exploração utilizada pelos empresários rurais. Diversos pesquisadores analisam a relação trabalhista do gato, entre eles ver: CARMO, Maria Andréa Angelotti. *Lavradores de sonhos: Saberes e (des) caminhos de trabalhadores volantes. 1980-2000*. Editora da Puc. São Paulo, 2006. D'INCAO, Maria Conceição. *Qual é a questão do bóia-fria?* Brasiliense. 1984. SABÓIA, Lucia Helena F. *O mundo do Volante: Trabalhadores Rurais de Cravinhos*, SP, 1974. Dissertação de Mestrado. Unicamp. 1978.

<sup>18</sup> D'INCAO, Maria Conceição. *Qual é a questão do bóia-fria?* São Paulo: Brasiliense. 1984.

encontrei em todas as entrevistas realizadas com trabalhadores. Entretanto, precisava perceber qual era a realidade de outros trabalhadores que não moravam em Patrocínio, mas que estavam vivenciando o processo constante da migração. Assim, cheguei ao senhor Wilson Macedo<sup>19</sup>, também morador no estado do Paraná, mas que tinha outra relação com a cidade de Patrocínio. Este senhor estava há 18 anos indo e voltando sempre para Patrocínio no período de safra, lugar que para ele era de moradia fixa por 7 ou 8 meses e depois ele voltava para sua cidade.

Encontrei e realizei a entrevista com o senhor Wilson em um bar que é da senhora Maria Elias Pereira<sup>20</sup>, ela possui um bar acerca de 20 anos no mesmo lugar, é natural de Silvano, um distrito de Patrocínio, mudou-se para Patrocínio há 43 anos. Ela possui 80 anos é aposentada e ainda trabalha no bar. A narrativa da desta senhora demonstra que as transformações trazidas no modo de se produzir no campo com a mecanização da colheita levou a diminuição na quantidade de pessoas que chegam a região. Pela sua fala foi possível refletir sobre as mudanças sociais ocorridas com as modificações no campo e na cidade.

Por meio das entrevistas percebi que muitos eram os objetivos de cada sujeito entrevistado e também as esperanças de cada um, mas o sentido apresentado pelo senhor Wilson para sair do Paraná em busca de trabalho em Patrocínio era diferente dos outros, o que ele procurava era aposentadoria. Quando entrecruzei as narrativas, tive outras percepções sobre o sentido empregado por cada trabalhador, seja eles de outra região ou não. A chegada e a saída de trabalhadores no período de safra é uma constante na região, pois a quantidade de trabalhadores que são naturais de Patrocínio não supre a quantidade mão-de-obra empregada na cafeicultura. Por este motivo entrevistei outros trabalhadores que migraram, mas que decidiram não voltar para suas cidades.

Conheci então o jovem Joaquim de Souza Junior<sup>21</sup> e sua esposa Graciele de Fátima Martins Souza<sup>22</sup> com 29 e 25 anos respectivamente e que já estavam trabalhando no espaço rural há algum tempo. Suas ambições e desejos eram diferentes do que foi

---

<sup>19</sup> Wilson Macedo, 57 anos. Natural da cidade de Nova Esperança no Paraná. É casado, mas sua esposa não o acompanha, ela trabalha na sua cidade de diarista. Entrevista realizada no bar que em este senhor vai após o dia de trabalho, no dia 15 de setembro de 2008.

<sup>20</sup> Maria Elias Pereira, 80 anos, entrevista realizada em 03.12.2009 em seu bar.

<sup>21</sup> Joaquim de Souza Junior, 29 anos. Natural da cidade de São João da Ponte em Minas Gerais. Mora em definitivo a cerca de 10 anos em Patrocínio. Fez o trajeto uma vez e na segunda voltou para buscar a esposa. Entrevista realizada em sua residência no dia 19 de maio de 2008.

<sup>22</sup> Graciele de Fátima Martins Souza, 25 anos, casada com Joaquim de Souza Junior. Também natural de São João da Ponte em Minas Gerais. Acompanhou o esposo para Patrocínio e também começou a colher o café. Eles possuem atualmente 3 filhos pequenos. Entrevista realizada em sua residência no dia 19 de maio de 2008.

narrado pelo senhor Wilson e pela senhora Alaíde, ele com 57 anos e ela com 59. Duas gerações diferentes que vivenciavam as transformações de cada década. O primeiro casal, o senhor Joaquim e a senhora Graciele, chegou a Patrocínio no início do ano 2000, momento em que as mudanças na cidade devido à implementação da cafeicultura já estavam concretizadas. O senhor Wilson chegou durante a década de 1990 e a senhora Alaíde nos anos 1980, cada um destes vivenciou um momento conturbado de transformações que já vinham acontecendo na cidade desde os anos 1970, assim cada um possui aspectos diferentes e percepções diversas desta realidade.

A forma como cada chegou à cidade foi diferente e significativa, mas o que os interligava era a esperança de conseguir algo melhor com o trabalho na cafeicultura. Procurei ao longo do segundo capítulo perceber a forma como trabalhadores chegaram a Patrocínio e como cada um refletiu sobre aquelas modificações por meio das narrativas.

Ao folhear as transcrições de entrevistas que havia realizado para a pesquisa monográfica em 2004, algo chamou atenção na fala do senhor Wagner Junior que trazia a percepção de um trabalhador revoltado com a situação que viviam os volantes. Ao rever essa entrevista compreendi que o social que o Wagner trazia em sua entrevista era uma percepção diferente daquela colocada no jornal, era a realidade que muitos trabalhadores experimentavam a cafeicultura não era somente “benefícios e glórias” e havia por traz dessas notícias trabalhadores explorados e insatisfeitos com a condição que viviam. Por esse motivo, resolvi trazer a entrevista do Wagner para pesquisa, tendo o cuidado para não tropeçar no anacronismo, pois a entrevista foi realizada em 2004 e estamos em 2009, cinco anos separam um momento do outro. Apesar dessa diferença a fala do senhor Wagner não deixa de ser significativa e importante para essa análise.

Voltei às entrevistas gravadas no ano de 2004 para a monografia procurando problematizar outras questões, perguntando-me sobre os sentidos do trabalho para aquelas pessoas. São trabalhadores que atuavam há algum tempo na cafeicultura. Além de utilizar as narrativas do senhor Wagner também trago a da senhora Zélia Alves de Jesus<sup>23</sup> que trabalha no campo desde muito nova, ainda quando criança com seus pais. Ela vivenciou as transformações advindas da introdução da cafeicultura na região de Patrocínio, sua fala é expressiva e traz os diversos sentidos do modo de se trabalhar nas lavouras de café. Assim, as reflexões sobre as transformações do social da cidade de

---

<sup>23</sup> Zélia Alves de Jesus, 52 anos, viúva. Trabalhou na cafeicultura em Patrocínio e em outras cidades da região, mas é natural da cidade e no ano de 2004 quando gravamos a entrevista com ela estava afastada por um ano para resolver problemas de saúde. Entrevista realizada no dia 31/10/2004 em sua residência.



Patrocínio foram feitas baseadas na relação entre passado e presente, entre as interpretações de cada trabalhador e de cada fonte escrita. Mediante as entrevistas dos trabalhadores procurei ao longo do segundo capítulo pensar sobre suas trajetórias até chegarem ao trabalho na cafeicultura, são modos de vida diferentes, mas que passaram pelo mesmo processo social de transformação que evidencia uma prática.

Os modos de vida dos trabalhadores rurais é um tema que vem sendo discutido por outros pesquisadores em outras áreas do conhecimento. A pesquisadora D'Incao aborda a questão dos trabalhadores volantes durante a década de 1980, quando ainda eram conhecidos como bóias-frias, termo que não utilizo porque eles mesmos não se denominam assim, portanto não se sentem como bóias-frias, mas como trabalhadores rurais.

Em um dos seus trabalhos D'Incao<sup>24</sup> analisa o trabalhador bóia-fria em relação às condições sociais em que vivem, ela tem como objeto de pesquisa a mobilização destes trabalhadores no ano 1980, tendo como parâmetros os cortadores de cana e os apanhadores de laranja do estado de São Paulo, em especial a região de Ribeirão Preto. Em outro trabalho<sup>25</sup>, a autora reflete sobre o surgimento do trabalhador volante na agricultura, esclarecendo que essa forma de trabalho surge devido ao “processo de proletarianização do homem do campo”<sup>26</sup>. Com essa ação aquele homem que tinha uma relação de produção como sitiante, parceiro, meeiro é expropriado de sua terra e este fica dependente do trabalho como assalariado. As discussões trazidas por essa autora me levam a reflexão sobre as condições em que permaneceram esses trabalhadores destituídos da suas terras.

D'Incao mostra essa relação entre trabalhadores volantes e assalariados e a questão agrária, trazendo-os como sujeitos que vivenciam cotidianamente uma condição de miséria. Nesse sentido, ela aponta que essa condição é determinada por que eles não têm um trabalho que lhes ofereça garantias de subsistência. O trabalho que encontram é temporário, levando-os mudarem de região a região de acordo com período de safra. Essa sazonalidade do trabalho determinado por safras como café, cana, laranja faz com que o trabalhador não consiga ter um trabalho estável, levando-os a essa condição de miséria, são mais explorados porque ficam a mercê do empresário rural.

---

<sup>24</sup> D'INCAO, Maria Conceição. O bóia-fria: acumulação e miséria. Petrópolis/RJ: Vozes, 1978.

<sup>25</sup> D'INCAO, Maria Conceição. *Qual é a questão do bóia-fria?* São Paulo: Brasiliense. 1984.

<sup>26</sup> Idem. Idem. P. 9.

Entretanto percebi que estes trabalhadores também criam estratégias para fugirem dessa estagnação. Os atos dos trabalhadores são significativos, pois expressam algo que Thompson<sup>27</sup> chama de consciência de classe. Segundo este autor, a consciência de classe é a forma como as experiências vivenciadas pelos trabalhadores são tratadas na cultura, ou seja, como essas experiências sociais vão sendo elaboradas e re-elaboradas no âmbito das tradições, dos valores, dos atos, das decisões. Procuro ver esses trabalhadores não como perdedores, pois dessa forma estaria os excluindo da sua condição de trabalhador que pensa, age, atua, interpreta e decide. O próprio trabalhador rural tem o poder de decisão e de atuação, ele não é o um mero instrumento nas mãos do capitalista agrário. Não quero ao longo do texto trazê-lo como perdedor ou como herói, mas como sujeito consciente da realidade em que vive.

Durante a pesquisa bibliográfica, outros trabalhos foram surgindo sobre essa categoria de trabalhador, como o da historiadora Carmo<sup>28</sup> que ao longo de seu livro analisa a presença dos trabalhadores volantes na cidade de Araguari em Minas Gerais. Ela procura percebê-los dentro e fora do ambiente de trabalho. Por meio das falas dos trabalhadores, a autora analisou o processo de transformação do campo que levou ao surgimento dos volantes. Em cada capítulo a pesquisadora procurou analisar as relações que estes sujeitos possuem com familiares e amigos. A leitura deste trabalho foi importante porque ele destaca a presença dos volantes na região do triângulo mineiro, trazendo-os como sujeitos das transformações sociais e não como agentes passivos.

A pesquisa da historiadora Oliveira<sup>29</sup> reflete sobre uma greve de trabalhadores volantes na cidade de Araguari no início dos anos 1980, tal greve para ela foi a primeira ocorrida na região que mobilizou uma grande quantidade de trabalhadores. Ela caracteriza essa greve como sendo significativa para as conquistas trabalhistas nessa região, pois o movimento reivindicava melhores condições de trabalho e lutava contra a opressão e exploração por parte dos cafeicultores.

Quando estava lendo e refletindo sobre este trabalho me questionei se havia esse tipo de mobilização na cidade de Patrocínio, mas através das fontes percebi que isso não acontecia. Entretanto, acontecimentos que muitos poderiam chamar individuais era também uma forma de manifestação e não aceitação das condições que trabalhavam.

<sup>27</sup> THOMPSON, E. P. Prefácio. In: *A Formação da Classe Operária Inglesa I. A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2004. Pp.9

<sup>28</sup> CARMO, Maria Andréa Angelotti. *Lavradores de Sonhos: saberes e (des) caminhos de trabalhadores volantes 1980-2000*. Ed Puc, São Paulo. 2006.

<sup>29</sup> OLIVEIRA, Célia Regina Gomide de. *Os Bóias - frias no café: Greve em Araguari-MG*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 1986.

Acredito que as formas de protesto não se resumem a atuação física como paralisações e greves, mas que os atos dos trabalhadores refletem sua insatisfação contra as formas de trabalho. Nesse sentido, compreendo que o social é um meio contraditório onde convivem pessoas com vontades e anseios diversos, é nesse meio que se inserem todas as categorias de trabalhadores.

Procurei no terceiro capítulo pensar sobre o viver destes trabalhadores rurais na cidade, sobre as relações e as transformações que estes trouxeram para Patrocínio. Ao pensar esse viver na cidade busquei perceber outras histórias no diálogo com as fontes, sejam elas vinculadas ao Jornal de Patrocínio, a instituições como o Sindicato ou as entrevistas com trabalhadores.

A cidade pôde ser pensada a partir de apontamentos trazidos pela historiadora Calvo<sup>30</sup> que coloca que é por meio das experiências vividas que as pessoas interpretam o processo de transformação na cidade. Foi dentro desse plano de reflexão que procurei pensar a presença dos trabalhadores rurais na cidade de Patrocínio, tendo consciência de que as entrevistas dadas significam uma interpretação daquilo que haviam experimentado durante a sua vida e que ainda estavam vivenciando.

O movimento constante de ir e vir, de chegar e sair, é algo que vem marcando a realidade da cidade de Patrocínio. Foi por ele que inicialmente percebi a importância destes trabalhadores da cafeicultura na região e mediante a pesquisa nas fontes escritas e orais busquei compreender como ocorre esse descolamento e qual o sentido atribuído por esses sujeitos a cafeicultura. O trabalho no cultivo de café é percebido e sentido de maneiras diferentes por cada um.

Ao longo do texto trouxe outros entrevistados como os representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a senhora Marlene dos Reis, e seu tesoureiro Antonio Geraldo de Oliveira, e da Prefeitura Municipal, a senhora Maria de Fátima Machado Almeida. As narrativas são significativas, pois os primeiros se relacionam diretamente com os trabalhadores rurais e têm minimamente dados sobre a situação destes na região. Enquanto que a última traz os valores e as idéias de uma classe que possui poder de decisão, assim ela é participativa dos valores de uma elite que engrandece e contribui para a cristalização de uma memória oficial onde os pioneiros são glorificados.

---

<sup>30</sup> CALVO, Célia Rocha. Muitas memórias, outras histórias de uma cidade. Lembranças e experiências de viveres urbanos em Uberlândia. In: FENELON e outros (org.). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. Olho d'Água. São Paulo. 2004.

A falta de entrevistas com os empresários rurais a chegarem à cidade, se justifica pelo fato de que o objetivo não é engrandecer a presença destes na região. A única fala deles que consta no texto foi retirada do Jornal de Patrocínio onde busquei analisar essa valorização dos produtores. Meu intuito não é fazer mais uma história dos produtores, mas sim daqueles que em grande parte são negligenciados: os trabalhadores. Assim procuro não tratá-los como vítimas dos conflitos sociais, mas como participantes da dinâmica social.

Deste modo, o trabalho está dividido em três capítulos que objetivam compreender a presença física e social dos trabalhadores rurais no município de Patrocínio. No primeiro capítulo procuro refletir sobre qual o lugar do trabalhador rural nos meios de comunicação, para isso relaciono diversas fontes como o Jornal de Patrocínio, publicações da Acarpa e da Prefeitura Municipal de Patrocínio. Tento perceber como as notícias e os fatos divulgados sobre a cafeicultura na cidade encobriam as trajetórias e a história da presença dos trabalhadores na região.

No segundo capítulo busco compreender pelas narrativas os motivos que levaram muitos trabalhadores a saírem de suas regiões de origem a procura de trabalho em Patrocínio. Com a introdução da cafeicultura essas pessoas chegaram de diversos lugares, alguns estabeleciam moradia fixa enquanto outros permaneciam indo e vindo. Procuro pensar os diversos sentidos de se trabalhar com trabalhadores rurais temporários na cafeicultura.

O terceiro capítulo traz reflexões em torno dos modos de viver dos trabalhadores que moram em Patrocínio e também daqueles que chegam à região somente no período de safra. As transformações, tanto no campo como na cidade, advindas com a cafeicultura levaram a modificações significativas no modo de trabalhar, passear, morar, ou seja, no viver destas pessoas. Assim, busco pensar as mudanças nos viveres dos trabalhadores rurais.

## Capítulo I

### Trabalho e trabalhadores: desvendando caminhos...

A cidade de Patrocínio é considerada uma das maiores produtoras de café da região do Alto Paranaíba<sup>31</sup>. Para quem chega nesta cidade entre os meses de abril e outubro não é difícil notar a presença de inúmeros trabalhadores cujos destinos são as fazendas. Eles estão por toda a parte, nos movimentos das ruas, nos pontos de ônibus, bem como nas inúmeras residências ocupadas durante este período. Suas presenças também são anunciadas quando no começo do ano a cidade exala o perfume das floradas de café. Para os que moram lá este é o sinal de que entre os meses de abril e outubro haverá trabalho nas colheitas de café.

Esse tempo do trabalho marca a vida social da cidade tanto daqueles que moram como dos chegam de outros estados e ou cidades da região<sup>32</sup>. Entretanto pouco se sabe sobre quem são esses trabalhadores. Como vivem? Quais as suas histórias? Foi com base neste questionamento que iniciei esta pesquisa. Por ter vivido nesta cidade já tinha conhecimento sobre suas presenças, percebidas antes mesmo do tempo colheita, pois muitos têm na cidade um lugar de moradia.

Alguns estudos historiográficos reportam às trajetórias e vivências destes trabalhadores<sup>33</sup>, porém ao iniciar esta pesquisa notei que em Patrocínio as suas

<sup>31</sup> Segundo publicações do jornal o Tempo de Belo Horizonte, Patrocínio “*é o principal produtor cafeeiro do Alto Paranaíba*”. Jornal O Tempo – Belo Horizonte - Quarta-feira, 13-09-2000.

<sup>32</sup> Segundo o último censo do IGBE realizado no ano de 2007 o município possui aproximadamente 81.500 moradores com residência fixa distribuídos entre a área urbana e rural. Durante os meses de safra que vai de março a outubro são contratados aproximadamente 20.000 pessoas para a colheita do café, e outras 5.000 são contratadas na região. A partir desses dados percebemos que ocorre um aumento populacional de 25% na cidade. Disponível em: <<http://www.acarpa.com.br/dados.php>>. Acesso em: 10-06-2009.

<sup>33</sup> Encontrei pesquisas que refletem sobre os modos de trabalho no campo, sobre o trabalhador rural que vivencia transformações. Ver: CARMO, Maria Andréa Angelotti. *Lavradores de sonhos: Saberes e (des) caminhos de trabalhadores volantes*. 1980-2000. São Paulo: Editora da Puc., 2006. D'INCAO, Maria Conceição. *Qual é a questão do bóia-fria?* Brasiliense. 1984. SABÓIA, Lucia Helena F. *O mundo do Volante: Trabalhadores Rurais de Cravinhos*, SP, 1974. Dissertação de Mestrado. Unicamp. 1978. SALIM, Celso A. *Políticas estatais e desenvolvimento agrário nos cerrados: consequências econômicas, e sociais do Polocentro*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas da UNB. Brasília, 1981. SOUZA,

experiências são ocultadas. Munida desta evidência fui à procura de aspectos relacionados aos modos de viver destes trabalhadores do café. Procurei inicialmente registros que apontassem algumas pistas de suas presenças, algo que os identificassem na vida da cidade. Fui então às redações dos jornais, procurando notícias sobre eles e cheguei ao Jornal de Patrocínio e ao Jornal Gazeta de Patrocínio, ambos distribuídos no município e com publicações semanais.

Quando cheguei aos dois jornais percebi que havia a tentativa de cristalizar uma memória na qual a presença dos trabalhadores rurais da cafeicultura estava sendo ocultada ou até mesmo ignorada. Esse ocultar significava não somente a falta de matérias e notícias vinculadas a esses trabalhadores, mas também ocultava as transformações nos modos de viver destes sujeitos.

A imprensa passou a ser considerada “não como mero vínculo de informações, mas como agente social que produz ações e intervenções”<sup>34</sup> quando percebi que o foco, tanto do Jornal de Patrocínio<sup>35</sup> quanto do Jornal Gazeta de Patrocínio, era demonstrar as transformações econômicas, os investimentos realizados por aqueles que passaram a ser considerados os pioneiros destes investimentos no final da década de 1970. Nas páginas dos jornais as notícias davam destaques à chegada na cidade de sujeitos que naquele tempo compraram terras e expandiram a produção, se transformando em empresários rurais.

### *250 MIL SACAS DE CAFÉ NA SAFRA DE PATROCÍNIO*

*A primeira colheita de café em Patrocínio devera atingir 250 mil sacas. De acordo com as previsões dos produtores que plantaram cerca de 10 milhões de cafeeiros dentro do plano de renovação. Na opinião do grupo paulista os paranaenses e japoneses erradicados no município, o café de ótima qualidade poderá significar mais uma opção para a região. Embora o município esteja situado à altitude de 930 metros não se registrou nenhuma ocorrência de geada em Araguari cuja lavoura cafeeira conta com mais de cinco milhões de pés. O fato que despertou grande interesse entre os cafeicultores de outros estados. O município contava com grandes áreas cultiváveis, com excelentes topografias e a prefeitura municipal visando do*

---

Alcione de. *Imigrantes Paranaenses: Um refazer de práticas e representações* Patrocínio-MG (1980-2000). Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2005.

<sup>34</sup> BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. *Sobre História: Imprensa e Memória*. In: MACIEL; ALMEIDA; KHOURY (org). *Outras Histórias: Memórias e Linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006. Pp. 267.

<sup>35</sup> Depois de pesquisar em cada jornal optei por trabalhar com o Jornal de Patrocínio pelo fato de que este foi fundado em 1973, momento em que se iniciavam as plantações de café. Este jornal cresce e se desenvolve juntamente com a produção em larga escala do café, assim ele traz página a página, ano a ano, dados importantes sobre o trabalhador rural, mesmo que este não esteja apresentado de forma clara. O Jornal de Patrocínio possui uma tiragem de 3.000 exemplares e a entrega funciona a partir de assinaturas.

*desenvolvimento rural do município esta empenhada em aumentar o plantio de café na região*<sup>36</sup>.

Notícias como estas, perpassadas por números, projeções e enaltecendo personalidades, anunciavam mudanças no campo no que tange a concentração fundiária e ao avanço das relações capitalistas de produção agrária. Produzir café em grande escala significava transformar as relações sociais constituía-se assim a figura do trabalhador assalariado e do empresário rural, aquele que recebia incentivos dos governos militares. Tais mudanças implicaram fortalecimento das relações hierarquizadas de trabalho, a introdução da produção planejada segundo os moldes da empresa agrícola. Produzir café nestes tempos passou a ganhar forma de investimentos estratégicos através dos quais as fronteiras agrícolas passaram a ser construídas<sup>37</sup>.

As primeiras publicações do Jornal de Patrocínio trazem indícios destas articulações políticas. Nessas publicações se percebe uma farta propaganda sobre os potenciais produtivos da região, diagnósticos e projeções que moviam os interesses dominantes. A projeção de que se colheria cerca de 250 mil sacas de café evidenciava as ações destas parcerias, a esperança de produtividade para aquele ano de 1975 e, ao mesmo tempo, reforçava os valores capitalistas em expansão no campo.

Ao analisar o restante da notícia notei que a produção de 250 sacas somente era possível devido ao plantio de 10 milhões de cafeeiros feitos dentro do plano de renovação<sup>38</sup>. Esse plano aponta mudanças no processo de produção agrícola nas cidades do interior do país. Minas Gerais foi uma das “contempladas” por esta forma de incentivo agrícola. O Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais procurava “renovar” o potencial produtivo do café em terras nacionais, projeções que se presentificavam nos anúncios e propagandas do Jornal de Patrocínio.

Essa alta da produção de café, graças ao plano de renovação, seria então o prelúdio do que passou a configurar o agronegócio, aumentando consequentemente a lucratividade do produtor. A intensa produção de café era anunciada como uma vantagem ao mesmo tempo em que ocultava a exploração do trabalhador rural.

<sup>36</sup> Jornal de Patrocínio. Ano III. 23 de agosto de 1975.

<sup>37</sup> As transformações no setor agrícola ocasionadas pelos planos econômicos formulados pelo Estado sobre o crescimento do agronegócio na região do Alto do Paranaíba são analisadas por BRANDÃO, Carlos Antonio. *Capital comercial, geopolítica e agroindústria*. Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. 1989.

<sup>38</sup> NETO, Wenceslau Gonçalves. *Agricultura e Política Agrícola na década de 70: A cafeicultura em Araguari, MG*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 1983. Pp. 99.

Tais notícias aludiam também a competição entre regiões diferentes. A preocupação em dizer que Patrocínio possuía o dobro de pés de café em relação à Araguari, o primeiro tinha 10 milhões enquanto o segundo tinha 5 milhões, evidencia que os representantes da cidade estavam preocupados com perda de investidores financeiros para a cidade da região do Triângulo Mineiro. Araguari<sup>39</sup> também recebia investimentos do plano de renovação, elevando a movimentação da população tanto de pessoas que chegam como de pessoas que saíam para o trabalho. A concorrência com a cidade vizinha significava não perder investidores e investimentos e a farta produção aumentava ainda mais o valor da terra.

As promessas de fartas colheitas continuaram no ano seguinte, com chamada ainda maior:

*Café: Safra de 76/77 pode ter 8 milhões de sacas*<sup>40</sup>

Percebe-se um aumento considerável na produção de café entre os anos de 1975 a 1977, passando de 250 mil sacas para 8 milhões de sacas. O Jornal de Patrocínio não demonstra de onde tirou tais dados para serem divulgados, apenas os anuncia como propaganda. Quando nos atentamos para a chamada entendemos que a quantidade divulgada representa a proporção de todo o estado de Minas Gerais, mesmo assim se trata de um anúncio de que o estado possuía terras tão férteis que chegaria colher 8 milhões de sacas. No contínuo dessa propaganda aparece sobre o ano de 1977 outro anúncio afirmando a crescente produção da cafeicultura;

*Café é uma realidade na região*  
*A resposta dos agricultores da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba ao apelo governamental para a recuperação da cafeicultura nacional foi bastante significativa. Poucos municípios realmente dedicavam a essa cultura nada menos que 52 municípios tiveram a permissão do Plano de Revigoroamento de Cafezais abrangendo oito grupos onde o IBC mantém escritório*<sup>41</sup>.

Tornava-se constante a propaganda referente às melhorias e benefícios trazidos pelo Plano de Renovação, afirmando como o projeto político do Governo Federal trazia

---

<sup>39</sup> Segundo Carmo, Araguari foi umas das cidades do Triângulo Mineiro que também participaram do plano de renovação recebendo “incentivo” para a formação de lavouras de café. A autora afirma que com os “investimentos financeiros e tecnológicos ocorridos, verificou-se também na região (Araguari) uma intensa movimentação populacional”. CARMO, Maria Andréa Angelotti. *Lavradores de sonhos: Saberes e (des) caminhos de trabalhadores volantes*. 1980-2000. São Paulo: Editora da Puc., 2006. Pp.16.

<sup>40</sup> Jornal de Patrocínio. Ano IV. 24 de janeiro de 1976.

<sup>41</sup> Jornal de Patrocínio. Ano IV. 14 de maio de 1977.



investimentos financeiros para região, tanto do Alto Paranaíba quanto do Triângulo Mineiro. As propagandas procuravam demonstrar que o potencial produtivo da região era significativo e que quem se interessasse poderia comprar terras e investir nas plantações de café, pois Patrocínio era um dos municípios que teve o investimento do plano. As análises para se saber quais municípios iriam receber capital financeiro do plano partiam do Instituto Brasileiro de Café<sup>42</sup>, elaboradas a partir de conhecimentos constituídos e de saberes técnicos.

O programa beneficiava o empresário rural com investimentos financeiros e tecnológicos para o aumento da produtividade da cafeicultura. A década de 1970 foi definitivamente um momento em que as mudanças no meio urbano e rural se tornaram mais evidentes. As vantagens prometidas com o plano de renovação, juntamente com as propagandas anunciadas pelo jornal, fizeram com a região ficasse conhecida como um pólo produtor de café e quando lemos essas propagandas temos a impressão de que não havia problemas ou conflitos com esse “novo” modo de produção praticado com esse projeto. Uma das formas de ocultar os conflitos se fez com a construção da “memória dos pioneiros”

*[...] Atrás de um excelente café especial há sempre um fator humano: interesse pessoal, dedicação diária e porque não amor. Esta tem sido a história do envolvimento da Família Grossi com o café por três gerações. O atual chefe da família, José Carlos Grossi, é o neto de um imigrante italiano que veio ao Brasil para trabalhar nas plantações de café em 1879. O pai de José Carlos estabeleceu uma das primeiras plantações de café no norte do estado do Paraná, que deu ao Brasil uma de suas maiores safras dos anos 50. José Carlos foi pioneiro no Cerrado onde ele começou a cultivar café em 1972 ao redor da cidade de Patrocínio, hoje um grande e ativo centro comercial e de fornecimento para uma região que produz mais café do que qualquer país da América Central.*

*O Cerrado produz um dos melhores cafés do Brasil. A Família Grossi produz alguns dos melhores cafés especiais do Cerrado que resulta da escolha das variedades corretas, práticas agronômicas ideais, moderna tecnologia de processamento e especialmente da dedicação da família envolvida diretamente com o agronegócio café, do plantio à exportação para o cliente final. A marca Alto Cafezal alia tecnologia de produção de primeira linha às modernas práticas de comercialização e logística sob supervisão direta e dedicação pessoal da Família Grossi.*

*O fator humano por trás das Fazendas Alto Cafezal anda lado a lado com o envolvimento da Família Grossi e inclui cada trabalhador das*

<sup>42</sup> Órgão criado em 1952 pelo Governo Federal, constituído por cafeicultores e que passou a organizar a política cafeeira até o ano de 1989, quando foi extinto. Disponível em: < <http://www22.sede.embrapa.br/cafe/unidade/historico.htm>>. Acesso em: 10 de ago., 2009.

*fazendas. Os trabalhadores são o bem mais importante para o cumprimento de todos os estágios do cultivo, processamento e logística*<sup>43</sup>.

A “saga da conquista” e do “espírito empreendedor” foi assim sendo construída. Jose Carlos Grossi, empresário agrícola, veio em 1972 do Estado do Paraná é um dos primeiros proprietários das fazendas e um dos que mais produz café na região. A “saga do pioneiro” remonta a sua origem imigrante, bem como a de sua família, inventariando assim uma tradição que já dura três gerações, mesclada com os conhecimentos vinculados às novas tecnologias e aos novos modos de governar a propriedade: logística e/ou planejamento.

A história descrita sobre a trajetória do Sr. Jose Carlos Grossi demonstra que no momento de sua chegada à cidade de Patrocínio ele já tinha consolidado um patrimônio material significativo, era um empresário do agronegócio. Sua família possuía “tradição” e experiência no cultivo do café, assim que surgiu uma oportunidade de aumentar suas rendas este empresário mudou-se para Patrocínio com intenções determinadas.

No trecho citado se procura demonstrar que nos empreendimentos do senhor Grossi existe uma preocupação com o trabalhador que está empregado nas suas fazendas, é apontado que “*os trabalhadores são o bem mais importante*”. Mas, qual seria o grau desta importância? Trabalhar nas fazendas do senhor Grossi não significa ser “o bem mais importante”, a importância está na produção e é por este motivo que se enaltece a “saga dos pioneiros”.

Os modos de se trabalhar na cafeicultura não são descritos pelo texto, as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores também não, o que realmente acontece nas lavouras não é apresentado. Esse fato determina uma valorização do produto café em detrimento do trabalhador rural, essa inversão de valores encobre a situação enfrentada cotidianamente por todos trabalhadores rurais da região. Esse ato oculta as contradições sociais entre a classe cafeicultora e os trabalhadores, trazendo uma versão onde o que impera é a idéia de que o cafeicultor é um sujeito que compreende e participa da realidade do trabalhador rural.

As publicações do jornal e a exaltação da história de vida da família do senhor Grossi procuram constituir uma memória da cafeicultura, das conquistas trazidas pelo

---

<sup>43</sup> Disponível em: <<http://www.altocafezal.com.br/sust.php?lang=pt>>. Acesso em: 10 de ago., 2008.

café e não uma memória das pessoas que trabalham no café. Essa memória cristalizada em que os primeiros cafeicultores são considerados desbravadores e pioneiros no cultivo do café é afirmada pelo Jornal de Patrocínio e pela Prefeitura Municipal da cidade. No ano de 1984 o jornal dispõe de uma página inteira para publicar uma entrevista com o cafeicultor Jose Carlos Grossi, que descrevo a seguir:

*O entrevistado especial dessa semana é o engenheiro e agrônomo Jose Carlos Grossi um dos pioneiros da cafeicultura, plantação de soja e trigo da região. Doze anos de um convívio sadio junto à sociedade patrocínense, personalidade marcante, sempre ativo atencioso e de fácil comunicação, tem se revelado não só um líder de sua classe, mas também um homem sensível e preocupado com os problemas sociais.*

*Jornal de Patrocínio: Você como um dos grandes produtores de café do nosso município poderia nos dizer como esta sendo a safra de 84?*  
*Jose Carlos: Essa safra em geral foi muito fraca estou calculando que o município deve colher no máximo 50% do volume colhido no ano passado*

*Jornal de Patrocínio: Porque essa quebra da produção?*  
*Jose Carlos: Bom no ano passado foi um ano de grande safra e a produção às vezes oscila, outros fatores e falta de um melhor tratamento por parte dos produtores e a estiagem prolongada.*

*Jornal de Patrocínio: Você acha que o fluxo de agricultores para Patrocínio de agora em diante dever parar ou continuar?*  
*Jose Carlos: Ultimamente Patrocínio tem recebido migração de muitas famílias procedentes principalmente do Paraná e São Paulo. É muito importante salientar que este pessoal de agricultores em sua maioria que vem pra cá a fim de se fixar residência e participar de nossa comunidade, sendo mais um elemento de produção, vem com espírito de trabalho e dedicação. Vem para produzir, soja, arroz, milho e café. Estamos certo que mais gente virá porque as condições de agricultura de nossa região são muito boas e a rentabilidade de nossa cafeicultura é muita satisfatória.*

*Jornal de Patrocínio: Terminada a safra de 84 o desemprego em Patrocínio vai ser grave?*  
*Jose Carlos: O comercio já começou a sentir a queda em seu faturamento e isso deve a baixa safra deste ano e as colheitas tendo terminado, sendo assim prevemos que ate novembro ainda teremos muito desemprego em nossa região o que poderá trazer graves problemas sociais. Compete a todos nos acharmos uma forma de oferecer mais trabalho aproveitando que essa mão de obra possa parecer mais barata com tipo de trabalho que não tivemos oportunidade de executar anteriormente como, por exemplo, reformas e construções.<sup>44</sup>*

---

<sup>44</sup> Jornal de Patrocínio – Ano XII – 25 de agosto de 1984.

Refletindo sobre essa publicação do jornal percebemos qual o lugar social ocupado por esse cafeicultor. Na década de 1990 ele já possuía formação acadêmica como engenheiro agrônomo e já havia consolidado seu patrimônio no município. Ele não era um trabalhador rural qualquer que chegava a cidade a procura de trabalho, mas um herdeiro de pais cafeicultores, portanto, compartilhava os valores daquele que participavam da classe voltada para o agronegócio. A troca feita entre o estado do Paraná, região onde tinha plantações de café, para o município de Patrocínio, não foi por acaso. Havia vantagens nesta troca. O plano de renovação proporcionava o barateamento de terras do cerrado, o que levava a uma maior valorização na comercialização do produto final.

As respostas às perguntas feitas pelo jornal trazem uma visão de um empresário rural preocupado com as condições sociais dos trabalhadores que chegam e que saem, dando a entender que ele se coloca na mesma condição de classe dos trabalhadores. Entretanto, ao longo da entrevista percebemos que o seu principal interesse era a produção que não seria tão farta como ano anterior, 1983. A baixa produtividade afeta principalmente o trabalhador rural contratado para as colheitas que passa a padecer com problemas decorrentes da queda na produção, devido ao fato de que sem a renda das colheitas enfrentariam dificuldades para pagar contas como água, luz e aluguel.

O jornal ao descrevê-lo como um visionário que trouxe progresso ao município apresenta esse cafeicultor como um desbravador que “ajudou” pelo seu espírito de bondade a região a se desenvolver e de certa forma evoluir no sentido comercial, trazendo subsídios para a região. Contudo, essa visão não demonstra o que realmente ele é, um empresário que procura cada vez mais aumentar sua renda e seus bens materiais. Ele é categorizado como alguém que foi necessário para o desenvolvimento da região, diferentemente dos trabalhadores que chegavam ao mesmo período em busca de trabalho. Esses trabalhadores são definidos por ele como *sendo mais um elemento de produção*.

Dentro desse processo de construção de uma memória hegemônica da classe cafeicultura encontrei durante a pesquisa na região um anuário<sup>45</sup> que foi publicado por alguns anos pelo senhor Sanarelli<sup>46</sup>. Ao analisar o Anuário, juntamente com um resumo

---

<sup>45</sup> A senhora Maria de Fátima, responsável para Casa da Cultura, que nos cedeu uma cópia do impresso.

<sup>46</sup> Alberto Sanarelli é radialista e proprietário do site [www.patrocinionline.com.br](http://www.patrocinionline.com.br), foi assessor da Câmara Municipal, assessor de imprensa da Acarpa. O anuário de Patrocínio começou a ser publicado na década de 1980, sendo que o último foi no ano de 2003. Os dados contidos nele trazem aspectos sociais, culturais e econômicos da região tendo como foco, estatísticas do IBGE. Existe também no final uma relação de

da história de vida desse senhor que consta na última página, percebi que nele consta muitas informações sobre as condições geológicas da terra de Patrocínio. No anuário encontramos fotografias sobre os lugares de convivência social como clubes, parques, represas e lagoas. Existem informações estatísticas como censos demográficos, orientações sobre a quantidade de moradores, de hospitais, de creches, de colheitas, de escolas públicas e privadas. Há ainda uma relação de vereadores com um breve histórico sobre a atuação de cada um na política regional. Finalizando, encontramos um histórico da cidade com datas específicas de momentos considerados importantes para o autor.

Sanarelli possui uma atuação junto à classe cafeicultura, foi assessor de imprensa da Acarpa - Associação de Cafeicultores da Região de Patrocínio – fundada em 1987. O ano de criação<sup>47</sup> desta associação significa um momento em que a cafeicultura na região estava sofrendo perdas na questão de valores pagos pela saca de café colhida e beneficiada. A criação da Acarpa procurava manter e intervir segundo os interesses da classe cafeicultora na região. O folheto a seguir é distribuído aos associados e traz um pouco sobre a história da criação dessa associação:

---

fotos e data consideradas importantes para o autor, privilegiando principalmente acontecimentos relacionados às pessoas da elite local.

<sup>47</sup> Os valores pagos pela saca de café estavam em queda deste o ano de 1986, conforme apresentado pelo Jornal de Patrocínio: [...] *Conforme prevíamos durante este primeiro semestre de 1985, as cotações de preço de café atingiram níveis que não se imaginavam, ou seja, acima de 3.000 cruzeiros a saca. Bem na verdade, acreditávamos nesses preços para fevereiro e março de 1986. Entretanto as condições que apontávamos como fator de alta inevitável, ou seja, a geada verificada em diversas regiões produtoras em julho/agosto de 85, estiagem prolongada nas mesmas regiões que prejudicaram sensivelmente as floradas, ausência de estoques de boa qualidade em poder do IBC e dos produtores foram confirmadas de maneira irreversível no início de dezembro.* Jornal de Patrocínio – Ano XIII - 25 de janeiro de 1986. Essas quedas nos valores levaram a uma chamada para um “Dia de Protesto” no ano seguinte, onde já havia a intervenção da Acarpa: [...] *A Cooperativa Agropecuária Garcafé, Associação dos Cafeicultores, Associação Comercial e Industrial e Agropecuária de Patrocínio chamam para um DIA NACIONAL DE PROTESTO.* Jornal de Patrocínio - Ano XIV - 07 de março de 1987. A Acarpa foi criada em um ano em que os valores pagos pelo café colhido e beneficiado estavam em baixa, ela é uma associação exclusiva de produtores e não tem a intenção de zelar pelos trabalhadores rurais. Esse momento de queda trouxe transtornos muito maiores para os trabalhadores que sobreviviam da “panha” do café.



base no folheto, percebe-se que a Acarpa não pretende discutir as condições sociais do trabalhador rural, o que se procura nessa instituição é oferecer serviços que antes não estavam dispostos ao cafeicultor, como análises de solo, assessorias, certificados, entre outros.

Os dados sobre a produção da cafeicultura na região estão disponíveis no site<sup>48</sup> da Acarpa, onde constam a quantidade de pés de café plantados e a quantidade colhida. Existe nele uma relação da quantidade de pessoas contratadas para o trabalho nas lavouras de café durante os meses de março a outubro, são números que não expressam as relações de trabalho vivenciadas por essas pessoas, mas que são significativas por permitir pensar em que condições esses trabalhadores estão submetidos nas fazendas da região.

Destaco o seguinte trecho extraído do referido site:

*[...] Efeito Social:*

*O café gera direta e indiretamente mais de 20.000 empregos e é responsável por 78% da economia do município. É uma atividade que tem grande característica de distribuição de renda.*

*Patrocínio é o maior produtor de café da região abrangida pelo Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, composta de 55 municípios produtores. Iniciou a atividade em 1973, tendo um desenvolvimento mais acentuado na década de 80 quando experimentou um crescimento de mais de 50% no seu parque cafeeiro. O município também tem o maior pólo de armazenagem e comercial de café da região que hoje representa 15% da produção nacional de café.<sup>49</sup>*

A mensagem a ser passada é de que somente com a cafeicultura foi possível um “crescimento” da região, em que Patrocínio passou a empregar aproximadamente 20.000 pessoas por ano, transformando-se assim em uma das regiões que mais produziam café. Nessa notícia vinculada pela Acarpa o que se apresenta sobre as condições gerais dos trabalhadores são apenas números que nos levam a pensar em como eles estavam dispostos. De onde vinham? Onde ficavam? Quais eram suas condições físicas e sociais?

Publicações como esta, ou das vantagens trazidas pela cafeicultura, constituem uma rede de instituições que indiretamente constroem a memória oficial da cidade. Nessa perspectiva, existe na região outro ponto de apoio vinculado ao poder público municipal, a Casa da Cultura. Ela representa um lugar onde a memória oficial da cidade

<sup>48</sup> Disponível em: <<http://www.acarpa.com.br>>. Acessado em 10 de ago., 2008.

<sup>49</sup> Idem. Idem.

começa a ser delineada e reproduzida. É nesse lugar que os estudantes de ensino fundamental, médio e superior procuram para conhecer um pouco sobre a fundação e formação da cidade. Esse lugar funciona como arquivo público municipal, entretanto o que é apresentado nesse local são somente fatos relacionados às elites. No espaço da casa são oferecidos cursos e oficinas de artesanato para a população, há também uma sala onde estão dispostas fotografias de personalidades políticas e públicas, médicos e principalmente cafeicultores.

Quando procurei essa casa esperava encontrar fatos e acontecimentos que se referia a toda a população de Patrocínio, independente de serem nascidos na cidade ou não, contudo essa idéia se desfez no momento em que tive o primeiro contato com o lugar. A Casa da Cultura possui um funcionário responsável por orientar as pessoas que procuram o lugar, a senhora Maria de Fátima Machado de Almeida<sup>50</sup>. Quando conversei com ela percebi que sua fala também reproduzia o que estava descrito no jornal e a história da família Grossi. Então, achei necessário registrar uma entrevista com ela para visualizar qual seria a percepção de um órgão público referente àqueles que trabalham na cafeicultura:

*vieram os paranaenses, porque eles descobriram que aqui em Patrocínio, que o cerrado era uma terra boa para plantio do café e eles também vieram pra'qui e devido aqui não ter seca não ter geada, né... é...isso também tornava fácil o plantio do café, e eles num tinham assim...é...os trabalho que lá no sul eles tinham. Por exemplo, quando caia geada tinha problema... de... de...atrapalhar o café. E com esta vinda desse pessoal para patrocínio foi muito bom, o impulso foi grande.*<sup>51</sup>

A fala da senhora Maria de Fátima reafirma a idéia de que foi com a chegada dos empresários rurais que a cidade se modificou para melhor, eles são associados pela narradora ao progresso e se negligencia a presença maciça de trabalhadores rurais na região.

O poder local, incluindo a classe cafeicultora, tem na Casa da Cultura um lugar de transmissão e afirmação da memória oficial da cidade, onde nem todos se identificam. O entendimento da memória enquanto “um campo de luta, alvo de disputa, de domínio

<sup>50</sup> Segundo o site da Prefeitura Municipal de Patrocínio a senhora Maria de Fátima ocupa o posto de Chefe do Patrimônio Histórico da Fundação Casa da Cultura. Disponível em: <www.patrocínio.mg.gov.br>. Acesso em 18 de ago., 2008.

<sup>51</sup> Entrevista realizada com a senhora Maria de Fátima Machado Almeida em sua sala na Casa da Cultura em 12/06/2008.



e de afirmação social”<sup>52</sup> possibilita visualizar versões distintas das que vão se tornando oficiais. Existem diversas formas de trabalho no campo que foram modificadas, a chegada dos trabalhadores rurais na região com diferentes expectativas, a transformação de todo um modo de se viver e trabalhar no campo. A memória do pioneirismo que vai sendo oficializada ignora as dificuldades enfrentadas por esses trabalhadores como também ignora ou esconde as investidas e tomadas de posição deles junto ao cafeicultor.

A partir do momento que os órgãos públicos de comunicação passam a omitir os valores do trabalhador rural na região, eles também negam que este trabalhador faz parte da constituição do processo social histórico. Quando entrevistávamos a senhora Maria de Fátima ela me disse que existia no município um lugar para onde eram direcionadas aquelas pessoas que procuravam a cidade a trabalho:

*às vezes chega aqui também (se referindo as pessoas)... e as vezes não consegue (trabalho) então traz algum problema pra prefeitura ...a prefeitura tem de conseguir dinheiro pra essa pessoa voltar...aconteceu muito também...mas isso você pode ver na ação social...você pode vê...<sup>53</sup>*

A narradora tinha conhecimento de que todos os anos chegavam muitos trabalhadores de outros estados, contudo o que ela aponta é que quando estes não conseguem trabalho trazem problemas para a prefeitura. Ela incorpora o discurso de que o trabalhador que chega sem destino certo não é bem aceito pelas pessoas que “são do lugar”, eles são tratados como “os de fora”.

Movida pelas orientações da senhora Maria de Fátima fui procurar o serviço de Assistência Social que sugeriu outro rumo, a Casa de Apoio, mais conhecida como Albergue Municipal. Procurei então conhecer este lugar e as pessoas que dele cuidam. Encontrei uma família de quatro pessoas residindo no local e o responsável é o senhor Wilson Gonçalves e sua esposa Maria Aparecida Pereira que também é funcionária municipal.

A criação do albergue pressupõe que naquele ano de 1995 muitos trabalhadores chegavam ao município sem um destino certo, ou melhor, sem um local específico para trabalho. A Casa de Apoio se localiza nas proximidades da rodoviária, e na entrada consta uma placa com os dizeres:

<sup>52</sup> FENELON, Déa Ribeiro. Apresentação. MACIEL; ALMEIDA; KHOURY (org). Outras Histórias: Memórias e Linguagens. São Paulo: Olho d'Água, 2006. Pp. 8.

<sup>53</sup> Entrevista realizada com a senhora Maria de Fátima Machado Almeida em sua sala na Casa da Cultura em 12/06/2008.

*[...] Abrigo ao trabalhador rural.  
Inaugurado em 30/07/1995.  
Diretoria do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Patrocínio  
gestão 1992/1995  
– Compromisso com Trabalhador.  
Prefeito Julio Elias.<sup>54</sup>*

A proposta demonstrada pela placa é de que aquele é um lugar de abrigo, de acolhimento ao trabalhador rural, independente de ele ser ou não do lugar, assim ele é destinado a todos aqueles trabalhadores rurais que procuram emprego na região.

A casa possui um pequeno espaço na entrada para servir o jantar e o café da manhã, pois somente é oferecido a esse trabalhador um período de três dias com jantar e um café com pão na parte da manhã. A casa abre suas portas no período noturno às 18h00min e se fecha às 08h00min da manhã. Nesse tempo também é oferecido um lugar para banho e camas no estilo beliche para que as pessoas possam descansar. Vencido o prazo de três dias aqueles que não conseguiram emprego são direcionados para outros lugares.

Os dizeres anunciados na placa não representam à realidade que estes trabalhadores enfrentam e permitem compreender que a função deste órgão passa a não ser mais o de “abrigo”, como é anunciado pelos dizeres da placa, mas o de exclusão e controle. Três dias é um espaço de tempo relativamente curto para que um sujeito procure e encontre serviço na região. A determinação desse tempo é uma tática que a Prefeitura Municipal criou para evitar que “os de fora” permaneçam na cidade sem ter um lugar fixo de trabalho, dizendo quem fica e quem sai.

O método adotado pela Prefeitura Municipal para controlar quem são essas pessoas, de onde vem, para onde vão, é a utilização de fichas de controle que são significativas na nossa pesquisa por se tratarem de procedimentos construídos pelas classes dominantes para classificar e tipificar estas pessoas. No entanto, muitos trabalhadores que chegam a Patrocínio não passam pela triagem da Casa de Apoio, ou seja, apesar de manter o seu caráter de seleção, a tentativa de controle abarca somente uma porcentagem daqueles sujeitos.

Abaixo mostro como são as fichas e procuro analisá-las em conjunto, pois fazem parte de um único modelo de controle. Ambas não estão preenchidas porque quando procuramos o responsável pela casa ele nos orientou a procurar novamente a Secretária

---

<sup>54</sup> Placa na casa de apoio instalada durante a inauguração da mesma, pelo prefeito Julio Elias.

de Ação Social para obtermos uma autorização para ver as fichas preenchidas e o secretário responsável no ano de 2008, o senhor Márcio Amaral, não permitiu essa visualização e somente nos entregou cópias em branco. Analiso então como são constituídas as fichas e como elas atuam no controle.

FICHA DE CADASTRAMENTO DE MIGRANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL ABRIGO DO TRABALHADOR	
PATROCÍNIO, _____ DE _____ DE _____.	
Nº. _____	
ENTRADA: ____/____/____	SAÍDA: ____/____/____
NOME: _____	
ESTADO CIVIL: _____	DOCUMENTO: _____
SEXO: _____	DATA DE NASCIMENTO: _____
LOCAL DO NASCIMENTO: _____	ESTADO: _____
ENDEREÇO E TELEFONE: _____	
PAI: _____	
MÃE: _____	
PAIS: ( ) CASADOS ( ) SEPARADOS ( ) DESQUITADOS ( ) FALECIDOS	
PROCEDÊNCIA: (ÚLTIMA CIDADE) _____	
TEMPO DE PERMANÊNCIA: _____	
POR QUE DEIXOU A CIDADE? _____	
POR QUE ESCOLHEU PATROCÍNIO? _____	
QUANDO CHEGOU? _____	COMO VEIO? _____
ONDE ESTÁ ALOJADO? _____	
ACOMPANHANTES ( ) SIM ( ) NÃO - QUEM? _____	
TEM PROBLEMA COM A JUSTIÇA? ( ) SIM ( ) NÃO - QUAL? _____	
INVESTIGAÇÃO: _____	
SOLICITAÇÃO: _____	
PASSAGENS? ( ) SIM ( ) NÃO - DESTINO: _____	
REQUISIÇÃO DE PASSAGEM Nº. _____	
AUTORIZADO: _____	
ASSISTÊNCIA MÉDICA ( ) SIM ( ) NÃO: _____	
OBS.: _____	
_____	
_____	
ENTREVISTADOR	MIGRANTE

Figura 2: Ficha de Cadastro de Migrante - Prefeitura Municipal de Patrocínio  
Fonte: Prefeitura Municipal de Patrocínio – 2009.

**DECLARAÇÃO PESSOAL DE REQUISIÇÃO**

Eu: \_\_\_\_\_ portador  
do documento: \_\_\_\_\_, cõncio de minha  
perfeita saúde física e mental, declaro para os devidos fins que no dia  
\_\_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ do ano de 2008, solicito à  
Secretaria Municipal de Ação Social do município de Patrocínio (MG), o  
fornecimento de transporte alternativo ou convencional com destino a:  
\_\_\_\_\_.

Por ser verdade, assino e dou fé.

Patrocínio \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2008.

Ass: \_\_\_\_\_  
( \_\_\_\_\_ )

Figura 3: Requisição de transporte para o Migrante - Prefeitura Municipal de Patrocínio  
Fonte: Prefeitura Municipal de Patrocínio - 2009

Essas fichas são as primeiras referências ao trabalhador rural que procura o espaço do albergue para obter descanso. Chamaremos a primeira de ficha *A* e a segunda ficha *B*. Na primeira encontramos uma tipificação deste trabalhador rural por parte da Prefeitura Municipal, ele deixa de ser visto como trabalhador e passa a ser chamado de migrante.

Pensando no sentido do termo migrar dentro da historiografia temos a pesquisadora Becker que nos aponta que

*[...] a migração pode ser definida como mobilidade espacial da população. Sendo um mecanismo de deslocamento populacional, reflete mudanças nas relações entre as pessoas (relações de produção) e entre essas e seu ambiente físico.*<sup>55</sup>

Relacionando a ficha A com a definição de migração da pesquisadora Becker percebe-se que ambos tratam o trabalhador que vivencia o processo de ir e vir como um objeto do modo de produção. Nesse sentido, este trabalhador perde suas características humanas como poder de decisão, barganha, vontades, anseios para apenas participar das relações de produção. Essa perspectiva ignora o trabalhador como dono da sua força de trabalho e o coloca como objeto a ser transportado de um lado para outro que é a característica da ficha B. Esse trabalhador quando escolhe sair de sua região o faz a partir de propósitos, não é, portanto uma escolha nula, sem sentido.

Independente de serem rotulados como migrantes eles fazem a viagem em busca de algo, negando talvez uma situação em que estavam vivendo. Esses trabalhadores são pessoas únicas que enxergam a “migração” como forma de protesto, de não aceitar as condições em que vivem buscando algo melhor ou diferente do que está acostumado.

Ao chegarem a Patrocínio, grande parte procura trabalho, mas aqueles que não têm lugar para ficar, por não terem outras opções, “escolhe” ou é obrigado a escolher ir para o abrigo. A partir dessa situação o poder municipal passa a lhes solicitar vários dados pessoais, que podem ser percebidos na ficha A, e esse controle pode ser percebido na ficha B. Dessa forma, além da tentativa de controle esse ato possui também um sentido discriminatório e excludente, rotulando as pessoas como sendo aqueles que “não são da cidade”. Esse tipo de exclusão toma forma especialmente quando é “oferecida” uma passagem para outra região ao sujeito que durante o tempo de permanência no albergue não conseguiu trabalho, caracterizado pela ficha B.

Ao buscar compreender os motivos de tantos dados solicitados pela Prefeitura Municipal percebi que essa ficha se constitui uma forma de banco de dados, talvez um currículo com a procedência da pessoa para que aqueles cafeicultores que contratam através do albergue tenham a mínima noção sobre quem são essas pessoas. Mas, alguns

<sup>55</sup> BECKER, Olga Maria Schil. Mobilidade Espacial da População: Conceitos, Tipologia, Contextos. In: CASTRO, J.E; GOMES, P.C; CORREA, R.L (org). *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Brzustand Brasil, 1997. Pp. 323.

dados são pouco prováveis de ser preenchidos e a sua solicitação chega a ser incoerente. Na ficha *A* há a solicitação de endereço e telefone para contato, mas como alguém que está no albergue, portanto sem residência fixa e telefone, poderá deixar esses dados? Se essas pessoas tivessem um lugar para morar ou um trabalho, não estariam temporariamente na casa de apoio.

Nas fichas há também perguntas sobre porque a pessoa deixou a cidade, porque escolheu Patrocínio e a onde está alojada. Essa última pergunta também não tem como ser respondida pelo trabalhador que está no abrigo, pois para ele naquele momento não existe um alojamento fixo, ele está em busca de trabalho nas fazendas e poderá ou não encontrar. As duas primeiras perguntas podem ter o mesmo sentido, o trabalhador que sai de uma região para outra está, na maioria das vezes, buscando melhores condições de vida, insatisfeitos com a que levavam em outra cidade.

Outro ponto intrigante nessa ficha é sobre a condição judicial de quem passa pelo abrigo. Existe uma pergunta sobre problemas com a justiça e além desta ter como opção de resposta as alternativas sim ou não, é preciso também especificar qual é este problema caso o trabalhador marque sim. Nesse sentido, ele deixa a sua condição de trabalhador rural, passando a ser considerado como devedor da justiça ou até mesmo um criminoso.

As fichas tanto *A* quanto *B* da prefeitura não são somente uma tática para tentar evitar a vinda de trabalhadores rurais para a cidade, mas são também um método de controle de quem chega e sai, pois aqueles que não conseguem emprego são direcionados para outras regiões. Isso é feito através do envio de uma solicitação (ficha *B*) da casa de apoio à Secretaria de Ação Social que encaminha essas pessoas a assistentes sociais que fazem uma avaliação das condições financeiras e em seguida solicitam uma passagem, que nem sempre é de volta, mas pode ser outro caminho.

Então após pesquisar na Prefeitura Municipal, no jornal, na internet e perceber que nestes lugares não encontraríamos a presença do trabalhador rural e sim o ocultamento das suas trajetórias decidi procurá-los pessoalmente e assim buscar entender o momento de transformação que vivenciavam. Se a chegada de empresários rurais na região significou um momento de intensa transformação nas relações sociais é necessário dizer que juntamente com eles vieram muitos trabalhadores que passaram a viver e a trabalhar com estas novas formas de organizar a produção. Preocupada em compreender as contradições deste processo social realizei entrevistas com trabalhadores que moram na

cidade e ou que foram para lá impulsionados por estas novas formas de trabalhar no campo.

Ao analisar as narrativas dos trabalhadores volantes que vivenciaram o processo de transformação social percebi histórias e vivências que não estavam apresentadas na versão oficial do município. Nesse sentido, busquei então compreender através dessas narrativas os sentidos e os significados que estas pessoas trazem no modo de trabalhar no campo. Mas havia uma questão importante, como chegar a esses trabalhadores? Era preciso procurá-los nos seus múltiplos espaços, nos bairros, nas casas, nas praças, nos bares e nas fazendas de café.

Meu primeiro encontro foi com a trabalhadora rural Irani<sup>56</sup> que já conhecia antes e me direcionou para o encontro com outros trabalhadores. Em nossas conversas informais ela havia me dito que era do estado do Paraná e que há aproximadamente 15 anos estavam morando em Patrocínio, questionei quem mais estava com ela e a Sra. Irani informou que toda a sua família naquele momento havia mudado, mas que alguns tinham voltado para sua cidade de origem. Através da conversa com ela cheguei até sua mãe, a Sra. Alaíde<sup>57</sup>, a única moradora da família que vive em Patrocínio, e marcamos a gravação de uma entrevista.

Depois de conhecer a senhora Alaíde, a Sra. Irani me levou até o Sr. Joaquim e sua esposa, a Sra. Graciele<sup>58</sup> que abriram as portas de sua casa e me recebeu gentilmente. Busquei também trabalhadores que faziam constantemente o trajeto de ir e vir de uma cidade para outra, porque estes primeiros já estavam morando em Patrocínio há algum tempo, então era necessário entender o porquê de outros trabalhadores permanecerem no “ir e vir”.

Todos esses trabalhadores apresentados acima me foram apresentados em suas respectivas residências antes do início da colheita de café. Gravei entrevistas também em outro momento, após o início da safra. Conheci o senhor Wilson<sup>59</sup> por indicações da senhora Maria Elias Pereira<sup>60</sup> que possui um bar há 23 anos na mesma região. Procurei trabalhadores nesse lugar por saber que depois de um dia de trabalho eles procuram o bar para descansar e conversar com os amigos, é, portanto um espaço de encontros e desencontros.

---

<sup>56</sup> Irani Fernandes de Quadros de 25 anos. Entrevista realizada em sua residência em 19/05/2008

<sup>57</sup> Alaíde de Souza Quadros, 59 anos. Entrevista realizada em sua residência em 19/05/2008.

<sup>58</sup> Joaquim de Souza Junior de 29 anos entrevista realizada em sua residência em Patrocínio, juntamente com sua esposa Graciele de Fátima Martins Souza de 25 anos em 15/05/2008.

<sup>59</sup> Wilson Macedo, 59 anos, entrevista realizada em 15/09/2008.

<sup>60</sup> Maria Elias Pereira, 80 anos, entrevista realizada em 03/12/2009 em seu bar.

Outras narrativas foram refletidas à luz de novas questões, pois foram gravadas em outro momento como foi o caso da senhora Zélia Alves de Jesus<sup>61</sup>, conhecida como Nenê e o Sr. Wagner Junior<sup>62</sup>, ambos nascidos e criados em Patrocínio. Ao refletir sobre suas narrativas era preciso compreender quem eram essas pessoas e como elas viviam. O que as levava a trabalhar na cafeicultura? Porque suas trajetórias não estavam na versão oficial da história da cidade, se eles vivenciam o mesmo processo de transformação? Por qual motivo escolheram migrar? Pensando em cada entrevista individualmente e ao mesmo tempo no conjunto encontrei uma série de evidências que proporcionou refletir o processo social histórico de constituição do município de Patrocínio.

O ato de chegar e sair da região possui sentidos diversos para o cafeicultor e para o trabalhador rural que não são evidenciados pelos jornais, pela Prefeitura Municipal ou pela Acarpa. O cafeicultor não procurou o município de Patrocínio sem motivo aparente, mas a sua chegada a Patrocínio atendia aos interesses de uma classe que se desenvolvia na região e buscava lucros.

Quanto à chegada dos trabalhadores vale ressaltar que o trabalho na cafeicultura é marcado por uma sazonalidade, nesse sentido, a presença dos trabalhadores na cidade torna-se mais perceptível durante os meses de safra que ocorre entre o mês de março a outubro. Há nesse período um constante aumento no fluxo de pessoas que transitam entre as ruas, praças, lojas e bairros. Esse crescimento vem acontecendo desde o início da implementação da cafeicultura na região na década de 1970. Muitos trabalhadores rurais que naquele momento eram denominados de bóias-frias foram chegando e fixando residências, outros, entretanto, voltavam todos os anos para o trabalho nas fazendas de café. Esse trabalhador que sai de sua cidade buscava algo diferente do que vivenciava, lutava contra as dificuldades da sua região, tendo esperanças e anseios diversos dos cafeicultores que já tinham seus objetivos traçados.

Enquanto o cafeicultor que chegava era amparado pelo Plano de Renovação onde encontravam terras férteis a preços mais baratos, muitos trabalhadores chegavam sem amparo, mas com uma indicação: a do gato. Este trabalhador possui uma relação diferente com o patrão, onde seu trabalho é lidar diretamente com o trabalhador contratado para aquele momento de colheita, fazendo pagamentos e fiscalizando o

---

<sup>61</sup> Zélia Alves de Jesus, 52 anos, em realizada no dia 31/10/2004 em sua residência.

<sup>62</sup> Wagner Junior, 26 anos, entrevista realizada em 20/11/2004 em sua residência.



trabalho. É ele também que agencia trabalhadores em outras cidades, com promessas de melhores ganhos.

As formas pelas quais o gato exerce seu trabalho vêm sendo discutidas e analisadas por muitos pesquisadores do tema. Carmo<sup>63</sup> baseado num estudo de Moraes Silva aponta que a presença deste agenciador é constante em grande parte dos trabalhos demarcados pela sazonalidade e que este deixa de ser um trabalhador contratado temporariamente para se tornar um falso patrão. Entretanto, sua condição ainda permanece a de trabalhador rural “alçado a outro posto nas relações iludido em ser patrão”<sup>64</sup>. E segundo D’Incao<sup>65</sup>, em seu trabalho publicado em 1984 sobre os bóia-fria na região de Ribeirão Preto no estado de São Paulo, o gato possuía “encargos que vão desde a arregimentação dos trabalhadores até o pagamento, passando pelo transporte e pela avaliação da produção de cada um”.

O gato é um tipo de trabalhador que não é nem patrão e nem trabalhador rural contratado, ele tem uma ligação com os empresários rurais e com eles permanece ao final da safra, ou seja, seu trabalho não termina quando termina a colheita, ele fica na fazenda para pequenos trabalhos. O gato tem então o seu serviço garantido ao longo do ano e ao iniciar uma nova safra volta a buscar trabalhadores em outras regiões e na cidade de Patrocínio.

Além disso, ele também faz as medições – verifica quanto café foi colhido por cada sujeito. Cada trabalhador dever encher sacas de 60 litros<sup>66</sup>, a quantidade de sacas cheias depende do trabalhador e da qualidade do café. Pés de café muito velhos dão pouca produção, levando o trabalhador a ter que se esforçar mais para ter maior produção – e faz os pagamentos que podem ser semanais ou quinzenais, o que depende do acordo feito entre trabalhadores e patrões.

Esse mesmo tipo de trabalhador também é descrito por Maia<sup>67</sup> como “agenciadores de trabalhadores, que providenciam a viagem, o contrato e, algumas vezes, a moradia dos trabalhadores”. O tempo decorrido entre a pesquisa de D’Incao e Maia é de 22 anos, contudo esse tipo de trabalhador permanece no sistema capitalista da

---

<sup>63</sup> CARMO, Maria Andréa Angelotti. *Lavradores de sonhos: Saberes e (des) caminhos de trabalhadores volantes*. 1980-2000. Editora da Puc. São Paulo, 2006. Pp. 144-146.

<sup>64</sup> CARMO, Maria Andréa Angelotti. *Lavradores de sonhos: Saberes e (des) caminhos de trabalhadores volantes*. 1980-2000. Editora da Puc. São Paulo, 2006. Pp. 144.

<sup>65</sup> D’INCAO, Maria Conceição. *Qual é a questão do bóia-fria?* São Paulo: Brasiliense. 1984.

<sup>66</sup> Quantidade estabelecida pela Convenção Coletiva do Trabalho, 2007/2009. Patrocínio, 20 de julho de 2007.

<sup>67</sup> MAIA, Cláudia de Jesus. *Lugar e Trecho: migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha*. Unimontes. Montes Claros. 2004.

agricultura. Não podemos alegar que não ocorreram modificações na forma de contratação de volantes pelos gatos, entretanto, como é exposto por essas pesquisadoras essa prática permanece nos dias atuais. O ato de o empresário rural contratar um agenciador para buscar trabalhadores para a safra ainda permanece, facilitando assim a manipulação dos valores negociados entre patrão, gato e trabalhador rural.

Mas, o trabalho de arregimentar mão-de-obra nem sempre é exclusivo do gato. Alguns trabalhadores entrevistados apresentam outro sujeito que possui um grau mais elevado na hierarquia do trabalho na cafeicultura, como apresenta o Sr. Wagner ao ser questionado sobre quem coordena as turmas de trabalhadores:

*tem fiscal, o gato não , o gato já ajuda , tem veis que gato num ajuda , tem veis que gato já ajuda, agora fiscal não, fiscal ta ali pra enche o saco, ali pra num deixa a pessoa a trabalha, ele é mais pra olha, se ta quebrano gai, se ta deixano café nu chão...*<sup>68</sup>

Para este trabalhador quem age fiscalizando com pulso firme é o fiscal e não o gato. O fiscal é visto como alguém que não ajuda o trabalhador rural, mas exige cada vez mais que o trabalho saia perfeito sem nenhuma perda. A atuação do fiscal nas relações de trabalho na cafeicultura é algo também mencionado na narrativa da senhora Zélia que ao mesmo tempo traz a figura do gato como sendo um trabalhador que ajuda os outros companheiros, assim ela coloca que:

*“o encarregado é o fiscal, tinha o gato, o gato era um beleza. Tinha o gato e tinha o fiscal. O fiscal era péssimo, sabe o que é péssimo? Todo tanto que cê pensá que é péssimo pensa mais. Inclusive eu mais ele só vivia brigano, cê trabalhava, cê levava uam rua de café e ele ficava sabe, em cima da gente. Em cima da gente, era muito rígido, muito sem educação e a gente brigava sempre”.*

A narradora percebe o fiscal enquanto um homem que tratava os trabalhadores contratados para a colheita com certo desprezo e com quem eles mantinham uma relação conflituosa de brigas e discussões. O fiscal é visto como alguém que age rigidamente com o trabalhador rural, exigindo sempre o máximo de esforço na colheita. Entretanto o gato para ambos, Sr. Wagner e Sra. Zélia, os trabalhadores são vistos não como agenciadores, mas como alguém que de certa forma favorece o trabalhador contratado. Percebemos por ambas narrativas que a presença do fiscal acontece em

---

<sup>68</sup> Wagner Junior, 26 anos, entrevista realizada em 20/11/2004 em sua residência.

determinadas fazendas e não é constante como é a presença do gato. Isso faz sentido se levarmos em conta que nenhum outro trabalhador entrevistado citou a presença do fiscal nas colheitas.

As atuações do fiscal e do gato são formas de controle do tempo do trabalho empregado pelos cafeicultores que se utilizam da presença de um destes para controlar os trabalhadores rurais durante o momento que estão nas fazendas de café. Contudo, não foi possível saber muito sobre a atuação do fiscal porque nenhum outro entrevistado falou sobre ele, fato que constitui uma lacuna que nos leva a vários questionamentos. Será que o uso do fiscal pelos empresários rurais é uma nova tática de exploração? Em outros lugares o gato acaba por assumir também essa condição, a de fiscal? O que temos conhecimento é que as formas de contratar os trabalhadores rurais para safras marcadas pela sazonalidade são em grande medida feitas pelo agenciador, ou gato, mas que o fiscal também se faz presente neste meio, e ambos de alguma maneira possuem uma relação diferente com o empresário rural.

A inclusão do fiscal pode ser uma tática recente para controlar ainda mais o tempo do trabalho no campo. Transformações sociais como essas no campo vêm acontecendo em todo o território brasileiro desde meados da década de 1960<sup>69</sup>. Trabalhar nas lavouras tem o sentido de estar empregado e ter como manter seu modo de vida e de sua família. As monoculturas, como a cana, a soja e o café fazem com que o trabalhador rural se torne um trabalhador migrante. Essas culturas os movem a deixar regiões de tempos em tempos em busca de trabalho, transformando os sujeitos em trabalhador temporário. A temporalidade de seu trabalho acontece devido aos tempos de safra e colheita ao mesmo tempo em que vigora contratos sociais de trabalho.

Durante a década de 1970 em Patrocínio foram se formando as fazendas de café em volta da região, algumas delas como o complexo “Alto Cafezal” constituída das fazendas União, Luciana, São José Conceição, São Matheus, Capão da Mata, Garça Branca, Ouro Verde, Bela Vista e Chácara Modelo sendo todas da família do senhor Grossi representam uma área de 4.471,93 ha. Existem também as fazendas do senhor Jose Martins Galego denominada Chácara Modelo I e II, e as terras da região com o nome de Chapadão de Ferro.

---

<sup>69</sup> Segundo D’Incao é a partir da década de 1960 que o país passa por uma intensa transformação agrária, esse processo de introdução maciça do capital na agricultura leva, a aquele pequeno produtor a vender suas terras e se transformar em trabalhador assalariado no meio rural. Essa modificação marcou a forma de se trabalhar no campo no Brasil. D’INCAO. Maria Conceição. *Qual é a questão do bóia-fria?* São Paulo: Brasiliense. 1984.

O trabalhador rural Wagner Junior, que mora em Patrocínio, é casado e pai de dois filhos, foi por um tempo contratado para colheita em uma das fazendas do empresário Grossi. Em 2006, quando conversou comigo em sua casa, tinha a idade de 22 anos e desde os seus 15 anos trabalhava na colheita do café. Em nossa conversa, diferentemente do valor apontado pela “saga pioneira da família Grossi”, este trabalhador carregava um sentimento de revolta em relação ao tempo em que trabalhava nas fazendas deste empresário:

*Zé Carlos Gross, Zé Carlos Gross um fazendeiro que num vale nada, ele... ele é ruim pros pião, ruim pras... pras pessoa que tá panhano café pra ele, judia de mais da conta, faiz coisa ruim (silêncio). Zé Carlos Grossi num presta.*<sup>70</sup>

A fala do Sr. Wagner traz a memória ancorada na relação com o patrão, demonstrando contradições, sentidos diferentes daqueles trazidos pela história da família Grossi pelos jornais. O que significava ser ruim para os peões, para aqueles que colhiam café para o fazendeiro? Não se trata apenas de um juízo de valor, trabalhar nas fazendas foi algo que ficou registrado na memória do Sr. Wagner como sendo um período conturbado e de dificuldades.

O Sr. Wagner tem uma visão que parte do trabalhador, aquele que passa pelos percalços do trabalho nas lavouras de café, daquele que levanta às cinco horas da manhã e segue para um ponto de ônibus a espera de uma condução que o leve para as fazendas e depois direto para as ruas de café, trabalha o dia todo e muitas vezes não recebe o valor que deveria. O jovem Wagner não vê aquilo que a elite local vê no senhor José Carlos, um visionário, um líder, para ele este cafeicultor é uma pessoa que não dá o devido valor para os trabalhadores de sua fazenda, buscando cada vez mais o seu próprio bem estar.

Pela narrativa do Sr. Wagner percebi que as relações de trabalho nas fazendas daquele cafeicultor, senhor Grossi, não se apresentam da forma como é disposto em seu site, onde as relações são mostradas como harmoniosas e se omite as condições desiguais a que são submetidos esses trabalhadores, como a exploração do tempo de trabalho. Esse trabalhador faz sua análise a partir de um passado já vivenciado, pois no momento em que me concedeu a entrevista, já havia 7 anos que trabalha em diversas

---

<sup>70</sup> Wagner Junior. Entrevista realizada em Patrocínio na data de 20/11/2004.

lavouras de café. Foi a partir dessa experiência vivida que ele faz a avaliação das condições de trabalho nas fazendas do senhor Grossi, definindo como *ruim pros pião*.

Conforme vimos ao longo da pesquisa nos jornais, nos panfletos, na Casa da Cultura se apresenta uma valorização dos primeiros cafeicultores em detrimento do trabalhador rural. O ocultamento da presença desses sujeitos nos mais diversos meios de comunicação foi um dos motivos para procurá-los pessoalmente, criando entre eles e eu uma relação de amizade, o que foi um passo importante para que as suas narrativas pudessem ser registradas e refletidas a luz dos acontecimentos que estavam permeando todo o Brasil.

Para melhor compreender como o aumento populacional advindo da intensificação da produção cafeeira na região de Patrocínio gerou transformações sociais tanto no campo como na cidade, procuro refletir essas mudanças através das narrativas de trabalhadores que chegaram a Patrocínio em tempos diferentes. O próximo capítulo trata de como essas modificações no modo de trabalhar no campo interferiram nos modos de vida dos trabalhadores rurais, que tiveram que adotar estratégias diferentes para se manterem trabalhando.

## Capítulo II

### Memória e história: as trajetórias dos trabalhadores rurais

Segundo Thompson<sup>71</sup>

*“[...] as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou [...] como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, reciprocidades como valores [...] na arte ou nas convicções religiosas.”*

As reflexões trazidas por esse autor me levam a refletir sobre o modo como as pessoas vivenciam a realidade por meio de suas experiências e que estas são carregadas de múltiplos sentidos e não se passam somente no âmbito das idéias e pensamentos. A realidade desses trabalhadores não é somente o trabalho, faz parte da vivência deles outros aspectos como sentimentos, escolhas, vontades e desejos que são expressos no seu modo de viver.

Nessa perspectiva, procuro nesse capítulo compreender como se dão as múltiplas realidades da vida do trabalhador, tendo como ponto de partida a experiências daqueles que passaram pelo processo de migração. A migração é um processo relativamente complexo, pois o ato de sair da sua região de origem para outro lugar é um evento que faz parte do processo de transformação do social. Quando os trabalhadores saem das suas cidades, eles estão traçando uma estratégia de sobrevivência que pode ter diversos sentidos. Ao longo deste capítulo procuro analisar essas estratégias, buscando refletir em torno daquilo que Thompson<sup>72</sup> coloca: reinserir o sujeito na história.

Os sentidos de migrar para outras regiões são diferentes para cada trabalhador rural, a forma do trabalho nas lavouras de café em Patrocínio é considerado sazonal, pois depende do período da safra do café, março a outubro. Esses trabalhadores chegam à cidade desde a década de 1970, início do plantio desse tipo de cultura na região,

<sup>71</sup> THOMPSON. E.P. O Termo Ausente: Experiência. In: *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

<sup>72</sup> THOMPSON. E.P. O Termo Ausente: Experiência. In: *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 188.

quando modificações no campo elevaram a quantidade de trabalhadores rurais à procura trabalho também em outras regiões do país.

A introdução do capital agrário no campo possibilitou o surgimento de um trabalhador que não tem um vínculo fixo com os fazendeiros<sup>73</sup> e modificou a forma de se plantar, colher e trabalhar. Essa nova forma de se trabalhar substituiu uma agricultura que até então vinha sendo praticada, a agricultura de subsistência que permaneceu ativa no Brasil até meados do século XX. Enquanto o interesse dos grandes proprietários de terras era produzir cada vez mais, o trabalhador rural tornava-se um entrave para as expectativas dos grandes empresários rurais. Nesse sentido, Sabóia nos aponta que:

*“mão-de-obra residente nas propriedades é gradativamente expulsa, o trabalhador, que antes produzia diretamente para sua reprodução enquanto força de trabalho passa a residir na periferia das cidades ou a beira de estradas e a se remunerado exclusivamente em dinheiro, comprando sua alimentação no mercado e pagando aluguel, quando não consegue construir sua casa”*<sup>74</sup>

Essas transformações sociais que foram iniciadas com a expulsão de trabalhadores residentes nas fazendas geram um grande contingente de trabalhadores “sem lugar” que se direcionam para cidades, tornando-se mão-de-obra disponível para diversos trabalhos. Em Patrocínio as transformações não ficaram somente no âmbito do rural com a introdução da cafeicultura, mas adentram para o âmbito urbano com a criação de novos bairros e ambientes sociais.

As migrações são algo que refletem as condições físicas e sociais do ambiente na qual o trabalhador está o ato de sair da sua cidade de origem em busca de outros lugares para trabalho ou moradia evidencia que o social no qual esses sujeitos estavam participando está em transformação e que a forma de questionamento encontrada por eles é buscar outros lugares como sendo o seu. Por meio das narrativas dos trabalhadores rurais que vivenciaram o processo de migração, busco pensar as transformações deste social em que estão postos, tendo como suposto que o social é um meio onde as diferenças evidenciam as contradições.

---

<sup>73</sup> SABÓIA, Lucia Helena F. *O mundo do Volante: Trabalhadores Rurais de Cravinhos*, SP, 1974. Dissertação de Mestrado. Unicamp. 1978.

<sup>74</sup> Idem. Idem. Pp. 17.

A pesquisadora Becker<sup>75</sup> nos leva a refletir sobre o processo migratório do campo para a cidade afirmando que as migrações podem se classificar como sazonal e interestadual e que esse movimento é algo que vem se intensificando a partir da década de 1970 quando “multiplicaram-se as migrações de assalariados rurais temporários (volantes, bóias-frias) especialmente para as colheitas [...] expressão do subemprego sazonal e das relações de trabalho informais gerados pela modernização capitalista no campo”. Para essa autora o motivo dos deslocamentos são as transformações capitalistas ocorridas no meio rural.

Com os aspectos trazidos por Becker percebemos que o trabalhador rural que migra surge no momento em que há modificação do trabalho rural, o capitalismo ao adentrar no campo muda também os modos de vida do trabalhador rural que não consegue se adaptar as mudanças trazidas pelo capital agrário. Mas, este elabora estratégias para se manter vinculado ao campo e passa a atuar em outras categorias de trabalho, como temporário ou volante, ou a buscar trabalhos rurais alternativos em outros lugares. Isso significa que o processo que vivenciam é amplo e não está condicionado a um único aspecto.

O processo de migração transforma as pessoas, pois há um contato com situações diferentes das quais estavam acostumados, há também o contato com outras culturas e outras pessoas, assim ocorrem mudanças em todos os sentidos. Desse modo, tomamos como base para a reflexão em torno dos aspectos que envolvem as transformações na vida dos sujeitos que vivenciam o ato de migrar, o pesquisador Thomson<sup>76</sup> que trabalha a relação entre história oral e a migração. Assim, concordo com este autor quando nos diz que o significado de migração é “como um evento em uma experiência (...) que abarca velhos e novos mundos e que continua por toda a vida do migrante e pelas gerações subseqüentes”<sup>77</sup>. A migração não se resume a um simples ato de mudança física de lugar, mas algo que abarca valores, sentidos e significados. As alterações na vida do migrante vão ficar registradas na memória que vai sendo ao longo do tempo contadas geração após geração.

Para melhor compreendermos essas transformações sociais tanto no campo como na cidade começaremos nossa reflexão por narrativas de trabalhadores que chegaram a

---

<sup>75</sup> BECKER, Olga Maria Schil. *Mobilidade Espacial da População: Conceitos, Tipologia, Contextos*. In: CASTRO, J. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L (org.). *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Brzustand Brasil, 1997, p. 319-363.

<sup>76</sup> THOMSON, Alistair. *Histórias (co) movedoras: História oral e estudos de migração*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>>. Acesso em: 29 de agosto de 2006.

<sup>77</sup> Idem. Idem.



Patrocínio em tempos diferentes. A senhora Alaíde<sup>78</sup> é uma trabalhadora rural que experimentou o processo migratório em diversos momentos da sua vida, ela é natural da cidade Malacacheta, uma pequena cidade do norte de Minas Gerais, e quando criança se mudou com seus pais para o estado do Paraná. Nesse lugar ela cresceu, casou-se e teve quatro filhos, posteriormente ficou viúva e, em 2008 quando foi gravada a entrevista, ela tinha residência fixa em Patrocínio.

As narrativas trazidas por essa senhora não estão no espaço do jornal e retratam outra forma de “vir”, que evidencia outra realidade da cafeicultura no município. A senhora Alaíde chegou a Patrocínio pela primeira vez mais ou menos entre os anos de 1982 a 1985, momento de prosperidade para a cafeicultura. O Jornal de Patrocínio noticiava desde o início de 1980 o aumento nas safras e colheitas na região:

*“Patrocínio é o primeiro do Triângulo Mineiro”  
[...] Observando os números da produção de café, arroz, soja, trigo, milho e feijão, temos que acreditar no esplendido desempenho agrícola da região de Patrocínio: o eldorado rural.”<sup>79</sup>*

Anúncios como esse segue nos anos subseqüentes, com chamadas de primeira página:

*“Café em Patrocínio vai vender 4 bilhões”<sup>80</sup>*

*“Patrocínio promete safra recorde de café”<sup>81</sup>*

*“Cafeicultores a procura de terras”<sup>82</sup>*

Quando a senhora Alaíde chegou ao município pela primeira vez havia expectativas entre os cafeicultores em ter aumento na produção, esse anseio era tamanho que as promessas de farta colheita se multiplicavam nas páginas do jornal. Era um momento de transição econômica, onde o sistema de agronegócio começava a se instaurar como modelo de produção. O aumento no fluxo migratório durante os primeiros anos da década de 1980 evidenciava um processo de transformação na sociedade. A razão que movia trabalhadores como a senhora Alaíde a se mudar para

<sup>78</sup> Alaíde de Souza Quadros, 59 anos. Entrevista realizada em sua residência em 19/05/2008.

<sup>79</sup> Jornal de Patrocínio – Ano VII – 21 de junho de 1980.

<sup>80</sup> Jornal de Patrocínio – ano IX – 12 de setembro de 1981.

<sup>81</sup> Jornal de Patrocínio – ano X – 08 de janeiro de 1983.

<sup>82</sup> Jornal de Patrocínio – ano XII – 23 de fevereiro de 1985.

Patrocínio era a de conseguir trabalho que oferecesse um valor maior pela venda da sua mão-de-obra.

A propaganda divulgada sobre o possível “progresso” trouxe a Patrocínio muitos trabalhadores rurais de outras regiões, no entanto, foi pelo gato<sup>83</sup> que a senhora Alaíde ficou sabendo do trabalho na região. Quando questionada sobre como vieram ela respondeu “*nóis vei no caminhão*” e, então, continuei perguntando para tentar entender como aconteceu esse movimento.

*Janaina: - tipo de que jeito, caminhão aberto?*

*Alaíde: - Não, aqueles de capota em cima né! Cumé que fala Irani (perguntando para a filha, que também participava da entrevista)... num sei fala...*

*Irani: - Capota*

*Janaina: - e a senhora veio com gato?*

*Alaíde: - vei de caminhão... e vei cum gato pra cá. Cum gato trabaia.*

*Janaina: E como e que foi a viagem quando a senhora veio no caminhão, demorou muitos dias?*

*Alaíde: ....não a genti saiu assim, nóis saiu assim... seis hora da manhã, nóis chegou ao otro dia nove hora da noite, e parado... a cada ponto parava tão. A genti tinha criança piquena nos ponto tinha dá banho né! Nos poço dá banho nas criança, agora quem tinha dinheiro tinha compra um leitim pá dá né pos fio... era assim.*

*Janaina: E nesse caminhão vinha muita gente?*

*Alaíde: vinha, vinha cheio, lotado.*

*Janaina: A senhora voltou para o Paraná?*

*Alaíde: Voltei de novo.*

*Janaina: Por quê?*

*Alaíde: é aqui tinha acabado o serviço aqui né, num tinha recurso pá trabaia, mais o gato torno vortá cum nóis pá trais... Tinha terminado o serviço... ”<sup>84</sup>*

Desde o momento da chegada da senhora Alaíde a Patrocínio, 1982 e 1985, houveram idas e vindas que somente se finalizaram no início dos anos de 1990, quando ela permaneceu morando em definitivo na cidade. Os marcos que vêm à memória de dona Alaíde são únicos dela, mas o contexto é dividido por sua família, a forma como ela foi para Patrocínio ficou registrada como um momento único que pode ser ou não lembrado. Os acontecimentos que devem ser lembrados para ela são os bons, mas

<sup>83</sup> Gato é um modelo de trabalhador que possui um vínculo empregatício fixo com o cafeicultor. Ele é um funcionário registrado da fazenda, é o único que não possui o contrato finalizado após o período de safra. Os gatos são “*agenciadores de mão-de-obra (...) que se encarregam de manter contato direto com os trabalhadores contratando-os, transportando-os para o local de trabalho, fiscalizando o serviço e pagando-os.*” SABÓIA, Lucia Helena F. *O mundo do Volante: Trabalhadores Rurais de Cravinhos*, SP, 1974. Dissertação de Mestrado. Unicamp. 1978. Pp. 15.

<sup>84</sup> Alaíde de Souza Quadros, 59 anos. Entrevista realizada em sua residência em 19/05/2008.

aqueles que trazem a sua mente momentos tristes e difíceis devem ficar silenciados e guardados no esquecimento. É nesse sentido que ela nos conta como chegou à cidade.

Pelas palavras da Sra. Alaíde percebi várias situações que provavelmente eram corriqueiras e normais para as pessoas que trabalhavam como volantes naquela época. O transporte era feito em caminhões conhecidos como “Pau de Arara”, ou como ela mesma diz de “Capota”, um caminhão aberto com bancos nas laterais e no meio onde as pessoas não têm como se segurar. Esse tipo de transporte era utilizado para trazer trabalhadores volantes para Patrocínio.

Quando os volantes escolhem deixar a suas cidades e migrar para outra região eles levam consigo seus modos de ser e de viver que vão contrastar com as culturas de outros moradores. É nessa diferença e diversidade que se exprimem os conflitos sociais.

A senhora Alaíde, quando sai com seu marido do Paraná rumo a Patrocínio, leva com ela uma bagagem cultural que a qualifica como trabalhadora rural.

A senhora Alaíde foi buscada por um gato, um agenciador, entretanto essa prática é algo que vem sendo mascarado e negado pelos órgãos que garantem proteção ao trabalhador rural. O sindicato dos Trabalhadores Rurais possui uma cartilha distribuída aos associados e também pequenos produtores com o título de “Convenção Coletiva do Trabalho” com o período de regência de 2007 a 2009, onde há uma junção entre o sindicato rural, sindicato dos trabalhadores rurais e também da Acarpa que regulariza as relações de trabalho na agricultura naquela região. Essa cartilha traz vários tópicos sobre como o cafeicultor deve agir na contratação da mão-de-obra para o período de safra, consta deste o piso mínimo de salário, a forma das rescisões contratuais, e até a (des)regularização do trabalho do gato. Segundo esta “*fica vedada a utilização de serviços contratados através de intermediários e ‘gatos’*”<sup>85</sup>. Porém essa não é a realidade, por mais que o trabalho do gato seja considerado ilegal, muitos trabalhadores continuam sendo buscados por eles.

O Sr. Joaquim<sup>86</sup> por circunstâncias adversas trocou o seu trabalho como vendedor autônomo pelo trabalho na cafeicultura. Ele é natural da cidade de São João da Ponte em Minas Gerais e veio para Patrocínio há aproximadamente 5 anos. Ele narrou o que fazia nesta cidade:

---

<sup>85</sup> Convenção Coletiva do Trabalho, 2007/2009. Patrocínio, 20 de julho de 2007.

<sup>86</sup> Joaquim de Souza Junior de 29 anos entrevista realizada em sua residência em Patrocínio, juntamente com sua esposa Graciele de Fátima Martins Souza de 25 anos em 15.05.2008.

*“(silencio)... eu mexia com vendas... trabalhava com caminhoneiro, vendia panela.... e. enxoval, essas coisas, né. E já recém casado, a vida bem difícil... acabei fugindo.. a gente deu um jeito... de vim pra cá pra trabalhar... cum... panha café, e fiquei, arrumei serviço numa grande empresa e aí busquei ela”<sup>87</sup>.*

O trabalho que ele exercia não estava relacionado com o campo como os outros entrevistados. Joaquim fazia várias coisas ao mesmo tempo, às vezes vendia produtos para casa como panelas, enxovais, louças e em outros momentos ajudava a descarregar caminhões que passavam ou chegavam naquela região. Quando se casou a vida ficou mais difícil, agora ele precisava trabalhar dobrado para manter sua esposa e seu primeiro filho que estava para chegar. Essa situação para ele se tornou insuportável, pois o trabalho como “ambulante” não oferecia nenhuma garantia e se tornou insuficiente para seus anseios.

Como outros trabalhadores, o Sr. Joaquim ficou sabendo que em Patrocínio havia trabalho nas colheitas de café e que nesta atividade era possível tirar uma renda maior do que como “ambulante”. Tendo essas informações em mãos ele *fugiu* daquela realidade que não lhe satisfazia e seguiu rumo a outro caminho. Fugir foi o termo que ele encontrou para explicar que aquele trabalho não supria suas expectativas, era algo que o incomodava, ele precisava sair dali e encontrar algo melhor, que lhe satisfizesse.

Esse jovem deixou o trabalho que estava acostumado e foi ao encontro do desconhecido, a forma como ele ficou sabendo do trabalho nas colheitas foi a mesma forma dos outros entrevistados, através de amigos e do gato, como ele diz: *“oia eu vim com gato”*. Compreendo que o uso do gato como agenciador que faz uma propaganda e busca os trabalhadores em outros lugares nem sempre é uma constante, mas que é bastante utilizado. Essa prática de buscar pessoas naquela cidade para safra de café é algo que já vem acontecendo há algum tempo, como afirma o Sr. Joaquim *“o pessoal já conhece qui já deve te mais ou meno em torno já duns vinte ano que es vai busca a genti lá”*.

Há aproximadamente 20 anos que o Sr. Joaquim percebe a atuação dos agenciadores (gatos) em São João da Ponte, muitos trabalhadores devem ter saído de lá com destino a Patrocínio e com certeza outros tantos voltaram e “ajudaram” a divulgar o potencial produtivo da região, incentivando ainda mais aqueles que nunca trabalharam no campo ou haviam migrado a procurar emprego nas lavouras de café. Dessa forma,

---

<sup>87</sup> Joaquim de Souza Junior de 29 anos entrevista realizada em sua residência em Patrocínio, juntamente com sua esposa Graciele de Fátima Martins Souza de 25 anos em 15.05.2008

indiretamente eles estavam contribuindo para evasão da cidade e aumento do fluxo migratório para Patrocínio.

A atuação desses agenciadores não se dá somente com trabalhadores de outras cidades, existe também a procura na própria cidade de Patrocínio, como nos apresenta o Sr. Wagner<sup>88</sup> ao ser questionado sobre como ficou sabendo do trabalho: *“Nois vai pelos ponto de... de.. ônibus pega os caminhão perguntando os gato”*. Existe uma diferença entre os trabalhadores buscados em outras cidades e aqueles agenciados em Patrocínio. Ser buscado envolve uma série de transformações na vida do trabalhador, além de ter que sair de um lugar conhecido rumo ao desconhecido ele fica também a mercê da vontade do gato. Quando as pessoas saem para um lugar que não conhecem existe a expectativa, o medo, a tensão por em entrar em contato com pessoas diferentes, regiões diferentes, com culturas diversas. Toda essa mistura levaria as novas situações em que nem todos estão preparados para enfrentar, por isso o “buscar” para o trabalhador rural não tem sentido definido. O único sentido que ele encontra é de que naquele lugar desconhecido haveria uma farta quantidade de trabalho que supriria, pelo menos no momento, as suas necessidades e até poderia lhe dar um pouco de conforto. Muito trabalho representava ganhos melhores e isso bastava para que ele “aceitasse” ser buscado.

Para aqueles trabalhadores que moram em Patrocínio não existe a necessidade de fazer e refazer continuamente um trajeto que pode demorar horas e às vezes até dias. Morar na cidade em que se trabalha facilita o transporte entre uma região e outra, embora não haja melhora no aspecto financeiro, pois tanto aquele trabalhador que é buscado quanto aquele que não é, que é pego nos pontos de ônibus, o valor recebido pela quantidade colhida é o mesmo. As diferenças entre ser buscado ou não, acabam no momento em que o trabalhador é contratado temporariamente pelas fazendas, onde o nível de exploração permanece o mesmo independente ser este trabalhador natural de Patrocínio ou não.

A narrativa do Sr. Wagner referente a irem para os pontos perguntando ao gato se tem trabalho ou não, evidencia que os que são buscados já possuem um lugar definitivo para ficarem trabalhando, diferente daquele que é da cidade, pois ele tem que deslocar até os pontos e perguntar se tem ou não trabalho. Caso não consiga naquele dia trabalho para a quinzena deve procurar os pontos todos os dias até achar algo que lhe interesse.

---

<sup>88</sup> Wagner Junior. Entrevista realizada em Patrocínio na data de 20/11/2004.

Por mais que a utilização do gato em buscar trabalhadores em outras regiões seja comum, encontramos trabalhadores que decidiram migrar para Patrocínio pelo ouvir dizer. Foi assim com o trabalhador rural Wilson<sup>89</sup> Macedo de 52 anos natural de Nova Esperança no estado do Paraná que há aproximadamente 18 anos vem trabalhar em Patrocínio no período da safra. Ao ser questionado sobre como ficou sabendo do trabalho em Patrocínio ele diz:

*“há, a gente via falá que vinha pra cá ganhava dinheiro, ai falava: então vamo. Ai nois peguemo e viemo. Juntamo um companheiro lá e viemo. Chegando aqui já achemo logo essa fazenda ai, ai fomo trabaia ai e tamo até hoje”.*

Pela resposta do senhor Wilson percebo que o que despertou o seu interesse em ir para Patrocínio foi principalmente a expectativa de ganhar mais dinheiro e ver suas condições financeiras melhorarem. Ganhar, nesse sentido, significa ter uma quantia de dinheiro maior em suas mãos advinda do valor pago pelo seu trabalho e não o ato de ganhar algo, como se fosse um presente. Quando colocamos que o senhor Wilson chegou a Patrocínio com a expectativa de “ganhar” mais dinheiro, ele esperava que com o trabalho nas colheitas de café os seus rendimentos fossem maiores do que com o trabalho na sua cidade de origem. Ele demonstra também que esse interesse não era somente dele, mas de uma turma, seus amigos, que saíram juntos com destino ao mesmo lugar.

O senhor Wilson havia ouvido alguém falar sobre o trabalho naquela região, mas ele não especifica quem, se foi amigos seus que foram e voltaram ou se foi através do gato<sup>90</sup>. Outros entrevistados como a Dona Alaíde falam que somente tiveram conhecimento do trabalho em Patrocínio com o gato, mas o senhor Wilson sequer fala desse agenciador. Nesse sentido, percebemos que nem todos os fazendeiros se utilizam do gato como forma de contrato.

A migração do estado do Paraná para Minas Gerais parece ser uma constante, assim que chegam há uma fazenda pré-estabelecida para trabalharem na qual alguns trabalham até hoje. A decisão de migrar para esta cidade parte muitas vezes dos próprios trabalhadores e não apenas pelo agenciamento do gato. Da mesma forma que o Sr. Wilson fez sua opção por se mudar para Patrocínio pelo ouvir dizer, outros

<sup>89</sup> Wilson Macedo. Entrevista realizada em 15/09/2008.

<sup>90</sup> O gato é um trabalhador que após o fim da colheita permanece na fazenda. Ele age como um agenciador contratando mão-de-obra volante para os fazendeiros, também fiscaliza e faz os pagamentos.

trabalhadores assim o fizeram, e provavelmente compartilham as mesmas esperanças que ele.

Ao refletir sobre as formas de atuação dos agenciadores na modalidade de trabalho sazonal notei que o gato é um profissional que atua em conjunto com o empresário rural, aumentando ainda mais a exploração do trabalhador que não possui um vínculo fixo com o patrão, como o gato. Essas formas de contrato não são exclusivas da região de Patrocínio, mas são maneiras encontradas por diversos produtores rurais para controlar os trabalhadores. Eles se utilizam da mão-de-obra do gato para estabelecer uma relação mais confiante entre eles e os trabalhadores, pois o gato também é um trabalhador rural que “evolui” para um contrato fixo, ficando permanentemente na fazenda.

Dentro das trajetórias narradas por cada trabalhador rural que vivencia a modalidade de trabalho volante percebi que estes trazem em sua rememoração uma relação entre o passado que vivenciaram e o presente. A memória de cada um sobre o sentido de ir e vir muda de acordo com o tempo presente em que se vive, e também estabelecem relação com o futuro. As formas de se chegar a Patrocínio mudam de acordo os tempos históricos, isso acontece porque a sociedade em que estamos inseridos também muda constantemente, pois as relações sociais são marcadas pela contradição. Assim, tanto o chegar como o sair terá diversas formas.

O senhor Wilson ao término da safra volta para Nova Esperança no Paraná, pois nesse momento se inicia lá outros tipos de colheita, assim ele nos mostra quais são os tipos de produção agrícola disponíveis:

*“Lá é laranja, é mandioca, é... assim mesma coisa, mandioca, laranja, tem a cana também, mas a cana eu não trabalho não, nós trabalha mais é laranja, mandioca. É serviço geral.”*<sup>91</sup>

Muitos tipos de produção agrícola no Brasil são marcados pela sazonalidade. Na região de onde vem o senhor Wilson o predomínio é de plantações de laranja, mandioca e cana que também empregam um grande número de trabalhadores rurais. No interior de Minas Gerais a maior produção é a cafeicultura. Carmo<sup>91</sup> explicita que foi graças a investimentos tecnológicos e financeiros que a cafeicultura teve um desenvolvimento maior nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba a partir da década de 1970.

---

<sup>91</sup> CARMO, Maria Andréa Angelotti. *Lavradores de sonhos: Saberes e (des) caminhos de trabalhadores volantes*. 1980-2000. São Paulo: Editora da Puc., 2006.

Segundo ela, este investimento elevou a movimentação populacional de algumas cidades e municípios dessa região, aumentando assim a quantidade de pessoas circulando nestes lugares. Então esse movimento provocado pelas produções sazonais não são características únicas do estado de Minas Gerais, mas estão em todos os estados do Brasil.

Como aponta o senhor Wilson, existe também uma movimentação de ir e vir em sua região causando transformações sociais. O voltar para sua cidade de origem depois de um tempo de trabalho temporário significa reencontros e esperanças de que terá trabalho temporário também na sua região. Ele narrou expectativas de chegar “em casa”:

*“se eu to aqui caba a coieita tem que i po Paraná e lá é bão de serviço, ai começa bastante serviço. Setembro, outubro, novembro, dezembro, janeiro ai tem muito serviço mais na lavora. Ai quando entra mais o meno maio ai começa o frio ai (silencio) o serviço da uma manerada. Ai a gente vorta pra ca, por que aqui tem. Aqui começa o serviço e a gente vorta pra ca denovo.”<sup>92</sup>*

O senhor Wilson quando retorna para Nova Esperança, no Paraná também realiza trabalhos na área rural, exercendo a mesma modalidade de trabalho temporário ou volante. Ele tem certeza de que nos meses de setembro a maio terá trabalho para manter a sua subsistência e da sua família, mas sabe que quando chegar inverno precisará procurar trabalho em outros lugares e, então, escolhe migrar para Patrocínio. Esse movimento contínuo de ir e vir não é característica única desse trabalhador, a senhora Alaíde vivenciou este contínuo sair e chegar por cerca de 10 anos, a primeira vez em 1980 e a última em 1990.

A realidade vivenciada pela senhora Alaíde no percurso de ir e vir abarcou diversas transformações sociais. Quando os trabalhos terminaram em Patrocínio e o cafeicultor dispensou seus contratados, eles tiveram que voltar para suas cidades de origem. Contudo, ela percebeu que a realidade já não era a mesma:

*“quando cheguei lá a crise tava muito braba né, num tinha recurso, mais serviço nenhum... nós foi pro trecho pra cá de novo.... fiquei aqui ate hoje né!”<sup>93</sup>*

Após o final da safra com o dinheiro que ganhou foi feita a viagem de volta, mas chegando a sua cidade houve uma surpresa, não havia trabalho para todos, havia,

<sup>92</sup> Wilson Macedo. Entrevista realizada em 15/09/2008.

<sup>93</sup> Alaíde de Souza Quadros, 59 anos. Entrevista realizada em sua residência em 19/05/2008.



segundo ela, uma *crise*. Esta crise apontada e sentida por essa senhora foi citada e refletida pelo pesquisador Souza<sup>94</sup> que nos coloca que o excesso de produção de café naquela região provocou uma crise social e financeira que fez com que o Governo Federal promovesse um plano de contenção de exportações fazendo com que o preço do café caísse, diminuindo a oferta de trabalho para os trabalhadores rurais. Segundo esse autor foi preciso criar um plano de erradicação da cafeicultura. Além dessas intervenções o estado do Paraná já vinha sendo assolado por geadas constantes desde meados da década de 1970. Ao juntarmos esses acontecimentos ao plano de Revigoração e Renovação de Cafezais, também do Governo Federal, percebemos que essa ação conjunta possibilitou que os cafeicultores adentrassem no interior do país a procura de terras férteis.

Nessa movimentação os mais prejudicados foram os trabalhadores rurais, foram estes que sentiram de forma mais intensa a crise na cafeicultura. Quando as lavouras começaram a ser dizimadas começou paralelamente vários problemas de ordem social, como a falta de emprego. Foi esse cenário que dona Alaíde encontrou ao voltar para sua cidade. O desemprego e as dificuldades financeiras a fizeram retornar para Patrocínio na esperança de dias melhores.

Quando refletimos sobre esse momento interpretado na fala dela compreendemos que a crise que abalava o estado do Paraná interferia no modo de vida dos trabalhadores rurais, ficar sem serviço significava não ter condições financeiras para quitar suas dívidas e até mesmo se manter. Não encontrar trabalho ao voltar de Patrocínio é um acontecimento que marcou sua vida definitivamente, levou-a a mudar e fixar residência em outra cidade, algo que muitos outros trabalhadores também fizeram na esperança de deixar de correr o “trecho”. Esta crise constitui um momento em que muitos trabalhadores volantes deixaram o estado do Paraná em busca de outras realidades e umas delas era em Patrocínio.

A expectativa de melhorar de vida é um dos sentidos dados pelos trabalhadores que voltam constantemente à cidade. O Sr. Joaquim nos aponta o motivo de sair de São João da Ponte para Patrocínio, ambas em Minas Gerais: “*Eu vim cassano uma melhora né*”<sup>95</sup>. Sair de suas cidades em busca de algo desconhecido, mas com esperança de melhoria é o que os leva a fazer o percurso continuamente. Essa melhora procurada

<sup>94</sup> SOUZA, Alcione de. *Imigrantes Paranaenses: Um refazer de práticas e representações Patrocínio-MG (1980-2000)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2005. Pp. 100.

<sup>95</sup> Joaquim de Souza Junior de 29 anos entrevista realizada em sua residência em Patrocínio, juntamente com sua esposa Graciele de Fátima Martins Souza de 25 anos em 15/05/2008.

pode ser a compra de um terreno, uma casa, móveis ou mesmo um carro. Dessa forma, eles esperam que com o trabalho na cafeicultura em outra cidade possam obter mais ganhos em termos financeiros.

Esse também é um dos pontos trazidos pela senhora Alaíde que ao migrar para Patrocínio procurou ter uma renda um pouco maior do que com o trabalho que realizava no Paraná. *Achei bão, né, tinha bastante serviço, dava pra ganha. Mas agora num tá bão não, tá ficando difícil, né!*<sup>96</sup> Esse é um dos motivos apontados por ela para gostar da cidade. Quando chegou a cidade de Patrocínio ela num primeiro momento até gostou do lugar devido à possibilidade de ter uma renda maior. Da mesma forma que o Sr. Joaquim esta senhora também buscava um melhora na qualidade de vida. Entretanto, em sua análise entre o que era no momento da sua primeira chegada por volta dos anos 1980 e agora, ano 2008, ela encontra diferenças nos valores pagos pela colheita. O presente e o passado se misturam na memória dos trabalhadores que vivenciaram o momento de grande produção na cafeicultura no município. A produção sendo alta também aumenta o valor pago aos trabalhadores. O passado é elaborado a luz do presente, e os significados desse tempo são expressos nas suas palavras ao fazer uma comparação entre o que vivenciou e o que está vivendo. Ao comparar os ganhos das colheitas atuais com as anteriores ela o faz se baseando em uma experiência vivida que reflete a desvalorização do valor pago ao trabalhador volante pela quantidade colhida do café.

Alguns trabalhos discutem esse tema. Silva<sup>97</sup> ao tecer considerações sobre a memória coloca que o “trabalho de rememoração é uma abordagem do vivido”. A experiência vivenciada é única e ao lembrar esses momentos muito pode ser dito ou silenciado por um período indeterminado e quem irá escolher será a pessoa. Por isso a memória passeia de mãos dadas com a oralidade, contudo, como bem diz Portelli<sup>98</sup> os relatos crescem, mudam e se modificam com o tempo.

O senhor Wilson também faz uma análise entre os valores recebidos no passado e os de agora no ano de 2008, assim ele coloca que *“há...a gente ia embora cum um pouco de dinheiro, mai agora ...2000, 1500, 3000, depende a fazenda que a gente pega ai é ta*

<sup>96</sup> Alaíde Souza Quadro, 59 anos. Entrevista realizada em sua residência com participação de sua filha Irani Fernandes de Quadros de 25 anos em 19/05/2008.

<sup>97</sup> SILVA, Dalva Maria de Oliveira. *Memória: Lembranças e Esquecimento*. Trabalhadores nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro nas décadas de 1950 e 60. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação da PUC. São Paulo. 1997. Pp.26

<sup>98</sup> PORTELLI, Alessandro. *O momento de minha vida: Funções do tempo na História Oral*. In: FENELON, Déa Ribeiro e outros (org.). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d'água, 2004. Pp.297

*por ai nessa faixa*”<sup>99</sup> Os valores narrados por ele alternam entre 1.500 a 3.000 reais, por período de safra e são divididos por 8 meses, o que equivale a aproximadamente 300 reais ao mês. Esse valor fica abaixo do salário mínimo que é de 465 reais, que também reflete o grau de exploração sofrido por esses trabalhadores durante o período de trabalho.

O trabalho na cafeicultura inicia com o levantar dos trabalhadores, por volta das 4 horas da manhã, segundo o Sr. Wagner se a fazenda for longe eles saem *“daqui 5 hora da madrugada pra chegá em casa tem dia 7 da noite”*<sup>100</sup>, trabalham, portanto, o dia todo nas ruas de café. Nas lavouras os pés de café estão dispostos uns ao lado dos outros formando uma fileira e no meio existe um espaço onde fica o trabalhador rural. Eles colhem e enchem as sacas de 60 litros que serão depois carregadas para os caminhões para o beneficiamento. O sistema de trabalho na cafeicultura funciona conforme aponta o Wagner:

*“tem a medida na saca, tem que se de 60 litro, num pode passa de 60 litro não. S passa de 60 litro, da marquinha que tem na saca, se passa daquela a pessoa já pode leva na justiça, num tem condições de enche a saca de café e passa da lista”*<sup>101</sup>

A medida da saca, 60 litros, é estabelecida pela “Convenção Coletiva do Trabalho” estabelecida em 2007 por um acordo firmando entre o Sindicato Rural de Patrocínio e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Patrocínio e Região. Essa convenção estabelece alguns pontos a serem cumpridos pelos produtores rurais, assim ela determina que:

*“a medida padrão da produção diária será efetuada dentro da lavoura, observando-se: a) na colheita do café em saco ou latão de 60 litros, ou em latões de 20 litros devidamente preparados [...]”*<sup>102</sup>

Segundo essa convenção cada trabalhador rural deve encher sacos de 60 litros, porém ela não especifica quantos devem ser cheios, a quantidade dependerá do tempo de trabalho empregado pelo sujeito, quanto mais se colhe mais dinheiro se recebe pelo trabalho. Dentro da regra capitalista quanto mais tempo despendido para o trabalho

<sup>99</sup> Wilson Macedo. Entrevista realizada em 15/09/2008.

<sup>100</sup> Wagner Junior. Entrevista realizada em Patrocínio na data de 20/11/2004.

<sup>101</sup> Idem. Idem

<sup>102</sup> Convenção Coletiva do Trabalho 2007/2009. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Patrocínio e Região, Sindicato Rural de Patrocínio e Acarpa.

teoricamente maior é o salário e em consequência maior a exploração do empresário rural para com o trabalhador. Abusos por parte do cafeicultor em aumentar o limite de 60 litros para outra quantidade é caracterizado como uma agressão e evidência de exploração do trabalhador rural. Alguns trabalhadores como o Sr. Wagner possuem a consciência de que esse aumento é indevido e que o próprio trabalhador rural pode procurar a justiça.

Quando o senhor Wilson afirma que consegue tirar uma quantia de até 3.000 reais com a colheita ele insinua que precisou trabalhar bastante e encher várias sacas de 60 litros para conseguir uma renda maior. Ele acrescenta que os ganhos dependem da fazenda com a qual se possui vínculo, isso demonstra que não são todas as fazendas que proporcionam o pagamento de um valor melhor pelo trabalho despendido. Por mais que o valor recebido por colheita seja baixo os trabalhadores ainda encontram nele o melhor meio de se manterem, assim é também para os trabalhadores que são naturais e moram em Patrocínio, eles vêm na colheita do café algo que lhes proporciona uma melhor renda. A trabalhadora rural Zélia Alves de Jesus<sup>103</sup>, 52 anos nos aponta que:

*“a panha do café ela é uma coisa que te dá muito dinheiro, sabe? Dá pro cê compra muita coisa. Na época do café cê ganha muito dinheiro, só em safra, fora da safra não dá dinheiro não”*<sup>104</sup>

Esses trabalhadores procuram trabalho nas lavouras de café por que têm a expectativa de que as colheitas lhes proporcionaram um rendimento maior, melhorando consequentemente a vida destes. Os apontamentos trazidos por eles de que “com o café se ganha mais” acaba por omitir as situações a que eles são expostos, como a exploração do tempo de trabalho, em que cada um chega a ficar mais de 8 horas nas fazendas. Ainda que a Sra. Zélia afirme que ganham bem, as mulheres são as mais prejudicadas durante o período de safra, porque além de trabalharem durante o dia nas fazendas ainda tem que se preocupar com as tarefas domésticas. Ainda com essa trabalhadora percebemos os diversos motivos que levam a mulher a procurar trabalho na cafeicultura:

*“eu tinha que trabalha pra sustenta a mim e meu irmão, era difícil, trabalha. Eu achava tudo difícil, principalmente colhe o café, eu nunca tinha colhido era meu primeiro ano, tão fui aprendendo.”*<sup>105</sup>

<sup>103</sup> Zélia Alves de Jesus entrevista realizada em 30/10/2004.

<sup>104</sup> Idem. Idem

<sup>105</sup> Sra. Zélia Alves de Jesus entrevista realizada em 30/10/2004.

A necessidade de ajudar a sustentar a família e a si mesma foi um dos motivos que influenciou a senhora Zélia a buscar trabalho na cafeicultura. Ela é natural de Patrocínio, desde os 15 anos de idade foi procurar seu sustento no serviço oferecido na cafeicultura, produção que estava no início naquele momento. Foi em 1972 que a senhora Zélia teve o seu primeiro contato com o café, as dificuldades financeiras a fizeram procurar essa forma de trabalho ao invés de procurar outra, porque ela também ouvia dizer que com o café se “ganhava mais”

O mesmo sentido foi colocado por Graciele ao afirmar que “*no café sai até bem*”<sup>106</sup>. Essa expectativa de melhorar as condições de vida faz com que a mulher deixe para traz momentos que poderiam ser de repouso e tranquilidade. A gravidez que é um período conturbado para a mulher acaba por ficar em segundo plano, as mulheres trabalham também durante a gestação. Ainda com ela notei como é esse período,

*“eu trabalhei um período e depois... e depois que eu tive a caçula ai, eu só esperei ela pega um tamamsinho e puis ela na creche e comecei a trabalha e to aqui”*<sup>107</sup>

A Sra. Graciele trabalhou enquanto grávida no início de sua gestação e posteriormente deixou o trabalho para seu esposo, quando sua filha mais nova cresceu um pouco ela voltou a trabalhar, deixando as crianças na creche mais próxima de sua residência. A necessidade da mulher em trabalhar e ajudar o marido ou o pai nas despesas da casa é evidência de que a sociedade da qual fazem parte está se modificando. O papel da mulher que antes era de cuidar do marido e da casa se modifica, abrindo espaço para que ela entre no mercado de trabalho.

Estas trabalhadoras são exemplos de que a forma de trabalho para as mulheres no século XXI está se modificando, incluindo trabalhos considerados exclusivamente masculinos. As narrativas são significativas porque demonstram que o trabalho feminino ajuda na manutenção da casa. No entanto, ainda existe discriminação por parte de alguns produtores, como permite ver a fala da Sra. Graciele ao ser questionada sobre como é feita a escolha entre homens e mulheres para o trabalho “*Quando eles num qué já avisa a quantidade já pro gato ai eles já procuram aquela quantia de mulher...ou*

<sup>106</sup> Sra. Graciele de Fátima Martins Souza de 25 anos esposa de Joaquim de Souza Junior de 29 anos entrevista realizada em sua residência em Patrocínio em 15/05/2008.

<sup>107</sup> Sra. Graciele de Fátima Martins Souza.

*quando não vai leva não...já avisa*”<sup>108</sup>. Ainda que a mulher faça o mesmo serviço que o homem, permanecem entre alguns agenciadores, os gatos, a escolha da quantidade de mulheres que embarcarão no ônibus rumo as fazendas de café, ou até mesmo a não aceitação delas. Ela não fala de onde parte essa determinação, por este motivo não foi possível saber como é feita a classificação e a escolha entre homem ou mulher, mas acreditamos que ela venha de pedidos feitos pelo próprio cafeicultor. A fala da Sra. Graciele permite notar apenas que muitas vezes a mulher é impedida de trabalhar, ato que se torna discriminatório e excludente.

Por mais que a mulher possua a competência de se fazer o serviço ela é deixada para traz pela escolha de outro alguém. Os homens normalmente não apresentam reclamação referente ao trabalho feminino nas fazendas, e assim como elas, colocam-se como iguais. O senhor Wilson ao ser questionado se tem alguma trabalhadora na fazenda onde atua diz *“lá na lavora tem”* e completa *“elas faiz o trabalho delas e nois o nosso”*<sup>109</sup>. Portanto, cada um realiza o seu trabalho sem que um interfira na produção do outro.

Por mais que aparentemente não se apresentem contradições entre o trabalho da mulher e do homem existem diferenças a serem consideradas. Na cafeicultura elas realizam as mesmas tarefas que eles, mas ao chegar em casa a tarefa da mulher é redobrada com o cuidado dos filhos e do lar. Mesmo que o papel social feminino esteja em processo de transformação, que a mulher esteja ganhando espaço no mercado de trabalho, muitas trabalhadoras rurais ainda possuem um comportamento passivo diante da decisão do marido. A senhora Alaíde ao ser questionada sobre o porquê dela sair do Paraná afirmou *“Eu vim porque meu marido vei, eu tive de vim né!”*<sup>110</sup>. Pela resposta percebemos que ela não foi consultada pelo esposo se gostaria ou não de sair da sua cidade, é como se ela fosse obrigada e não tivesse outra opção.

O ato de a mulher seguir as decisões do marido demonstra não somente a submissão desta às vontades deles, mas também a preocupação com a união da família. A família é considerada importante tanto para os trabalhadores que residem em Patrocínio como para os que vão e voltam todos os anos. Isso novamente é afirmando quando ela teve que migrar com seu esposo para Patrocínio, esse último retorno

<sup>108</sup> Graciele de Fátima Martins Souza de 25 anos esposa de Joaquim de Souza Junior de 29 anos entrevista realizada em sua residência em Patrocínio em 15/05/2008.

<sup>109</sup> Wilson Macedo. Entrevista realizada em 15/09/2008.

<sup>110</sup> Alaíde Souza Quadro, 59 anos. Entrevista realizada em sua residência com participação de sua filha Irani Fernandes de Quadros de 25 anos em 19/05/2008.

realizado em 1990 foi significativo, pois a sua maior preocupação era com os seus quatro filhos:

*“nem gosto de lembrá o que eu passei com meus fio... ficava na rodoviária no vento, baxo de chuva moiano os minino se intende. E onde de qui falava que ia, tinha que sai com ele num tinha jeito que os fio era piqueno ne.”*

Essa última viagem foi feita por caminhos diferentes do que estavam acostumados, não havia uma orientação de um agenciador que os levasse diretamente para as fazendas de café em Patrocínio, então a partir da decisão do marido essa senhora deu início a um trajeto realizado a pé ou através de passagens doadas por prefeituras de cidades por onde passavam. Acima dos problemas que enfrentavam estava a preocupação com os filhos pequenos por isso ela procurava proteger os filhos, e num tom de tristeza alega que não gosta nem de lembrar o momento em que passou dificuldades com filhos.

O esquecer apresentado dessa forma vem relacionado com a memória, nesse sentido a pesquisadora Silva<sup>111</sup> reflete que a *“memória seleciona o que lembrar e joga no esquecimento o que não quer lembrar, o que não faz bem”*. Por isso ela afirma que viveu algo que não deseja recordar, esse último trajeto é um caminho que merece ser delegado ao esquecimento, pois significa um tempo que não traz boas lembranças ao ser contado. Essa realidade nos remete a refletir que o tempo do migrar para o trabalhador é um tempo vinculado a incerteza, um momento em que se deixa um lugar conhecido em busca do desconhecido. Esse acontecimento permite pensar nas maneiras pelas quais parte do social começava a mudar.

Diferentemente da senhora Alaíde que se mudou com toda a sua família para Patrocínio, o senhor Wilson fez o trajeto sozinho, houve a presença da sua esposa que preferiu não vivenciar constantemente o ir e vir, mas permanecer com seus filhos e netos em Nova Esperança no Paraná, ele coloca que:

*“ela vei dois ano seguido cumigo, depois ela num poti vi mais. Porque ai a gente começou ...ela arrumou um neto lá, um casal de filho dela separou, né e da muie ela começou a cria o neto e ela num pode vi mais.”<sup>112</sup>*

<sup>111</sup> SILVA, Dalva Maria de Oliveira. Memória: Lembranças e esquecimento. Trabalhadores nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro nas décadas de 1950 e 60. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação da Puc. São Paulo. 1997. Pp. 27.

<sup>112</sup> Wilson Macedo. Entrevista realizada em 15/09/2008.

A senhora Alaíde teve que aceitar os desígnios do marido e o acompanhar mesmo a contragosto, enquanto que a esposa do senhor Wilson ao experimentar as dificuldades do ir e vir preferiu ficar porque as circunstâncias eram outras, para ela foi melhor não acompanhar o marido, mas privilegiar o contato com os filhos e netos. Mesmo que a renda retirada com o trabalho dos dois na cafeicultura fosse maior no final da safra, ela valorizava mais o âmbito familiar do que o trabalho em outro lugar. Nesse sentido, ambas trabalhadoras rurais procuram pensar na família e nos filhos para depois ter como alternativa o trabalho na cafeicultura.

As dificuldades para as mulheres estão em deixar os filhos e se dedicarem ao trabalho na cafeicultura, mesmo com crianças ainda pequenas elas continuam ajudando os maridos nas colheitas.

O trabalho é árduo tanto para homens como mulheres, entre os pés de café não há distinção entre eles, pois as roupas são iguais para todos.<sup>113</sup> As formas de colher o café fazem com que o corpo do trabalhador fique impregnado de resina, sendo necessário que este utilize várias roupas por cima das outras, como camisa de manga compridas, calças, bonitas e bonés, evitando que esta resina grude na pele. O Sr. Wagner nos conta como fica o trabalhador após um dia de serviço

*“fica aquele melado, que o café tem mel, né. Aquele líquido rui pra sai, num desprega, prega na gente assim (mostrando com as mão como fica na roupa), os cabelo do braço da gente assim chega a ficar tudo empelotado, de tanto mel do café”<sup>114</sup>*

Os equipamentos de proteção do trabalhador rural são os que ele leva de casa, o que irá protegê-lo dessa resina são as roupas que no final da safra são jogadas fora. O que regula a relações de trabalho nas atividades agropecuárias em Patrocínio é a “Convenção Coletiva do Trabalho” gestão 2007/2009, que também traz os direitos e deveres do produtor rural. Em relação ao vestuário e aos equipamentos de proteção ao trabalhador rural consta:

*“não será permitido trabalho sem uso de calçado fechado. Não possuindo o trabalhador calçado próprio o empregador deverá*

<sup>113</sup> Carmo nos aponta que o vestuário é uma forma de evitar a diferenciação entre homens e mulheres. Assim “suas roupas, mesmo que tenham cores, cortes e modelos diferentes, deixa-os praticamente iguais, homogêneos, sem uma distinção sexual tão evidente”. CARMO, Maria Andréa Angelotti. *Lavradores de sonhos: Saberes e (des) caminhos de trabalhadores volantes. 1980-2000*. Editora da Puc. São Paulo, 2006.

<sup>114</sup> Wagner Junior. Entrevista realizada em Patrocínio na data de 20/11/2004



*fornece-lo, ou querendo, indenizá-lo em quantia equivalente a 1.5 (uma e meia) diárias do salário mínimo, que se destinará a sua aquisição* <sup>115</sup>

Outras formas de proteção que não o calçado não é apresentado, o que é resguardado ao trabalhador é somente a utilização de calçados fechados, que não são inicialmente gratuitos, mas cobrado no valor de 1.5 diárias do salário mínimo que em 2008 equivale a 465.00 reais, esse tempo é respectivo ao valor de 22 reais. Segundo o próprio manual da convenção se o empregador “quiser” poderá ou não cobrar esse valor do trabalhador contratado. A convenção de alguma maneira procura estabelecer regras ao sistema de produção, contudo quando o cafeicultor não respeita esses direitos ocorrem denúncias junto à justiça do trabalho.

É por parte de reclamações e não aceitação do que é imposto ao trabalhador rural que chegamos a criação do Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista – NINTER. Movimentos de contestação ao não cumprimento das leis<sup>116</sup> trabalhistas vinculadas ao trabalhador rural foram analisados pela pesquisadora Oliveira<sup>117</sup> que nos aponta uma greve de trabalhadores rurais da categoria volantes na região do Triângulo Mineiro especificamente no município de Araguari. Tal greve foi deflagrada devido ao não cumprimento das leis pelos empresários rurais, onde os trabalhadores se revoltaram e não se direcionaram para as fazendas fazendo com que o trabalho parasse momentaneamente. Com esse ato a produção parou por cerca de uma semana até que as reivindicações fossem atendidas e então os trabalhadores voltaram às fazendas.

Essa movimentação foi um momento onde os trabalhadores mostraram seu poder de decisão não aceitando as condições impostas pelos cafeicultores, demonstrando que estes não são agentes passivos, mas que atuam ativamente dentro do processo das relações sociais de trabalho. Atos como esse vêm acontecendo em diversas partes do Brasil, D’Incao<sup>118</sup> também nos aponta um movimento iniciado em 1984 na região de Ribeirão Preto em São Paulo. Ela coloca que houve manifestações violentas por parte de

<sup>115</sup> Convenção Coletiva do Trabalho, 2007/2009. Patrocínio, 20 de julho de 2007.

<sup>116</sup> O Estatuto do Trabalhador Rural foi promulgado em março de 1963 segundo a lei 4.214. Ele estabelece e regulamenta garante os direitos trabalhistas daqueles que são vinculados ao trabalho rural. O estatuto foi uma grande vitória conseguida pelos trabalhadores que lutam constantemente contra os abusos dos empresários rurais.

<sup>117</sup> OLIVEIRA, Célia Regina Gomide de. *Os bóias-frias no café: Greve em Araguari- MG*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 1986.

<sup>118</sup> D’INCAO. Maria Conceição. *Qual é a questão do bóia-fria?* São Paulo: Brasiliense, 1984.

trabalhadores rurais do corte de cana e apanhadores de laranja que procuravam aumentar os valores pagos pela venda da sua mão-de-obra.

Segundo D'Incao esta manifestação possibilitou aos trabalhadores negociar com os empresários rurais uma melhoria nos salários e evidenciou uma modificação social onde os trabalhadores rurais, que naquele momento eram conhecidos como bóias-frias, demonstraram consciência de que o trabalho estava sendo explorado ao máximo, enquanto que o produtor obtinha altos lucros. Manifestações como estas já vinham acontecendo desde 1979 com as transformações na forma de se trabalhar no campo, assim essa luta não podem ser consideradas exclusivas deste período, mas que elas vêm sendo constituídas ao longo dos anos.

Durante a pesquisa nos jornais e no Sindicato dos Trabalhadores rurais de Patrocínio não encontrei algo que anunciasse ou demonstrasse alguma manifestação desta forma, assim compreendo que as lutas travadas pelos trabalhadores aconteciam cotidianamente no ambiente de trabalho. Procurar a justiça trabalhista quando não aceitava o aumento da quantidade da saca colhida é uma forma de manifestação social contra esse abuso por parte dos empresários rurais.

O Sr. Wagner possui uma noção de que se o empresário rural aumentar exageradamente a quantidade da saca a ser colhida ele poderá procurar a justiça trabalhista. Manifestações dessa forma é também um ato de embate contra pressões feitas pelo produtor. Problemas com a justiça trabalhista é algo que pode acontecer mesmo que o trabalhador tenha carteira assinada, pois caso ele não concorde com o valor acertado pelo patrão, ele poderá procurar o sindicato que lhe recomendará um advogado para tratar do assunto.

O Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista “- NINTER<sup>119</sup> - fundado pelos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Patrocínio, Sindicato Rural, Acarpa (Associação dos Cafeicultores da Região de Patrocínio) com apoio do Ministério do Trabalho, e que em 1994 deu início as atividades na cidade, foi o primeiro núcleo instalado no Brasil. Ele se apresenta como uma alternativa para a melhoria das relações entre empregados e empregadores “através da atuação dos sindicatos ”<sup>120</sup>, é um programa do Governo Federal instalado no interior de Minas Gerais. Isso me levou a

<sup>119</sup> ZANETTI, Lorenzo. Núcleo de Intersindical de Conciliação Trabalhista. 20 Experiências da Gestão Pública e Cidadania. Versão em Pdf. 1999.

<sup>120</sup> Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista – NINTER – Manual Básico. Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria das Relações no Trabalho, 2000.

alguns questionamentos: qual o motivo de esse programa ser instalado em Patrocínio? Haveria problemas acontecendo naquela região com os trabalhadores temporários?

Não encontrei respostas para essas questões, mas pude fazer algumas reflexões sobre o assunto. As reclamações de trabalhadores em todos os níveis aumentavam constantemente na região de Patrocínio, elevando assim o índice de reclamações trabalhistas. Conforme divulgado pelo órgão houve um aumento de reclamações de 750 em 1991 para 1.680 em 1994, sendo de diversas atividades econômicas. Abaixo consta a tabela<sup>121</sup> publicada pelo NINTER sobre as relações de reclamações na justiça:

	Total
Banco	118
Comercio	477
Domestico	18
Indústria	903
Rural	1.795
Serviços	395
Outros	706

Esses números apresentados nas duas tabelas representam o aumento da quantidade de reclamações na justiça trabalhista no setor rural, eles mostram o predomínio de reclamações rurais em vista dos outros setores econômicos. O emprego na cafeicultura representa 80% da renda econômica da região de Patrocínio, com isso temos uma maior quantidade de pessoas trabalhando no setor rural. Como o setor rural é o que mais emprega ele é também o que mais gera processos trabalhistas devido à inadimplência dos produtores, ou melhor, devido ao excesso por parte dos empresários rurais, que acabam explorando o trabalhador.

As reclamações são por parte dos trabalhadores provavelmente alegando a não assinatura das carteiras de trabalho e o pagamento de valores abaixo do estipulado. Eles são os que mais sofrem com a falta de regularidade dos proprietários rurais, são eles que vão ser os maiores prejudicados com a morosidade da justiça, pois somente poderão receber o que tem de direito após as audiências.

---

<sup>121</sup> Tabela retirada segundo o gráfico apresentado pelo manual básico do Ninter.

O Ninter intercede no sentido de amenizar os problemas judiciais e resolvê-los sem a necessidade de encaminhamento a justiça trabalhista. É proposto um acordo ao trabalhador que luta pelo cumprimento dos seus direitos, algo que seja bom tanto para o empregador como para o empregado. O Ninter também é responsável pelos acertos de todos os trabalhadores rurais, independente de serem naturais ou não de Patrocínio. Em nenhum momento das entrevistas os trabalhadores apontaram a necessidade de se procurar o Ninter para registro de alguma reclamação, o que me leva a compreender que a não reclamação por parte deles não significa que não existam outros caso em que o trabalhador não concorde com o valor pago, mas que até aquele momento, ano de 2008, nenhum destes que entrevistamos tinham registrado queixas referente a acertos indevidos no Ninter.

A principal reclamação trazida por pelos trabalhadores foi a introdução da maquinaria na cafeicultura que provoca uma mudança na forma de se trabalhar e é sentida não somente pelo trabalhador rural, mas por outras formas de comércio. A colheitadeira de café inaugura um novo tempo onde o cafeicultor tem seus lucros aumentados e o trabalhador vê o seu modo de vida mudar. A introdução e a intensificação do capital no campo promovem então novas formas de organização do trabalho. O uso do maquinário é uma realidade em quase todo o modelo de produção no campo, produtores que cultivam o café e a cana, por exemplo, já adotaram as colheitadeiras. Em Patrocínio o uso dessas máquinas vem sendo anunciado pelo Jornal de Patrocínio desde a década de 1980:

*“Cafeicultura de Patrocínio é mais mecanizada do Brasil”.*

*“Por força da sua regularidade climática e topográfica Patrocínio tem se tornado eldorado do café, essa afirmativa parece ser típica do fluxo do nosso bairrismo, bairrismo positivo Graças a Deus, mas não é para o lamento da pequena turma porque por algum fútil motivo não aceita a projeção de Patrocínio. Na verdade a afirmativa é de conceituada revista do Comercio de Café edição de abril/86 e de circulação nacional e internacional. A reportagem se intitula “Faltaram mudas” e focaliza a ampliação das áreas de produção do café em 86. Mesmo considerando o fantasma de estiagem e geadas e a falta de apoio financeiro do governo, ampliação que gerou grande demanda de mudas e por consequência a elevação do preço da mesma. Segundo ela Patrocínio é um município que possui a cafeicultura mais mecanizada do país. Em Patrocínio existe uma migração intensa de cafeicultores paulistas e paranaenses. Humberto Casagrande da Garcafé explica a revista do café que o assédio a região deve-se ao clima e a mecanização e anuncia que foram*

*plantadas 24 milhões de covas em 1986 e que haverá nos próximos anos plantios”*<sup>122</sup>

Essa notícia foi dada com ênfase na primeira página do jornal, ela procura apresentar um momento de boas safras. Mas, no ano em que foi publicada a cidade passava por uma crise que significava queda nos valores pagos para o produtor de café e conseqüentemente para o trabalhador rural. Os anos de 1986, 1987 e 1988 foram os que registraram o valor mais baixo pago pela saca de café. Todavia, além de anunciar que a cafeicultura é a mais mecanizada, essa notícia traz a propaganda de que a cidade possui terras boas para a plantação.

No jornal, a questão da mecanização é colocada como sendo uma vantagem, isso demonstra que na época em que foi escrita tal notícia a mecanização das lavouras de café era um tipo de “modernização” que já estava acontecendo na região. Não é mencionada a presença dos trabalhadores rurais. Essa notícia também ignora o fato de os trabalhadores rurais terem consciência dos problemas que o uso da máquina pode lhes causar, como a falta de trabalho que ocasionará modificações no seu modo de viver.

Essa transformação que vem acontecendo no campo é sentida pelos trabalhadores rurais como algo que prejudica e atenua os valores recebidos por colheita, sendo então apontado por eles como um problema, conforme relata o senhor Wilson:

*“Máquina hoje é o problema pra nós, porque hoje nós num ganhá dinheiro por causa das máquina. Naqueles tempo que num tinha máquina, sabe...vinha pra cá pra ganha dinheiro mesmo, porque ganhava mesmo. Agora hoje já num tá mais assim, porque as máquina tirou o trabaio da gente”*<sup>123</sup>.

Os tempos a que se refere o este senhor são início da década de 1990, momento em que veio pela primeira vez a Patrocínio. Ao cruzarmos a fala do Sr. Wilson com a fala do jornal alguns pontos entram em contradição, mas percebemos que quando foi anunciado pelo jornal que a *Cafeicultura de Patrocínio é a mais mecanizada do Brasil* havia em 1986 uma tentativa do jornal de projeção da cidade em níveis nacionais, evidenciando que mesmo uma cidade de porte pequeno já possuía a colheita da cafeicultura de forma mecanizada e que a região era destaque na expansão do

<sup>122</sup> Jornal de Patrocínio. Ano 14 - 21 de julho de 1986, nº. 646. Primeira Coluna.

<sup>123</sup> Wilson Macedo. Entrevista realizada em 15/09/2008.

agronegócio. A fala do senhor Wilson mostra outra versão em que o trabalhador recebia um valor mais alto pelo seu trabalho.

A propaganda do jornal não demonstrava a realidade da cafeicultura no município, pois o trabalhador rural ao comparar o que se conseguia com o trabalho na década de 1990 e o que consegue em 2008 percebe que houve uma redução nos ganhos. É importante notar que é nesta última data que a mecanização da cafeicultura está sendo mais utilizada. Essa mudança na forma de se trabalhar é algo que vem interferindo no modo de viver dos trabalhadores rurais, independente de ser trabalhadores que vivem em Patrocínio ou não.

A Sra. Irani<sup>124</sup>, 26 anos, filha da senhora Alaíde, que ajuda os pais desde os 10 anos de idade, vivenciou as transformações trazidas pelo uso da colheitadeira pelos cafeicultores na região e também qualifica essas transformações como problema: *“os patrão entra... prefere a máquina... eles acham que diz que é... a máquina ...é...num perde tanto ...bóia-fria dá mais gasto ...bóia fria dá mais gasto”*<sup>125</sup>. Ela avalia a introdução das máquinas nas colheitas como sendo algo ruim para o trabalhador rural. Entretanto, ela não percebe que a utilização do maquinário para o empresário rural é uma forma de aumentar os lucros e diminuir os encargos com mão-de-obra e reforça a ideia de que o trabalhador rural gera mais gastos e o que compensa é a utilização das colheitadeiras. Para o empresário rural as colheitadeiras diminuem os custos da produção, uma vez que esta é adquirida o cafeicultor não precisa gastar com mais nada a não ser com combustível e algum possível reparo.

A utilização das máquinas reduz a contratação de trabalhadores para realizar a recata<sup>126</sup>, o que significa que se eleva a exploração ao trabalhador, pois serão contratadas menos pessoas para realizarem o trabalho em uma área maior, porque poucos grãos restaram e isso se eleva a lucratividade do produtor. Para que o trabalhador consiga encher as sacas de 60 litros é preciso trabalhar mais horas recebendo menos pelo trabalho. Isso permite compreender a fala do senhor Wilson ao colocar que no passado se conseguia mais dinheiro pelo trabalho realizado. Diante destas constatações compreendemos que ao se transformar a forma de produção e colheita se transforma também os modos de viver do trabalhador rural.

<sup>124</sup> Irani Fernandes de Quadros de 25 anos em 19/05/2008. Entrevista realizada em sua residência.

<sup>125</sup> Idem. Idem.

<sup>126</sup> Quando a colheitadeira do café passa por entre as ruas sobra nos galhos alguns grãos sendo necessário fazer uma recata, pois esta não consegue retirar todos os grãos do pé de café.

Por mais que se altere a jornada de trabalho desses sujeitos, eles se valorizam e se colocam como parte fundamental nas colheitas de café, como pude notar na fala do Sr. Joaquim. Para ele a introdução das colheitadeiras na cafeicultura não é motivo para preocupação com falta emprego: “*de qualquer jeito a mão de obra ainda vai, tem que ter um toque nosso ainda né, porque se eles pudesse es num colocava genti nas roças deles*”<sup>127</sup>. Essa resposta é uma forma que ele encontrou para mostrar o valor do seu trabalho, colocando-se como superior a mecanização e que ela não é um motivo para uma preocupação maior, como a falta de emprego. Apesar de haver uma divulgação maciça por meio da mídia e nas associações de cafeicultores que a máquina vai substituir o homem nas colheitas de café, ele não se preocupa e dá demonstrações de que sem a mão-de-obra humana não é possível realizar todas as fases da colheita. O Sr. Joaquim permanece firme em suas interpretações, não deixando se enganar por aqueles que desejam sua substituição.

O Sr. Joaquim é um dos poucos que valorizam seu trabalho, pois quase sempre escutamos do entrevistado que o bóia-fria não tem valor, como a Sra. Irani diz: “*aqui num... bóia-fria aqui num tem valor... num tem.*”<sup>128</sup> Ela se sente desvalorizada porque seu trabalho está sendo substituído pela colheitadeira e também por aqueles que participam da mesma condição social, ou melhor, para a Sra. Irani como o próprio trabalhador volante se desvaloriza ele também não é valorizado pelos outros, se eles mesmos não se dão valor, quem dará?

Thompson traz reflexões relevantes para a compreensão dos valores para as classes trabalhadoras. Para ele “toda luta de classes é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores”<sup>129</sup>. Mesmo sem saber, a Sra. Irani e o Sr. Joaquim estão travando uma luta que se dá entre aqueles que participam da condição social de volantes e aqueles que querem a sua substituição, ou seja, entre os cafeicultores.

Ao afirmar que é impossível trocar o homem pela máquina, indiretamente o Sr. Joaquim demonstra que faz parte de um grupo que não é homogêneo e possui suas particularidades. Enquanto todos<sup>130</sup> procuram manipular o trabalhador volante dizendo que ele será substituído o Sr. Joaquim foge a regra e nega que isso seja possível,

<sup>127</sup> Joaquim de Souza Junior de 29 anos entrevista realizada em sua residência em Patrocínio, juntamente com sua esposa Graciele de Fátima Martins Souza de 25 anos em 15/05/2008.

<sup>128</sup> Irani Fernandes de Quadros de 25 anos em 19/05/2008. Entrevista realizada em sua residência.

<sup>129</sup> THOMPSON, E.P. O Termo Ausente: Experiência. In: *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro. Zahar, 1981. P. 190

<sup>130</sup> Nesse sentido “todos” significam os grandes produtores que tem a intenção de se reafirmar como empresários, donos poder.

valorizando seu trabalho, dizendo indiretamente que o trabalhador volante é imprescindível para as colheitas de café. Contudo, a Sra. Irani já não tem essa percepção, ela interioriza o discurso apresentado no jornal e pelos produtores, reproduzindo a fala de que essa troca um dia vai acontecer e que isso ocorrerá por causa dos próprios trabalhadores que não se valorizam.

De um lado temos um trabalhador que se valoriza e de outro lado um que não o faz. As tensões instauradas entre um grupo e o outro estão por traz dessa pluralidade de opiniões e valores. Esse conflito de valores, em que um concorda com algo e outro não, acontece dia após dia, são conflitos de interesses, de viveres, pois vivemos em uma sociedade desigual e as relações sociais evidenciam esses conflitos. No fundo o que importa é qual será o lugar que ficará para o trabalhador volante, para que ele possa trabalhar e com isso manter a sua família. A luta acerca dos valores não está somente entre os próprios trabalhadores volantes, mas entre eles e os patrões, latifundiários - donos das terras. A opinião deles está sempre sendo expressa pelos meios de comunicação com propagandas que incentivam e demonstram as vantagens de se utilizar a colheitadeira e as desvantagens de se contratar mão-de-obra humana.

As transformações sociais trazidas pelo uso da colheitadeira interferem nos modos de vida dos trabalhadores rurais e são perceptíveis por outros trabalhadores, como relata a senhora Maria<sup>131</sup> “*Antes tinha umas 70 pessoa, agora vem pra catá, mas catá eles num qué porque não dá renda. A máquina passa e fica grão no pé e catá eles não qué*”<sup>132</sup>. Esta senhora reside na cidade de Patrocínio há 43 anos e possui um bar há 23 anos no mesmo local. É neste espaço de sociabilidade onde se encontra diversos trabalhadores após o expediente de trabalho, e onde em especial entrevistei o senhor Wilson, que desde a primeira ida para Patrocínio volta constantemente. Sua avaliação é de que quando abriu o bar no ano de 1986 era um momento de grande expectativa da cafeicultura no município e que se chegavam trabalhadores de diversos lugares.

A Sra. Maria especifica que nesse tempo havia muitos trabalhadores e que a região ficava movimentada devido ao intenso vai e vem de pessoas, mas que com a utilização das colheitadeiras aconteceu uma queda no movimento e provavelmente também nos seus negócios. A senhora Maria afirma que nenhum trabalhador deseja ficar tanto tempo na região – cerca de 8 meses, período da safra – para somente realizar a recata, que como dito anteriormente, eleva o tempo despendido enquanto o

---

<sup>131</sup> Maria Elias Pereira, 80 anos, entrevista realizada em 03/12/2009 em seu bar.

<sup>132</sup> Idem. Idem.



valor pago se torna baixo. Com a queda na quantidade de pessoas passando pelo seu bar ocorre uma baixa em suas vendas e uma diminuição do seu lucro. A transformação nos modos de trabalho na cafeicultura afeta diversos pequenos comércios que sobrevivem do que é gasto pelos trabalhadores rurais nos momentos de descontração após a jornada de trabalho.

Os trabalhadores rurais procuram formas de driblar as dificuldades e depositam no trabalho na cafeicultura esperança de melhoras, expectativa presente em muitas entrevistas e que dá sentido ao trabalho, pois é através dele que eles procuram realizar sonhos como ter a casa própria. O trabalho no café é o que move esses sonhos, espera-se que quanto mais trabalho eles tenham, mais dinheiro eles terão e poderão satisfazer parte dos seus desejos. Busco perceber no próximo capítulo os anseios e necessidades desse trabalhador rural, procuro refletir seus modos de viver na cidade de Patrocínio por meio de suas narrativas.

### Capítulo III

#### Entre viver e trabalhar: os trabalhadores rurais na cidade

Procuro neste capítulo refletir através das narrativas dos trabalhadores os sentidos e significados de se morar e viver em Patrocínio. Ser trabalhador rural está registrado na experiência vivida de cada sujeito que foi entrevistado, é através do sentir-se trabalhador que eles constroem seu modo de viver e se relacionam com a cidade que os acolhe momentaneamente. Muitos sujeitos que entrevistei vivenciam essas condições de “ser trabalhador rural temporário e migrante” e é pelas suas entrevistas que notei o que os levou a migrar e a escolher tal trabalho. Percebi também que suas escolhas sofreram interferências do ambiente em que viviam, ou seja, do meio social.

Cada trabalhador rural que migra valoriza de forma diferente o trabalho na cafeicultura e essa valoração está expressa nas relações que estes estabelecem com o próximo e com a cidade. Essas relações permitem ver mudanças que se expressam nos seus modos de trabalhar, morar, passear, enfim de ser e de viver.

Os trabalhadores não vivem fixos em uma região eles transitam entre elas e esse deslocamento não pode ser tratado como individualidades, mas como expressão de um modelo de reivindicação, uma forma que estes encontram para não serem acomodados com a situação<sup>133</sup>. Quando os trabalhadores da cafeicultura escolheram migrar eles o fazem a partir de uma contradição, é um meio que estes encontraram para não concordar com algo que estavam vivenciando e por algum motivo escolheram a cidade de Patrocínio para trabalhar e viver. Suas trajetórias e o sentido que atribuem ao trabalho é significativo, e como os acontecimentos não estão isolados entre si, o deslocamento desses trabalhadores e a cidade de Patrocínio se relacionam intrinsecamente.

O que dá forma a cidade são os seus moradores, são eles que dão vida as ruas, as casas, as praças porque sem as pessoas que atribuem valor e sentido ao cotidiano, a

---

<sup>133</sup> THOMPSON, E. P. Consciência de Classe. In: *A formação da Classe Operária Inglesa*. 3. ed. Volume III. São Paulo. Paz e Terra, 2002.

cidade se resumiria a um amontoado de ferragens e cimento. Entre os trabalhadores que chegavam a região, provenientes de todos os lugares, alguns permaneciam enquanto outros continuavam no trajeto de idas e vindas. Algumas pessoas ocuparam terrenos pertencentes à prefeitura e a particulares. Esse fato pode ser percebido como uma manifestação de protesto em favor de moradias<sup>134</sup>.

Quando as pessoas começaram a buscar terrenos em Patrocínio para se estabelecer eles deram demonstração de que estavam revoltados por não possuírem moradia e a forma de reação que estes encontraram foi à ocupação. Esse protesto não foi noticiado pelos jornais ou mesmo comentado.

Muitos bairros foram erguidos com o financiamento da COHAB<sup>135</sup>, entre eles o Manuel Nunes em 1988 e em 1991 o Serra Negra. Muitos desses trabalhadores que moram ou que chegam a Patrocínio, direcionam-se para o Serra Negra, um bairro “periférico” que em 2004 tinha cerca de 9.000 habitantes, sendo que 60% destes eram provenientes de outras regiões<sup>136</sup>. Esse bairro é conhecido como o bairro dos “panhadores de café” pela quantidade de trabalhadores volantes que nele residem, por este motivo procurei o Serra Negra. Nele encontrei quase todos os trabalhadores que entrevistei.

Ao analisar os dados demográficos sobre esse bairro e sobre o que conversei com os trabalhadores notei que a quantidade de pessoas que moram no Serra Negra deve ser maior do que a especificada, mesmo assim o valor disposto é considerável porque representa uma parte significativa da população total da cidade.

O sentido de morar no Serra Negra é diferenciado para cada trabalhador, seja ele natural ou migrante. Para o senhor Wagner existem problemas de infraestrutura e sociais no bairro, ele apresenta que:

---

<sup>134</sup> Hobsbawm ao estudar movimentos populares no final do século XIX esclarece que as manifestações populares somente se tornaram importante a partir do momento em que as pessoas passaram a ter consciência do poder de suas decisões, ou melhor, quando os sujeitos começaram a perceber que possuíam força para participar das decisões políticas, eles então começaram a se mobilizar. Dessa forma, os movimentos populares são também um meio de contestação e participação. Ver: HOBBSAWM, Eric. A história de baixo para cima. In: *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>135</sup> Em Patrocínio algumas moradias foram financiadas pela Companhia Habitacional - COHAB. Essa Companhia foi criada pelo governo estadual “com a finalidade de combater o déficit habitacional e urbanizar vilas e favelas no Estado”. Ela foi instituída pela Lei nº. 3.403, de 02 de julho de 1965. Disponível em: <http://www.cohab.mg.gov.br/n/show.php?idnoticia=15> acesso em 15, jul., 2009.

<sup>136</sup> FERREIRA, Rômulo Gama. *Agricultura familiar e inovações tecnológicas: Impactos sobre a ocupação e o êxodo rural nas microrregiões de Patos de Minas e Patrocínio-MG*. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Economia. Universidade Federal de Uberlândia. 2004

*“Muito poca coisa ,aqui num tem nada , Patrocínio num tem uma praça , aqui nu Serra Negra , num tem um lugar pra gente ir. E num tem creche boa, só que num presta ,creche daqui eles judeia muito ca... ca criança”<sup>137</sup>*

Os apontamentos que este trabalhador traz sobre o fato de não existir praças na cidade de Patrocínio é algo que o narrador relaciona com o fato de não haver praças no bairro Serra Negra. Isso move os moradores do bairro a procurar espaços de lazer como este em outros pontos da cidade, no entanto, esse deslocamento se torna difícil para os trabalhadores porque eles necessitam de transporte público. A partir da maneira como o senhor Wagner descreve o bairro ele é apresentado como sendo um lugar onde não existem meios de diversão, é uma dificuldade percebida por ele. Na percepção do senhor Wagner o Serra Negra é um lugar pouco valorizado, todavia nem todos os trabalhadores interpretam o bairro dessa forma.

A trabalhadora Zélia diz que este bairro é o lugar onde existem muitos trabalhadores bóias-frias, demonstrando que:

*“Serra Negra quase inteiro em peso panha café...esse vizinho panha, aquele dali panha, essa da venda de baixo panha. Isso aqui tudo, todo mundo aqui panha”<sup>138</sup>*

A vivência desta trabalhadora e moradora deste bairro demonstra que muitos que residem são trabalhadores rurais da cafeicultura, assim ela faz referência aos seus vizinhos que sobrevivem das colheitas. Essa idéia de que o Serra Negra é um lugar de trabalhadores da cafeicultura é apresentada também pelo senhor Joaquim<sup>139</sup>, que é morador, mas não é natural da cidade como o senhor Wagner e senhora Zélia. Quando ele veio para a região se direcionou para o bairro, ele diz que:

*"o bairro aqui é...noventa por cento e só bóia fria" e completa "todos os fazendeiros procura esse bairro aqui, todo gato vem aqui primeiro. Esse bairro aqui ele está as melhores pessoas em serviço que tem é aqui se entendeu? Aqui se ôce quise uma pessoa só pa planta café aqui tem, só pa colhe aqui tem, só pa planta. Tudo que ôce pensa fala assim: ó pessoal tudo aqui é pessoa qui já tá tudo com experiência".<sup>140</sup>*

<sup>137</sup> Alaíde de Souza Quadros, 59 anos. Entrevista realizada em sua residência em 19/05/2008

<sup>138</sup> Zélia Alves de Jesus entrevista realizada em 30/10/2004.

<sup>139</sup> Joaquim de Souza Junior, 29 anos. Entrevista realizada em sua residência em Patrocínio, juntamente com sua esposa Graciele de Fátima Martins Souza, 25 anos, entrevistado em 15/05/2008.

<sup>140</sup> Senhor Joaquim de Souza Junior. Entrevista realizada em 15/05/2008.

Alegando que 90% dos moradores do bairro Serra Negra são trabalhadores da cafeicultura ele procura valorizar sua forma de trabalho, declarando que não existe trabalhador melhor do que aqueles que moram no Serra Negra. Na sua narrativa percebe-se que existem muitas pessoas que têm experiência na colheita do café e isso os transformam em profissionais. Ao falar dessa forma o senhor Joaquim se inclui enquanto profissional da colheita porque ele é morador do bairro. Existe nele uma consciência de que aquela região é importante para a cidade de Patrocínio, há nesse sentido uma valorização do trabalhador rural.

Mesmo o Serra Negra sendo citado pelos seus moradores como referência para quem contrata existe outros trabalhadores que procuram diversas partes da cidade para terem uma residência temporária. O senhor Wilson, por exemplo, direcionou-se para o bairro São Vicente, um lugar mais próximo do “centro” e onde ele possui vários conhecidos. Quando perguntado sobre o que ele acha do lugar, o senhor Wilson respondeu:

*“a gente já era acostumado a vim aqui, só vem aqui mesmo, conhece todo mundo do bairro aqui, a gente costumou aqui...só vem aqui mesmo”<sup>141</sup>.*

Os trabalhadores que se mudaram para Patrocínio por escolha própria podiam optar pelo bairro que queriam morar, ao contrário do que foi para aqueles que vieram agenciados como o senhor Wilson. Para estes, a decisão de onde morar parte do empresário rural, isso pode ser considerado como uma tática para manter esses trabalhadores sobre o seu controle. Quando os trabalhadores possuem destino certo não ficam mudando de um bairro para outro, assim é mais fácil controlar os seus horários de chegar e sair de casa. Contudo os produtores não conseguem determinar qual o local que estes trabalhadores frequentam após o término do dia de trabalho, ficando estes livres do controle social dos cafeicultores. Nas horas em que não estão trabalhando é comum vê-los nos bares, nas casas de amigos e nas ruas, seja bebendo ou mesmo conversando.

O lugar que o senhor Wilson frequenta após o dia de trabalho é o bar da senhora Maria<sup>142</sup> onde o encontrei para a entrevista. Ela possui o bar há 23 anos no mesmo lugar e vivenciou as transformações trazidas com a cafeicultura para a região. Dentro desse

<sup>141</sup> Wilson Macedo. Entrevista realizada em 15/09/2008.

<sup>142</sup> Maria Elias Pereira, 80 anos, entrevista realizada em 03/12/2009 em seu bar.

espaço de sociabilidade os trabalhadores conversam, brincam, desabafam e se divertem após o dia de trabalho. Em sua experiência a senhora Maria contou:

*“sempre na época da safra eles sempre volta. Todo ano desde que começou aqui eles vem. Quando abri o bar já tinha muita lavoura agora ta cabano, porque eles (se referindo ao produtor) tá plantando outras coisa”<sup>143</sup>*

Pela narrativa dessa senhora percebi que nos meses de safra existe um aumento na quantidade de pessoas que frequentam o seu bar, como o senhor Wilson, que há 18 anos sempre volta a cidade devido a sazonalidade da colheita, construindo com a senhora Maria uma relação de amizade. Apesar de presenças como deste senhor serem certas em momento de safra, ela faz um paralelo entre o passado e o presente, demonstrando que esse aumento no movimento do bar possivelmente não irá acontecer no futuro, pois existe muitos produtores que estão plantando outras culturas, como frutas e a cana. Assim, para senhora Maria a mudança no tipo de produção poderá gerar prejuízo em seu comércio porque para ela entende que não haverá a necessidade de muitos trabalhadores. No entanto, a cidade continuará recebendo muitos outros trabalhadores de diversas regiões.

A cidade que se transforma através de seus moradores e também daqueles que chegam e que saem deixam impressões diversas. A senhora Alaíde que chegou pela última vez por volta de 1990 e que fixou residência, avalia que Patrocínio esta recentemente:

*“mais mio pra mim né, mais pros otos assim tá mais difícil. Eu tem vontade de imhora pra lá, vendê minha casa mais eu tenho as famia não posso i né”<sup>144</sup>*

Para ela que está aposentada e conseguiu comprar uma casa no bairro Serra Negra a região é lugar bom para se viver, mas ela faz uma análise entre o passado e o presente, apontando que para aqueles que procuram por trabalho a vida está mais difícil. É através da sua experiência que a senhora Alaíde demonstra que existem dificuldades em se conseguir um trabalho nas lavouras de café e que no passado era mais fácil. A escolha do empresário rural em utilizar colheitadeiras ao invés de mão-de-obra é um dos

<sup>143</sup> Maria Elias Pereira, 80 anos, entrevista realizada em 03/12/2009 em seu bar.

<sup>144</sup> Alaíde de Souza Quadros, 59 anos. Entrevista realizada em sua residência em 19/05/2008

elementos dessa mudança no “hoje” referido pela senhora Alaíde como sendo mais difícil.

Mesmo que ela esteja morando em Patrocínio há 19 anos ainda tem vontade de ir embora, voltar para sua cidade no Paraná. O motivo de não ter ido é que tem pessoas da sua família que moram na cidade mineira. Mesmo que a senhora Alaíde tenha conquistado a casa própria, ela pensa em voltar para a cidade de origem. Para ela o voltar significa restabelecer laços familiares. Mas, existem outros laços em Patrocínio: sua filha Irani, que também mora no bairro, é casada e tem quatro filhos, assim ela fica num impasse entre ficar ou voltar.

Diferentemente é o trabalhador Joaquim que prefere ficar em Patrocínio, alegando que:

*“não num penso mais, não. Eu pensava muito por aqui ser muito violento mais não a respeito de serviço se entendeu? A genti sabe que se volta pra lá se vai fica parado ou se monta alguma coisinha. Mas eu penso em volta pra lá por causa da violência que tá existindo aqui em Patrocínio mais por causa de serviço eu num reclamo não ”<sup>145</sup>*

Inicialmente seu pensamento era de voltar a morar em São João da Ponte, em Minas Gerais, sua cidade de origem, porque para ele o Serra Negra estava ficando demasiadamente violento. Ele não possui a mesma mentalidade da senhora Alaíde, em voltar pelos familiares que ela deixou. Ambos são trabalhadores migrantes, “escolheram” a cidade de Patrocínio como espaço de moradia, contudo por serem de gerações diferentes tem anseios e perspectivas diferentes.

A problemática violência na cidade foi trazida pelo narrador, assim como o faz outros trabalhadores. Isso evidencia uma modificação nos modos de viver em Patrocínio, como acontece em outras cidades do interior, onde as pessoas estavam acostumadas a deixarem suas casas de porta destrancada e algumas vezes até aberta, sem tanta preocupação com a questão da segurança. Esse problema social é uma reclamação constante trazida por todos os entrevistados, independente de serem naturais ou não da cidade.

A justificativa desse aumento na criminalidade está na quantidade de pessoas que chegam a região sem destino certo na época de safra, segundo a trabalhadora rural Irani:

*“o roubo é demais né. O roubo é demais, porque num tem serviço, apesar que a maioria da...das pessoa prefere roubar do que trabalhar....e também tem muita*

<sup>145</sup> Joaquim de Souza Junior de 29 anos entrevista realizada em sua residência em Patrocínio, juntamente com sua esposa Graciele de Fátima Martins Souza de 25 anos em 15/05/2008.

*gente que rouba por necessidade também, passa muita fome ai na própria rodoviária tem vez que chega ali...tem criança passano fome!”<sup>146</sup>*

O aumento na quantidade de pessoas circulando pela cidade aumenta também os problemas na área urbana, essa é a opinião da senhora Irani. Os roubos eram algo que praticamente não acontecia na cidade, tanto que no Jornal de Patrocínio poucos eram as notícias sobre os assaltos. Todavia, esses problemas não infligem somente os moradores dos bairros mais distantes do “centro”, como os do Serra Negra, mas de todos os bairros, porém com versões diferentes. A senhora Maria de Fátima moradora do centro também aponta esse problema:

*“olha isso ai (se referindo aos que chegam todos os anos) sem duvida traz também porque são pessoas assim de vários lugares, existe aquelas pessoas que são pessoas direitas né, que são pessoas corretas, mas também existe pessoas que tem problemas, né...então assim...houve sim...inclusive até o numero de assaltos...porque Patrocínio era uma cidade que num ouvia falar isso...a gente quase nem via conta que aqui tinha assim...algum...alguma assalto...algum roubo, sabe..até... por exemplo na minha casa a gente brincava...é...quando eu morei na casa do meu avô ele num trancava a porta, deixava só no trinco, hoje cê num pode fazer isso, né”<sup>147</sup>*

As entrevistas destas duas mulheres são representativas de uma ordem que está mudando. A primeira é uma trabalhadora rural que migrou e a segunda é uma funcionária pública que é natural da cidade. Ambas percebem uma diferença no social e atestam que houve um aumento nos assaltos, são opiniões diferentes sobre o mesmo assunto, cada uma experimenta o social de uma forma desigual.

Analiso a fala da senhora Irani a partir da sua experiência enquanto trabalhadora que vivenciou um processo conturbado de migração e, posteriormente, a fala da senhora Maria de Fátima.

A senhora Irani quando começou a trabalhar no campo era adolescente com cerca de 13 anos, mas antes disso teve que sair da sua cidade acompanhando os pais e os irmãos com destino a Patrocínio, uma tarefa que marcou definitivamente sua vida. O caminho que transcorreram foi repleto de situações diversas, entre elas a falta de comida. O trajeto entre Paraná e Patrocínio foi feito a pé e algumas vezes com passagens doadas por algumas prefeituras.

<sup>146</sup> Irani Fernandes de Quadros de 25 anos. Entrevista realizada em 19/05/2008.

<sup>147</sup> Entrevista realizada com a senhora Maria de Fátima Machado Almeida em sua sala na Casa da Cultura em 12/06/2008.



Essa família quando saiu do Paraná estava sem nenhum tipo de orientação, eles simplesmente “*ponhava aquela sacaiada nas costa*”<sup>148</sup> e saía. Tudo era incerto no que ela mesma chama de “trecho”, correr o trecho significa um momento marcado pelo imprevisto, não se sabia o que poderia acontecer no dia de amanhã. Quando ela fala que por mais que os roubos aumentaram, ainda existem pessoas que roubam para se manter, para se alimentar, pode-se inferir que sua análise sobre os assaltos é marcada pelo que ela mesma vivenciou no trecho e se pode questionar se foi preciso que alguém da sua família roubasse para comprar comida.

Dessa forma ela não critica quem rouba para comer, porque a falta de alimentação talvez lhe traga lembranças desagradáveis. Há então na sua fala um tom de compaixão e ao mesmo tempo de indignação ao falar que na rodoviária existem muitas crianças passando fome. Quando chegamos a Patrocínio e desembarcamos na rodoviária muita coisa é visto, existem lá crianças pedindo, idosos, pessoas de passagem, migrantes chegando a todo instante, trabalhadores a procura de informações e emprego. A rodoviária é um ponto de passagem para todo tipo de gente, seja homem, mulher, criança, idoso, migrante, volante.

A rodoviária é também onde se localiza o “Centro de Triagem do Migrante”. O lugar que poderia apoiar o migrante está constantemente fechado, nas várias vezes e nos diversos horários que procurei o centro de triagem fui atendida somente uma vez e mesmo assim me disseram para procurar a “Secretária de Ação Social” e nada mais. Quando a senhora Irani coloca que muitas crianças passam fome na rodoviária, ela fala indignadamente, pois não existe nenhum lugar que possa cuidar das necessidades dessas crianças que chegam com seus pais, talvez seja algo que ela sentiu quando estava com sua família no trecho.

Sua ideia é diversa da opinião da senhora Maria de Fátima, que foi criada segundo os valores de uma classe conservadora e elitizada. Sua família ao longo dos anos vem atuando na política, sendo que seu avô foi prefeito da cidade entre os anos de 1901 a 1904, assim seus valores são pautados segundo uma visão da elite. No início do século XX as pessoas atuantes na política eram aquelas que possuíam influências junto a uma classe dominante e conseguiam chegar ao poder. Sua família é tida como tradicional na região e com prestígio político.

Existem várias cidades, a da senhora Maria de Fátima é diferente da cidade da senhora Irani. Nos valores da primeira o aumento na quantidade roubos, furtos e

---

<sup>148</sup> Irani Fernandes de Quadros de 25 anos. Entrevista realizada em 19/05/2008.

assaltos aconteceram pela grande quantidade de pessoas que chegam ao lugar. Mesmo ela dizendo que algumas pessoas são boas e outras são ruins ela ainda responsabiliza os trabalhadores vindos de fora. Ela coloca todos os migrantes num mesmo plano, generalizando-os e deixando transparecer seus valores. Dessa forma, ela ignora as potencialidades dos trabalhadores, tratando todos como iguais, sendo que na realidade são diferentes e possuem motivos variados para migrar.

Percebo no espaço urbano de Patrocínio que as opiniões, ideias e valores são diferentes para cada classe, explicitando assim uma contradição social. As diferenças estão também nas experiências vividas por cada uma: a senhora Irani é uma trabalhadora rural e a senhora Maria de Fátima possui um cargo público, ambas têm interesses diversos.

O que grande parte dos trabalhadores rurais procura é ter melhores condições de vida e estabelecer uma moradia fixa é um tipo de valor. O sonho de ter uma casa representa um segurança, um lugar onde se encontra apoio e estabilidade. Ter uma casa na cidade significa que o trabalhador conseguiu garantias, ele tem na compra da casa um sonho a ser realizado.

A respeito dos anseios dos trabalhadores a fala da senhora Graciele é representativa. Ela me contou o que conseguiu comprar com o trabalho na cafeicultura:

*“mais a gente sonha um pouquinho... o dia de amanhã sempre de uma melhora... igual nós tinha o sonho de compra uma casinha, nós conseguimos, pequena mais tem. Ai foi indo e surgiu a vontade de compra o carro, nós compro. Agora já tamo pensando futuramente de compra uma casinha maió, cresce essa.”<sup>149</sup>*

Os sonhos levam o trabalhador a buscar uma realidade diferente daquela que vive, todos os entrevistados que saíram de sua terra natal em busca de algo diferente o fizeram movidos por sonhos, seja de comprar uma casa, um carro ou mesmo de ganhar um pouco mais. Nem sempre as decisões de migrar são feitas segundo uma regra fixa, as decisões não são tomadas por esses trabalhadores exclusivamente a partir de fatores externos a eles como o êxodo rural. As decisões destes trabalhadores também são baseadas em seus anseios e em suas vontades.

A senhora Graciele afirma que tinha, ela e o esposo, o desejo de ter uma moradia própria e um carro para lhe auxiliar nos trajetos entre o campo a cidade, e isto foi conseguido através do trabalho como volante. O trabalho para eles possui um sentido de

---

<sup>149</sup> Graciele de Fátima Martins Souza de 25 anos entrevista realizada em 15/05/2008.

realização de sonhos, sonhos que são renovados à medida que os antigos são realizados. Quando essa jovem conta que conseguiu comprar casa e carro ela o faz com uma entonação de alegria na voz, refletindo que por mais que o trabalho na cafeicultura seja difícil é compensativo, pois lhe proporciona a realização de sonhos.

Ao dar continuidade a sua narrativa sobre o que conseguiu com o trabalho como volante o senhor Joaquim, esposo da senhora Graciele, diz que conseguiu ter casa própria e com mobília nova e coloca que:

*"a genti comprou tudo novinho compro nada usado, tudo aqui a genti tem... a genti compro tudim na casa. Chego, compro, pago. Comprei essa casa aqui, compramo esse carro aqui que já tá pago já tamem. Só com dinheiro disso"<sup>150</sup>.*

Notei que ele se valoriza ao dizer que conseguiu possuir alguns bens com o trabalho como volante, ao contar isso ele procura demonstrar que seu trabalho é digno como qualquer outro, que proporciona bens materiais como qualquer outro e que lhe satisfaz mais do que quando trabalhava como "ambulante". Quando ambos dizem que conseguiram realizar algumas vontades através do trabalho na cafeicultura deixam transparecer outro ponto que é sobre o consumo<sup>151</sup>.

Além dos sonhos realizados com o dinheiro do trabalho, esses sujeitos têm conhecimento sobre os direitos reconhecidos por lei<sup>152</sup> como a carteira assinada, fundo de garantia e a possibilidade de aposentaria, direitos que os trabalhadores rurais esperam que lhes seja garantido.

O senhor Wilson escolheu trabalhar em Patrocínio pelo fato de que na região os empresários rurais assinam a carteira, esse é um dos principais motivos que o levou sair de Nova Esperança no Paraná:

*"mas a gente vem mais pra facilitá mais a aposentadoria, porque lá serviço de carteira assinada em lavoura é difícil, só mais na cana. Na cana sim, na cana eles ainda registra, na laranja tamem tem a*

<sup>150</sup> Joaquim de Souza Junior de 29 anos entrevista realizada em 15.05.2008.

<sup>151</sup> A autora Carmo aponta uma reflexão interessante a respeito daquilo que os trabalhadores conseguem adquirir com seus trabalhos. Ela pesquisou a questão do consumo nas relações de trabalho dos bóias-frias e esclarece que comparações entre o que se tinha no passado e que se tem atualmente, feita pelos trabalhadores, acontece devido estes o fazerem em relação ao padrão de consumo atual. CARMO, Maria Andréa Angelotti. *Lavradores de Sonhos: Saberes e (des) caminhos de trabalhadores volantes*, 1980-2000. São Paulo; Ed. PUC. 2006.

<sup>152</sup> As relações de trabalho na agricultura são reconhecidas pelo Estatuto do Trabalhador Rural que foi promulgado em março de 1963 segundo a Lei numero 4.214 e especificamente o artigo 6, parágrafo único consta que: "Desde que o contrato de trabalho rural provisório, avulso ou volante ultrapasse um ano, incluído as prorrogações, será o trabalhador considerado, permanente, para todos os efeitos desta lei." Estatuto do Trabalhador Rural. 1973.

*fazenda que assina tamem, mais é mais difícil. E aqui na lavoura é obrigado. Acho que vô vim mais uns dois ano ainda, mais uns dois ano eu quero vim ainda , porque facilita mais pra aposentá mia fia”<sup>153</sup>.*

O trabalho nas fazendas de café é para ele um meio de conseguir ter sua aposentadoria, apesar de em sua cidade alguns patrões assinarem a carteira ele ainda prefere viajar por longas horas até Patrocínio tendo a certeza de que ali será feito o seu registro e sua aposentadoria estará garantida. Através da narrativa do senhor Wilson percebi que a legislação trabalhista não vem sendo cumprida corretamente em sua região, pois algumas fazendas assinam a carteira e outras não, prejudicando o trabalhador no momento de requerer a aposentadoria. Esse é o principal motivo para muitos trabalhadores buscarem serviço em Patrocínio.

A aposentadoria para ele é um objetivo fixo, pois, por mais que o salário de um aposentado rural seja pouco isso irá lhe proporcionar certo descanso, e de alguma forma ele não precisará mais sair de sua cidade a procura de emprego. Portanto, o seu objetivo atualmente não é ganhar muito dinheiro com o trabalho nas fazendas de café, mas sim se aposentar e ter tranquilidade.

A aposentadoria também foi algo conseguido pela senhora Alaíde pelo seu tempo de trabalho no campo. Para ela sua vida esta “*supi mió, agora é quetá, né!*”<sup>154</sup> Antes ela tinha como necessidade trabalhar para ajudar o marido nas despesas e na criação dos filhos, o trabalho era uma obrigação que tinha que ser cumprida não importando as circunstâncias, hoje ela é aposentada e o salário mínimo que ganha é suficiente para suas principais despesas. No passado ela precisava sair de um lugar para outro constantemente a procura de trabalho, esse viver tinha um sentido de inconstância e o salário também era incerto. Quando se aposentou ela passou a receber uma quantia mensalmente sem que tenha a necessidade de trabalhar para isso. A vida da senhora é interpretada por ela como melhor do que quando trabalhava, por este motivo ela afirma que agora não é mais preciso ficar entre idas e vindas.

Mesmo que as leis estabelecidas sejam indícios de garantias os trabalhadores possuem a consciência de que muitas não são cumpridas, como diz em tom de revolta o senhor Joaquim:

<sup>153</sup> Wilson Macedo. Entrevista realizada em 15.09.2008.

<sup>154</sup> Alaíde de Souza Quadros, 59 anos. Entrevista realizada em sua residência em 19/05/2008.

*“passa muito encima das leis né, os fazendeiros. Não... não existe leis para os trabalhador, a maioria aqui eles ultrapassa tudo mais. Se a gente sobrevive disso a gente tem que leva a vida como pode né! Tá dano pá trabalha ganha o poco e o poco que a gente ganha tem pra vive”*<sup>155</sup>

A sua narrativa traz um sentimento de revolta por não ter seus direitos cumpridos. Mesmo que na fazenda onde ele e sua esposa trabalham o fazendeiro obedeça as leis, ele ainda encontra alguns que não fazem o mesmo, deixando o trabalhador insatisfeito. Nesse sentido, verifiquei que leis aprovadas nem sempre são exercidas e que se não houver uma fiscalização por parte dos órgãos competentes os direitos conseguidos por esses trabalhadores serão negligenciados.

Em Patrocínio quem cuida dos direitos dos trabalhadores rurais é o Sindicato do Trabalhador Rural (STR) cujas atividades tiveram início em 11 de março de 1974. Segundo a Carta Sindical<sup>156</sup>:

---

<sup>155</sup> Joaquim de Souza Junior de 29 anos entrevista realizada em sua residência em Patrocínio, juntamente com sua esposa Graciele de Fátima Martins Souza de 25 anos em 15/05/2008.

<sup>156</sup> Xérox da carta sindical doada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Patrocínio em 16/05/2008.





Figura 4: Carta Sindical

Fonte: Sindicato do Trabalhador Rural - Patrocínio – 2009.

Através dessa carta procurei pensar em que condições foi criado o sindicato dos trabalhadores rurais. Por meio dela notei que os trabalhos do sindicato começam no ano de 1974, período que para nós é importante, pois é pelos primeiros anos da década de

1970 que se inicia a cafeicultura em Patrocínio, a instalação do Polocentro<sup>157</sup>, a impressão do Jornal de Patrocínio e as primeiras leva migratórias, dividindo estas em trabalhadores e produtores. A autorização do ministério do trabalho em liberar uma presença sindical de trabalhadores rurais na cidade neste período é de grande importância e significação.

A carta sindical significa uma autorização feita pelo Governo Federal para que na cidade houvesse um representante dos trabalhadores rurais, sendo assim o sindicato não foi liberado a partir de um consenso dos trabalhadores que buscavam alguém que os representasse e lutasse pelos seus direitos. Quando visualizamos a carta percebemos que esta foi aprovada para que seja atuante nas causas dos trabalhadores da agricultura, ela envolve todos aqueles que vivem e sobrevivem da agricultura.

A liberação do governo para a composição do sindicato é uma liberação que possibilita pensar que já naquele momento de transição havia trabalhadores que tinham conhecimento dos direitos e queriam que estes fossem cumpridos e buscavam um órgão que os representasse junto ao sindicato dos produtores rurais. Esse acontecimento importante para os trabalhadores da agricultura não foi noticiado pelo Jornal de Patrocínio.

O sindicato procura intervir sempre que necessário entre nas questões de contratação, assinatura de carteiras e acordos entre os produtores e os trabalhadores rurais. Percebi que ao ser outorgado o sindicato é uma vitória dos trabalhadores rurais, e que este foi conseguido através de pequenas lutas travadas diariamente. Essa instituição representa os trabalhadores rurais e pequenos produtores e no ano de 2008 a responsável por ela era a senhora Marlene do Reis<sup>158</sup> que prontamente me recebeu e esclareceu qual era o papel do sindicato em Patrocínio.

Os serviços atualmente oferecidos ao trabalhador pelo STR são convênios médicos, odontológicos, funerários, assistência jurídica e descontos em mercados. Segundo a senhora Marlene existe aproximadamente 7.000 pessoas associadas que

---

<sup>157</sup> O Polocentro foi um programa do Governo Federal que tinha como objetivo apoiar os cafeicultores de diversas regiões. Era um programa de estudos de melhoria do solo para aumento da produtividade do café. Este programa, segundo o anuário da cidade foi “*implantado em Patrocínio e região do Cerrado Mineiro, na gestão do governador Rondon Pacheco e do Secretário de Estado de Agricultura, Alysson Paulinelli o Programa Polocentro (...) Através dessas ações iniciou-se a exploração do cerrado em Patrocínio (...) tendo como destaque o cultivo de café*”. Anuário de Patrocínio: Histórico, Turístico e Estatístico, 2002/2003, ano 5. Outros trabalhos refletem sobre o impacto do Polocentro nas regiões do interior de Minas Gerais. Ver: BRANDÃO, Carlos Antonio. Capital comercial, geopolítica e agroindústria. Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Minas Gerais. 1989.

<sup>158</sup> Marlene dos Reis, entrevista realizada na sede do sindicato juntamente com o seu tesoureiro Antonio Geraldo de Oliveira em 08 de abril de 2008.



contribuem com uma taxa mensal de 2% sobre o valor do salário mínimo. Aqueles trabalhadores que chegam com o intuito de trabalhar somente no período de safra e depois deixar Patrocínio não se associam ao sindicato devido ao grande rodízio de pessoas nas fazendas. No entanto para a representante do sindicato 90% desses trabalhadores têm suas carteiras assinadas, pois a legislação atual obriga a assinatura destes, independente de os trabalhadores serem temporários.

Para ela a época de safra é que mais contrata trabalhador rural onde *“teve ano que passou ai de 20 a 25.000 trabalhadores”*. Porém nem todos conseguem emprego e ficam sem lugar, alguns acabam voltando para sua cidade ou se direcionado para outras próximas. Os que chegam sem destino certo é a minoria porque a maioria vem com o agenciamento que já os direciona para alguma fazenda da região.

A prática do agenciamento é negada pelo STR, mesmo porque existe legislação<sup>159</sup> que a proíbe esse ato. A senhora Marlene alega que desconhece esse tipo de uso e que os trabalhadores são contratados especificamente em Patrocínio. Assim, quando a questionamos como são feitas as contratações ela nos responde:

*“eles (se referindo ao trabalhadores) são contratados aqui. Por que a fazenda mesmo as veis não busca, e aquele intermediário que é o gato que eles falam. A fazenda mesmo assim, não sai daqui e vai lá busca pessoas não. Porque se eles for lá ai já tem outro tipo de problema porque já vai te sai. E o que a gente gostaria que acontecesse era isso sabe, porque sai de lá com destino a propriedade certa que ele já vai, porque eles chega não fica perambulando pela cidade ai sem destino certo entendeu?”*<sup>160</sup>

A diretora do sindicato finge desconhecer que a utilização de agenciadores para a contratação de trabalhadores em outra região é algo que vem acontecendo em Patrocínio desde as primeiras colheitas. Para ela se isso acontecesse seria muito bom porque o trabalhador já sairia de sua região com destino certo. Ao fazer essa negação ela está excluindo a passagem dos trabalhadores rurais que migram para Patrocínio. Onde deveria haver apoio aos trabalhadores rurais não há, o senso comum prevalece dizendo que os que ainda não tem destino certo acabam por trazer problemas á cidade.

O STR representado pela senhora Marlene explica que como vem gente de todas as regiões acontece *“algumas coisas boas* (alteração na entonação da voz) *que traz*

<sup>159</sup> “Convenção Coletiva do Trabalho” com o período de regência de 2007 a 2009 regulariza as relações de trabalho na agricultura naquela região e proíbe o agenciamento em outros lugares. Convenção Coletiva do Trabalho, 2007/2009. Patrocínio, 20 de julho de 2007.

<sup>160</sup> Marlene dos Reis, entrevista realizada na sede do sindicato juntamente com o seu tesoureiro Antonio Geraldo de Oliveira em 08 de abril de 2008.



*benefício para a cidade, mas acontece que muita coisa rui aí também que vem.”*<sup>161</sup> Os benefícios que ela diz se referem ao renome que a cidade ganha em ter colheitas altas, conforme vem sendo divulgado pelos jornais da cidade. As coisas ruins são problemas sociais normalmente atribuídos ao crescimento populacional.

Ainda que muitos trabalhadores fiquem morando na cidade temporariamente, se distribuindo em alguns pontos específicos, a senhora Marlene trouxe a situação dos trabalhadores que somente vão à cidade para realizar os acertos. Esse é um fato que ainda não havíamos percebido e somente tomamos conhecimento através do sindicato. A senhora Marlene falou da seguinte forma:

*“tem gente que vem pra fazenda, vem colhe o café, eles fica na fazenda o mês inteiro sem vim a Patrocínio. As vez ele vem em Patrocínio no dia do acerto quando caba a colheita lá, eles vem, aquele tumulto.”*<sup>162</sup>

Não são todos aqueles que se direcionam para região de Patrocínio a procura de trabalho que têm como moradia temporária a cidade, muitos ficam na própria fazenda<sup>163</sup>. A quantidade de trabalhadores que chegam gira em torno de 25 mil<sup>164</sup> e na cidade não existe uma quantidade de casas disponíveis para tantas pessoas, desse modo, é possível que uma parte desses trabalhadores somente vá a cidade para realizar os acertos, dependendo da permissão do patrão.

Entretanto, o ato do cafeicultor oferecer um lugar dentro das fazendas de café para o trabalhador ficar não deixa de ser uma forma de o fiscal controlar os horários de início e término do trabalho e também de alimentação. Quando estão morando na fazenda eles passam a trabalhar segundo as vontades do produtor. Pouco posso dizer sobre como é o

<sup>161</sup> Marlene dos Reis, entrevista realizada na sede do sindicato juntamente com o seu tesoureiro Antonio Geraldo de Oliveira em 08 de abril de 2008.

<sup>162</sup> Marlene dos Reis, entrevista realizada na sede do sindicato juntamente com o seu tesoureiro Antonio Geraldo de Oliveira em 08 de abril de 2008.

<sup>163</sup> A legislação trabalhista e os acordos estabelecidos nas convenções proíbem que o cafeicultor a fazer uma moradia coletiva como também os barracos de lona. Essas orientações partem do Ministério do Trabalho que estabelece que *“é proibido o uso de fogareiros dentro dos alojamentos, bem como a moradia coletiva de famílias”*. *O alojamento deverá ter piso de cimento (sendo proibido o chão batido), paredes de alvenaria, madeira e o cimento, cobertura de telha, (sendo proibido o uso de palha ou lona) e janela*. In: Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista – NINTER – *Manual Básico*. Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria das Relações no Trabalho, 2000. Segundo o pesquisador Salim essas orientações são recentes, pois durante as décadas de 1970 e 1980, o que prevalecia eram alojamentos em barracas de lona e chão batido. SALIM, Celso A. *Políticas estatais e desenvolvimento agrário nos cerrados: consequências econômicas, e sociais do Polocentro*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas da UNB. Brasília, 1981.

<sup>164</sup> Dados ditos pela senhora Marlene dos Reis, que apesar de dizer que não existia uma contagem sobre a quantidade de trabalhadores que chegam à cidade, nos dá como referencia esse numero.

regime nos casos em que o trabalhador fica residindo na propriedade porque não os encontrei ou realizei entrevistas como eles, minha análise parte do que foi dito pela senhora Marlene.

Quando essa quantidade de pessoas se encaminha para a cidade para realizar o acerto eles procuram diretamente o sindicato, porém os acertos são todos realizados no NINTER<sup>165</sup>. Mesmo que não exista atuação do sindicato nos acertos a senhora Marlene qualifica esse acontecimento como um tumulto, como algo desorganizado e não como um ato de valoração do trabalhador rural. Se estes procuram o sindicato para realizar os acertos é porque querem ter seus direitos garantidos como também receber todas as rescisões.

Todos aqueles que trabalham na agricultura são assistidos pelo STR, que garante assinatura das carteiras profissionais e o cumprimento a legislação em vigor. Mesmo que muitos trabalhadores não sejam associados ao sindicato, este deve interceder nas relações trabalhistas, indo até a fazenda para fiscalizar em quais condições estão estes trabalhadores e se está sendo cumprindo o que foi acertado nos termos da “Convenção coletiva do trabalho”.

A forma como atua o sindicato nas fazendas foi descrita pelo senhor Wilson:

*“somo tudo amigo, uma família e até o povo do sindicato que foi até lá, disse: ceis tem que considera isso aqui uma família, e duro é que é.”*<sup>166</sup>

As visitas do sindicato as fazendas produtoras de café se dão no horário de trabalhado. Um grupo orienta os trabalhadores dizendo que as relações de trabalho são como relações familiares em que existem divergências, mas que elas são solucionadas no próprio meio familiar. Isso é uma tentativa de ocultar as contradições entre os trabalhadores e os cafeicultores. Quando o sindicato faz essa comparação indiretamente eles estão incutindo na mente do trabalhador a imagem de que é necessário viver em família, aceitando assim os erros, as divergências e evitando as brigas e discussões, e de certa forma aceitando os mandos e desmandos do cafeicultor que nesse caso passa a ter

---

<sup>165</sup> Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista fundado pelos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Patrocínio, Sindicato Rural, Acarpa (Associação dos Cafeicultores da Região de Patrocínio) e com apoio do Ministério do Trabalho, que em 1994. O NINTER de Patrocínio foi o primeiro núcleo instalado no Brasil e se baseia como uma alternativa para a melhoria das relações entre empregados e empregadores “através da atuação dos sindicatos”, portanto é um programa do Governo Federal instalado no interior de Minas Gerais. In: Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista – NINTER – Manual Básico. Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria das Relações no Trabalho, 2000.

<sup>166</sup> Wilson Macedo. Entrevista realizada em 15.09.2008.

um papel de “pai”. Assim, essa comparação faz com que a pessoa trabalhe com um ar de harmonia e homogeneidade, ocultando as contradições.

Apesar dessa comparação, os trabalhadores alegam que existe um possível conluio entre o cafeicultor e o sindicato. Essa é uma denúncia feita pelo senhor Wagner, ao ser questionado se existe alguma retaliação dos cafeicultores ao trabalhador ele respondeu o seguinte:

*“a pessoa leva nu pau, na... na justiça, a aqui eles (se referindo ao sindicato) apóia o fazendeiro e não o trabaiaado, e se nós fô em Patos de Minas ou em Coromandel (silencio) ai já da certo”* <sup>167</sup>

*Janaina: e você já levou algum patrão na justiça?*

*Wagner: “nunca na minha vida, ate hoje. E num pretendo porque num compensa, agente suja o nome da gente.”*

*Janaina: por quê?*

*Wagner: “num consegue trabaia... num consegue trabaia... num consegue trabalha mais. Igual minha cunhada levou no pau lá o povo do Zé, agora nunca mais ela vai entra lá dentro... num consegue trabaia!”*

A entrevista do senhor Wagner reflete sua incompreensão e indignação e ao mesmo tempo registra uma denúncia que se relaciona tanto com o sindicato quanto com os cafeicultores. Ele diz que os trabalhadores da cafeicultura que não concordam com os acertos no final da colheita e levam o cafeicultor na justiça trabalhista não conseguem mais trabalho na região de Patrocínio. Sua narrativa é uma denúncia dos atos indevidos praticados pelo contratante que, além de não contratar mais o trabalhador, evita que ele seja contratado por outro cafeicultor, excluindo esse sujeito que sobrevive da venda de sua mão-de-obra. Sem poder trabalhar ele provavelmente passará por dificuldades financeiras que irá interferir no seu modo de vida.

Apesar da denúncia feita pelo senhor Wagner os trabalhadores encontram oportunidade em outras cidades. Entretanto, aquele sujeito que não consegue sair da região não conseguirá ter trabalho nas lavouras de café, ficando para ele a opção de trabalhar na cidade, onde nem sempre encontrará serviço.

A questão da atuação do sindicato também é refletida pelo senhor Wagner ao dizer que no lugar de ajudar os trabalhadores o sindicato apóia os fazendeiros. Ele faz uma crítica a essa instituição, mas não se pode atestar a veracidade de que o sindicato

---

<sup>167</sup> Wagner Junior. Entrevista realizada em Patrocínio na data de 20/11/2004.

atua mais para os cafeicultores do que para os trabalhadores, o que se sabe é que o sindicato oferece alguns serviços aos seus associados.

O senhor Wagner repete várias vezes que “*num consegue trabaia... num consegue trabaia... num consegue trabaia mais*” num sentido de revolta. Por mais que o trabalhador seja correto com seus afazeres no sentido de colaborar com o patrão, no momento que ele decide procurar a justiça é certo que ficará desempregado. Isso provavelmente faz o senhor Wagner sentir raiva dos cafeicultores que agem dessa forma, tratando-os com desdém e não como um trabalhador que tem direitos reconhecidos por lei. O exemplo que ele traz da sua cunhada é significativo porque representa a “ameaça” que virou realidade, ela é um tipo de exemplo para que os outros trabalhadores não façam o mesmo.

Diferente do senhor Wilson que traz uma visão positiva do sindicato, como aquele membro que vai às fazendas e diz que todos são uma família, o senhor Wagner deixa transparecer um sentido contraditório. Para ele o órgão que deveria apoiar o trabalhador não o faz e deixa os cafeicultores não contratarem mais aqueles que procuraram resolver seus problemas na justiça. Dessa maneira, percebi que de alguma forma existe uma represália contra alguns trabalhadores rurais.

Além dos problemas apontados pelos trabalhadores com relação à atuação do sindicato, existem outros como a falta de emprego durante o período de entressafra. Para o senhor Wagner nesse período existe algumas tarefas como:

*“diária, diária de capina, diária de brotação, diária da arruação, pá começa o café de novo. Tem adubação, a pessoa joga o adubo, tem aquele que vai começa plantação, pá planta otros tipo de muda”*<sup>168</sup>

Para aqueles que residem na cidade é possível encontrar trabalho na cafeicultura durante período entressafra, mas não são todos que o conseguem, é preciso ter aprovação do cafeicultor para frequentar a fazenda fora da época da safra. Quando os trabalhadores conseguem essa aprovação passam a ser indiretamente funcionários da fazenda. São considerados funcionários indiretos porque não possuem carteira assinada, no entanto, eles vão todos os anos fazer o serviço de capina nas fazendas, como é o caso do senhor Joaquim que entrevistei quando tinha acabado de realizar um desses serviços. Ele disse o seguinte:

---

<sup>168</sup> Wagner Junior. Entrevista realizada em Patrocínio na data de 20/11/2004.

*“a diária é tanto que o serviço nosso cabo quinta-feira passada, a gente via acerta depois de amanhã, ainda ficamos cinco dias lá. Inclusive nessa fazenda a gente já vai por quarto ano direto”<sup>169</sup>*

É necessário que o homem do campo se adapte a cidade e a cidade a ele, dessa forma temos a cidade como um espaço onde as diferenças se evidenciam, e onde o homem do campo se transforma em trabalhador do campo e em alguns momentos trabalhador da cidade. O trabalho na cafeicultura é tido como um trabalho fixo e as atividades na cidade são consideradas como trabalho temporário, pois este último será exercido em momentos distintos.

O espaço urbano da cidade é compreendido como “instituído a partir das experiências de seus próprios habitantes [...] percebendo que existe uma relação de interação entre o fazer-se dos trabalhadores e o fazer-se da própria cidade”<sup>170</sup> e como um misto de viveres e sentidos. Partindo desse suposto, penso as experiências dos sujeitos sociais a partir da sua relação com a cidade, por isso a cidade se faz neles e eles se fazem na cidade.

O trabalho no espaço da cidade é algo temporário e momentâneo, ele não se torna base da renda desses sujeitos, é como se fosse um “bico” algo que irá suprir as necessidades desses sujeitos por um determinado momento que é a entressafra. Os trabalhadores rurais que conseguem se fixar numa fazenda para fazer o trabalho de capina dificilmente recorre ao trabalho na cidade, aqueles que não possuem essa oportunidade não deixam de exercer um trabalho, porém somente o conseguem na cidade.

A prática de empregar o trabalhador rural que mora na cidade em serviços temporários na região é algo que vem acontecendo há aproximadamente 20 anos, tanto que está incorporada na realidade da cidade de Patrocínio. As formas de se viver nesse espaço de tempo entre o final da colheita e o início da próxima são sentidas de forma diferente pelo cafeicultor e pelo trabalhador. Para o trabalhador existem duas alternativas: ficar e trabalhar na cidade ou procurar outra região e no caso dos migrantes voltarem para sua cidade de origem.

<sup>169</sup> Joaquim de Souza Junior de 29 anos entrevista realizada em sua residência em Patrocínio, juntamente com sua esposa Graciele de Fátima Martins Souza de 25 anos em 15.05.2008.

<sup>170</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Urgate. *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925)* In: Projeto História 16. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do departamento de História da PUC/SP. São Paulo: EDUC, 1998.

Independente de qual destas escolhas o trabalhador é levando a tomar ele permanece na sua condição de trabalhador e atuante a cotidiano da cidade. A sua escolha é marcada pelas suas experiências enquanto trabalhadores, ou seja, enquanto classe constituída. E para compreendemos essa relação trazemos o pesquisador Thompson<sup>171</sup> que esclarece as noções de experiência e consciência de classe:

*[...] A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparecer como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe.*<sup>172</sup>

Quando o trabalhador que saiu de sua cidade decide se irá permanecer em Patrocínio, ou se vai para outra região, ele o faz a partir da forma como experimentou o trabalho naquele período e a partir da consciência de classe. O mesmo acontece quando ele escolhe trabalhar na cidade ao invés de sair para procurar trabalho em outros tipos de serviço no campo.

Ficar em Patrocínio significa um ato consciente da mesma forma que sair, tanto o ficar como o sair está sendo determinado pela sua experiência socialmente vivida. Ao ficar na cidade ele tem a idéia de que os serviços disposto são aqueles relacionados a construção civil, essa consciência é adquirida ao longo dos tempos, pois está impregnada em valores e tradições que são transmitidos historicamente. Sair da cidade significa que este trabalhador passará por um momento que em ficará longe de sua família e em contato com outros sistemas de valores.

Esse sentido também pode ser aplicado para aqueles trabalhadores que migram para Patrocínio. A forma a migração é feita por uma série de motivos que foram de determinados ao longo de sua experiência enquanto trabalhador migrante. As decisões de cada sujeito não são tomadas independentemente da classe social, mas estas escolha são relacionadas a diversos fatores significativos para cada um dentro do processo de formação do social.

A cidade como espaço da diversidade e onde as contradições se explicitam “oferece” serviços que serão temporários. Os trabalhadores denominam essas atividades como sendo uma alternativa, como diz a senhora Graciele:

<sup>171</sup> THOMPSON, E. P. Prefácio. In: *A Formação da Classe Operária Inglesa I. A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2004.

<sup>172</sup> Idem. Idem. Pp. 10.

*“só lembra da colheita, aí não preocupa na época da diária, né. Fora da colheita aí cê tem outra alternativa, trabalha em outro serviço ou na diária ou di... di... servente, essas coisa aqui tem muito”<sup>173</sup>*

Segundo ela muitos trabalhadores não se preocupam com o período de entressafra e esquecem que durante alguns meses ficarão sem a renda que o café proporciona. A perspectiva compartilhada é de que o trabalho a ser procurado é a diária, ou seja, a capina, a preparação do solo com insumos ou mesmo a limpeza das ruas de café. Para outros o que resta é a alternativa de trabalhar como servente ou pedreiro na cidade. Mesmo que este trabalho não seja tão rentável como a colheita, ele mantém as despesas básicas do volante até dar início a uma nova safra.

Ao se iniciar a colheita o emprego na cidade é passado para segundo plano, sendo a preferência dos volantes ficarem na “panha” do café. Nesse período a cidade fica com déficit de mão-de-obra na construção civil, evidenciando que as formas de se trabalhar na cidade se relacionam com as formas de se trabalhar no campo.

Muitos volantes têm a consciência de seu poder enquanto trabalhadores rurais, assim eles criam formas de enfrentamento, maneiras de não aceitar todos os desígnios do cafeicultor. Quando questionamos o senhor Wagner sobre como fazem quando não aceitam o valor pago pela quantidade de café colhido eles nos dizem:

*“Varia né, vai pulando as fazenda, o que tive ganhado mais vai. Que tá ganhado menos tem que cai fora.”<sup>174</sup>*

A maneira de o trabalhador lutar contra os mandos do produtor é escolher qual fazenda trabalhar. Ele tem consciência do seu poder de decisão e quando ele muda de uma fazenda para outra esta indiretamente dizendo que é contra as determinações do produtor. A troca do espaço de trabalho é a resposta dada às adversidades e aos impedimentos colocados por alguns produtores de café pelos seus atos eles demonstram que a não aceitação é uma forma de luta, eles não são obrigados a trabalhar sobre uma pressão ou em um lugar que não os satisfazem.

Existem varias histórias dentro de uma mesma cidade, Patrocínio é atualmente um dos grandes produtores de café do Alto Paranaíba, mas dentro dessa afirmação são construídas memórias diversas, como destes trabalhadores, que aos poucos sendo

<sup>173</sup> Graciele de Fátima Martins Souza de 25 anos entrevista realizada em 15/05/2008.

<sup>174</sup> Wagner Junior. Entrevista realizada em Patrocínio na data de 20/11/2004.

negligenciada e apagada, no lugar entra a história da produção café como fruto somente da fertilidade da terra e não das pessoas que trabalham nesta terra.

Procurei ao longo deste capítulo refletir sobre as práticas desses trabalhadores rurais, que estão vinculados a cidade de Patrocínio. O emprego na cafeicultura oferecido de tempos em tempos e que aos poucos foi se transformando para todos eles em garantias de ter a casa própria, de ter carro, de ter aposentadoria. Motivos esses que também movem todos os anos uma quantidade significativa de pessoas para a colheita. A presença desses trabalhadores em Patrocínio mudou não apenas as relações de trabalho na cafeicultura, mas a própria dinâmica social da cidade.



## Considerações finais

Quando comecei a refletir sobre os trabalhadores rurais da cafeicultura procurava percebê-los somente no espaço do trabalho, mas ao longo da pesquisa minhas intenções foram se transformando. Trabalhar na colheita do café representava não somente uma “forma de emprego”, mas todo um modo de viver. O trabalho nas lavouras, que para muitos é temporário, é tido pelos trabalhadores como permanente. É pelo ciclo da cafeicultura que eles ajustam seu modo de viver. Assim o viver e o trabalhar se misturam.

Procurei então na escrita da dissertação explicitar como as práticas destes trabalhadores se transformaram ao longo do processo histórico. Como pesquisadora não tenho a intenção de trazer explicações fechadas, mas o que está escrito aqui foram as respostas encontradas para as minhas indagações.

O questionamento do termo “cidade do café” dado a Patrocínio pelos órgãos municipais foi o primeiro passo para chegar aos trabalhadores rurais. Minha curiosidade estava em saber quem eram as pessoas que trabalhavam nas lavouras, porque não eram reconhecidas? Onde estavam? O que faziam? Tantas questões foram postas, algumas respondidas e outras ainda estão em aberto. A conclusão desse trabalho foi a resposta encontrada para algumas questões que me angustiavam.

Compreender os modos de viver dos trabalhadores rurais da cafeicultura em Patrocínio foi acima de tudo uma maneira de conhecer tantas pessoas que vivenciam constantemente as dificuldades de ter um trabalho marcado pela sazonalidade. Para trabalhadores que moram nesta cidade os problemas enfrentados são demarcados pelas modificações no campo, enquanto para aqueles que são de outras cidades está também o constante deslocar. Migrar significam muito mais que sair e chegar, ele representa uma decisão que foi tomada mediante fatores importantes como o desemprego, as mudanças no campo com a utilização de colhedadeiras, um ato de negação. A vida daquele sujeito que escolhe como estratégia de sobrevivência experimentar esse deslocar é marcada pela inconstância.

Muitos trabalhadores consideram o período da colheita do café como um momento de prosperidade, através do dinheiro conseguido com a safra eles irão realizar

sonhos como a compra da casa própria ou de um carro. Para os trabalhadores que não moram em Patrocínio os sonhos são outros como a aposentadoria. Compreendo que o trabalho no campo tem diversos sentidos que vão mudar de acordo com cada pessoa entrevistada. Assim esse trabalho não é simplesmente a lida na “roça”, mas faz parte de todo um modo de viver.

As entrevistas e conversas informais com os trabalhadores me levaram a perceber como as transformações no campo interferem nos modos de viver destes que ao poucos vão sendo modificados, sendo necessário que estes reorganizem suas vidas a partir das transformações. Percebi através da reflexão sobre as entrevistas que entre os trabalhadores não existem dificuldade de convivência, mas um trabalhador em especial chamou a minha atenção: o agenciador, ou “gato”.

A presença dele nas narrativas dos trabalhadores rurais é constante, a atuação dos agenciadores acontece à longa data em Patrocínio. Todavia, o conhecimento que tenho sobre o trabalho do “gato” se deu a partir das falas dos trabalhadores rurais. O gato possui um contrato de trabalho diferente dos outros, portanto optei por não entrevistar essa categoria de trabalhador.

A temática sobre o agenciamento foi significativa porque me levou a perceber quais eram os meios que os cafeicultores utilizavam para contratar os trabalhadores rurais. Entretanto, outras temáticas não foram abordadas pelos trabalhadores, ou mesmo constavam em outras fontes como o jornal. Questões como greve não foi apontada, mas isso não significa que não existiam manifestações de protesto. Estas eram feitas cotidianamente, nos atos dos próprios trabalhadores.

As maneiras como eles se relacionam com a cidade que os acolhe, seja temporário ou permanente, foi importante, pois passei a perceber a cidade como reflexo dos seus moradores. São eles que irão dar características especiais à cidade. Patrocínio torna-se importante não pela sua produção de café, mas pelos trabalhadores que sobrevivem da colheita do café porque sem eles essa produtividade não seria alcançada.

Além do trabalho com fontes orais, outra fonte foi de fundamental importância para compreender como estão postas relações sociais em Patrocínio: trabalhar com o jornal foi algo novo que me levou a perceber como publicações de acontecimentos na cidade estavam construindo e cristalizando uma memória, que acabaria tornando-se a história oficial do município.

Nessa construção oficial da história a presença dos trabalhadores rurais é negligenciada e ocultada, ficando para o leitor do jornal a idéia de que a produtividade

de cafeicultura advém da terra, e não das pessoas que trabalham a terra. A produtividade apresentada no jornal estava sempre relacionada com a presença dos primeiros cafeicultores que estavam sendo tratados como “pioneiros”, essa afirmação do jornal me levou a questionamentos sobre onde estavam esses trabalhadores enquanto os primeiros chegavam?

A partir da reflexão das narrativas percebi que os trabalhadores chegaram juntamente aos produtores e que eles se faziam presentes desde o início da cafeicultura em 1970. Então porque não apareciam nas páginas dos jornais? O jornal como parte constituinte do social não deveria demonstrá-los? Essas eram algumas dos meus questionamentos sobre o jornal. À medida que essa fonte era refletida da luz de pesquisadores<sup>175</sup>, compreendi que a intenção do jornal não era evidenciar a presença do trabalhador da cafeicultura, mas somente demonstrar as “vantagens” de ser uma região produtora de café.

O trabalhador rural não se fazia presente nas páginas do jornal, mas estava nos espaços da cidade, com as narrativas percebi que eles se apresentam como participantes da construção dessa cidade e não como personagens, como modo de produção. Refletir sobre essas práticas me possibilitou compreender como o trabalho destes sujeitos levou a transformações significativas em uma cidade do interior de Minas Gerais.

---

<sup>175</sup> Para utilizar o jornal como fonte, precisei ler alguns trabalhos que refletiam sobre o papel do jornal dentro do social. Para isso ver: BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. Sobre História: Imprensa e Memória. MACIEL; ALMEIDA; KHOURY (org). *Outras História: Memórias e Linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006. BARBOSA, Marialva. *História Social da Imprensa – Brasil (1990-2000)*. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0085-3.pdf>> Acesso em 17, out., 2009.

## Fontes

Senhora Marlene dos Reis, diretora do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Patrocínio. Entrevista realizada na sede do sindicato no dia 08 de abril de 2008.

Senhor Antônio Geraldo de Oliveira, tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Patrocínio. Entrevista realizada conjuntamente com a da senhora Marlene na mesma data.

Senhora Maria de Fátima Machado Almeida, representante da Casa da Cultura, órgão que pertence a Prefeitura Municipal de Patrocínio. Entrevista realizada em sua sala na Casa da Cultura no dia 12 de junho de 2008.

Senhor Joaquim Correia Machado Filho, proprietário do Jornal de Patrocínio. Entrevista realizada na sala de espera do Jornal no dia 12 de junho de 2008.

Senhora Alaíde Souza Quadros, 59 anos. Natural de Malacacheta em Minas Gerais, mudou-se para o Paraná ainda quando pequena com os pais. No início dos anos 1990 mudou-se em definitivo para Patrocínio junto com sua família. Trabalha nas lavouras de café aproximadamente 20 anos. Entrevista realizada na casa de sua filha Irani em Patrocínio no dia 19 de maio de 2008.

Irani Fernandes de Quadros, 25 anos. Natural do Paraná mudou-se com família para Patrocínio. Começou a trabalhar com 13 anos. A entrevista foi realizada junto com sua mãe Alaíde, em sua residência no dia 19 de maio de 2008.

Joaquim de Souza Junior, 29 anos. Natural da cidade de São João da Ponte em Minas Gerais. Mora em definitivo a cerca de 10 anos em Patrocínio. Na sua cidade de origem trabalhava como “ambulante” ficou sabendo pelos “gatos” que havia trabalho em Patrocínio nas fazendas de café que poderia aumentar sua renda. Decidiu migrar, buscando uma possível melhora de vida. Fez o trajeto uma vez e na segunda voltou para buscar a esposa. Entrevista realizada em sua residência no dia 19 de maio de 2008.

Graciele de Fátima Martins Souza, 25 anos, casada com Joaquim de Souza Junior. Também natural de São João da Ponte em Minas Gerais. Acompanhou o esposo para Patrocínio e também começou a colher o café. Eles possuem atualmente 3 filhos pequenos. Entrevista realizada em sua residência no dia 19 de maio de 2008.

Senhor Wilson Macedo, 57 anos. Natural da cidade de Nova Esperança no Paraná. Há cerca de 18 anos sai da sua cidade com destino único para Patrocínio. Esse trajeto se

repete todos os anos no período de colheita, que vai de março ou abril até outubro. Sempre trabalhou no campo, em sua cidade trabalha na colheita de laranja e em Patrocínio no café. É casado, mas sua esposa não o acompanha, ela trabalha na sua cidade de diarista. Entrevista realizada no bar que em este senhor vai após o dia de trabalho, no dia 15 de setembro de 2008.

Wagner Junior, 26 anos. Natural e residente de Patrocínio trabalhava no café desde os 15 anos de idade. Deixou o trabalho na cafeicultura e está registrado em uma empresa. Entrevista realizada em sua residência no dia 20 de novembro de 2004.

Senhora Zélia Alves de Jesus, 52 anos, viúva, residente e natural de Patrocínio. Atualmente não está trabalhado na colheita do café desde 2000. Entrevista realizada em 31/10/2004.

Adriana Batista Silva Fernandes, 24 anos, casada, reside em Patrocínio. Natural de Minas Sul, no estado de Goiás. Não trabalhar nas lavouras desde o nascimento do seu filho de 8 anos. Entrevista gravada em sua residência juntamente com seu marido Wagner em 20/11/2004.

Senhora Maria Elias Pereira, 80 anos, viúva. É residente da cidade de Patrocínio há 43 anos e possui um bar há 23 anos no mesmo local. É natural de Silvano, um distrito de Patrocínio. Em seu bar encontrei o senhor Wilson após o dia de trabalho. Entrevista realizada em 03/12/2009 em seu bar.

## **Periódicos**

Jornal de Patrocínio. Ano II – 31 de maio de 1975. N° 98.

Jornal de Patrocínio. Ano III – 23 de agosto de 1975. N° 110.

Jornal de Patrocínio. Ano III – 18 de outubro de 1975. N° 118.

Jornal de Patrocínio. Ano IV – 17 de janeiro de 1976. N° 129.

Jornal de Patrocínio. Ano IV – 24 de janeiro de 1976. N° 130.

Jornal de Patrocínio. Ano IV – 6 de março de 1976. N° 135.

Jornal de Patrocínio. Ano IV – 14 de agosto de 1976. N° 158.

Jornal de Patrocínio. Ano IV – 14 de maio de 1977. N° 194.

Jornal de Patrocínio. Ano VI – 11 de junho de 1977. N°198.

Jornal de Patrocínio. Ano V – 10 de setembro de 1977. N° 211.

Jornal de Patrocínio. Ano V - 14 de outubro de 1979. N° 262.

Jornal de Patrocínio. Ano VI – 27 de janeiro de 1979. N° 274.

- Jornal de Patrocínio. Ano VIII – 21 de junho de 1980. N°340.
- Jornal de Patrocínio. Ano VIII – 28 de junho de 1980. N° 341.
- Jornal de Patrocínio. Ano VIII – 19 de julho de 1980. N°344.
- Jornal de Patrocínio. Ano IX– 25 de julho de 1981. N°394.
- Jornal de Patrocínio. Ano X – 08 de janeiro de 1983. N°467.
- Jornal de Patrocínio. Ano XI – 23 de julho de 1983. N°495.
- Jornal de Patrocínio. Ano XII – 23 de agosto de 1984. N°552
- Jornal de Patrocínio. Ano XII – 23 de fevereiro de 1985. N°578.
- Jornal de Patrocínio. Ano XIII – 20 de julho de 1986. N°599.
- Jornal de Patrocínio. Ano XIII – 17 de agosto de 1985. N°603.
- Jornal de Patrocínio. Ano XIII – 21 de setembro de 1985. N°608.
- Jornal de Patrocínio. Ano XIII – 05 de outubro de 1985. N°610.
- Jornal de Patrocínio. Ano XIII – 09 de novembro de 1985. N°615.
- Jornal de Patrocínio. Ano XIII – 25 de janeiro de 1986. N°625.
- Jornal de Patrocínio. Ano XIII – 01 de março de 1986. N°630.
- Jornal de Patrocínio. Ano XIV – 21 de junho de 1986. N°646.
- Jornal de Patrocínio. Ano XIV – 07 de março de 1987. N°682.
- Jornal de Patrocínio. Ano XIV – 14 de março de 1987. N°683.
- Jornal de Patrocínio. Ano XV – 26 de março de 1988. N°735.
- Jornal de Patrocínio. Ano XVI – 18 de junho de 1988. N°746.
- Jornal de Patrocínio. Ano XVI – 27 de janeiro de 1989. N°777.
- Jornal Correio de Uberlândia. Ano 65 – 09 de setembro de 2003. N° 19.567
- Jornal o Tempo de Belo Horizonte - Quarta-feira - 13-09-2000.
- Cartilha do Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista. 20 Experiências da Gestão Pública e Cidadania. Versão em Pdf. 1999
- Anuário de Patrocínio: Histórico, Turístico e Estatístico, 1999, ano 3.
- Publicação da Prefeitura Municipal: Diagnostico do Municipal. 1982.
- Convenção Coletiva do Trabalho, 2007/2009. Cartilha do Sindicato do Trabalhador Rural e do Sindicato dos Cafeicultores. Patrocínio, 20 de julho de 2007.
- Estatuto da Criança e do Adolescente. 3° ed. - Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.
- Panfletos da “Acarpa” e “Café do Serrado”
- Informativo Acarpa. Associação de Cafeicultores da Região de Patrocínio. Outubro de 2008. Ano IV. N°41.

Texto produzido pela Secretaria de Ação Social denominado “A cidade e a Habitação” para a apresentação na 1ª Conferência Municipal das Cidades, sem data determinada.

Carta sindical doada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Patrocínio em 16.05.2008

### **Sites**

Estatuto do Trabalhador Rural

<[www.loveira.adv.br/material/agrario/agrarioestatuotrabalhador.doc](http://www.loveira.adv.br/material/agrario/agrarioestatuotrabalhador.doc)>

História da COHAB

<<http://www.cohab.mg.gov.br>>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

< <http://www.ibge.gov.br> >

Associação dos Cafeicultores da Região de Patrocínio

<<http://www.acarpa.com.br>>

Instituto Brasileiro de Café

<<http://www.sede.embrapa.br/cafe>>

Complexo Alto Cafezal

<<http://www.altocafezal.com.br>>

Prefeitura Municipal de Patrocínio

<<http://www.patrocinio.mg.gov.br>>

## Referências Bibliográficas

ANTICO, Cláudia. Por que migrar? In: PATARRA, Neide e outros (org). *Migrações, condição de vida e dinâmica urbana*: São Paulo, 1980-1993. Campinas, SP: Unicamp. 1997.

BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. Sobre História: Imprensa e Memória. MACIEL; ALMEIDA; KHOURY (org). *Outras Histórias: Memórias e Linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

BARBOSA, Marialva. *História Social da Imprensa – Brasil (1990-2000)*. Disponível em:<<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0085-3.pdf>>. Acesso em: 17/10/2009.

\_\_\_\_\_. *Como escrever uma história da imprensa?* Disponível em:<<http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/artigos/1243.html>>. Acesso em 17/10/2009.

BECKER, Olga Maria Schil. Mobilidade Espacial da População: Conceitos, Tipologia, Contextos. In: CASTRO, J. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L (org). *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro; Brustand Brasil, 1997, p. 319-363.

BRANDÃO, Carlos Antonio. *Capital comercial, geopolítica e agroindústria*. Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. 1989.

BRESCIANI, Maria S. Cidade e história. In: OLIVEIRA, Lúcia L. (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 17-35.

CARMO, Maria Andréa Angelotti. *Lavradores de sonhos: Saberes e (des) caminhos de trabalhadores volantes. 1980-2000*. São Paulo: Editora da Puc, 2006.

D'INCAO, Maria Conceição. *O bóia-fria: acumulação e miséria*. Vozes, Petrópolis/RJ. 1978.

\_\_\_\_\_. *Qual é a questão do bóia-fria?* São Paulo: Brasiliense. 1984

FENELON, Déa Ribeiro. Apresentação. In: MACIEL; ALMEIDA; KHOURY (org). *Outras Histórias: Memórias e Linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

\_\_\_\_\_. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? *História e Perspectiva*. Revista dos Cursos de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, EDUFU, n. 6, p. 5-23, 1992.

\_\_\_\_\_. Introdução. *Cidades*. São Paulo: Olho D'água: PUC/Programa de Estudos Pós-Graduados em História, 1999. p. 5-13.



\_\_\_\_\_. CRUZ, Heloisa Faria. PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Introdução. In: FENELON; MACIEL; ALMEIDA; KHOURY (org). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

FERREIRA, Rômulo Gama. *Agricultura Familiar e Inovações Tecnológicas: Impactos sobre as ocupação e o êxodo rural nas microrregiões de Patos de Minas e Patrocínio – MG*. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Economia. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2004.

GONZALES, Elbio N. BASTOS, Maria Inês. O trabalho volante na agricultura brasileira. In: *Capital e Trabalho no campo: Estudos sobre bóias-frias, acumulação capitalista, salário e trabalho feminino*. 2. ed.. Coleção Estudos Brasileiros 7. 1979

HOBBSAWM, Eric. A história de baixo para cima. In: \_\_\_\_\_. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. O sentido do passado: Da história social à história da sociedade. In: \_\_\_\_\_. *Sobre História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 22-35; p. 83-105.

KHOURY, Yara Aun, *Narrativas Orais na investigação da historia social*. In: Revista Projeto Historia 22. Historia e Oralidade. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Historia e do Departamento de Historia da PUC. São Paulo: EDUC, 2001.

\_\_\_\_\_. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON; MACIEL; ALMEIDA; KHOURY (org). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

LUCENA, Célia T. *Artes de lembrar e de inventar: (re)lembranças de migrantes*. São Paulo: Arte e Ciência, 1999.

MAIA, Cláudia de Jesus. *Lugar e Trecho: migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha*. Unimontes. Montes Claros. 2004.

MICHELOTO, Antonio Ricardo. *Trabalho volante e reprodução capitalista: Um estudo sobre bóias-frias de Tupaciguara- MG*. Dissertação de Mestrado. Piracicaba – São Paulo. 1980

NETO, Wenceslau Gonçalves. *Agricultura e Política Agrícola na década de 70: A cafeicultura em Araguari, MG*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 1983.

\_\_\_\_\_. Wenceslau Gonçalves. *Estado e Planejamento: A agricultura nos planos de Governo no Brasil (1960-1980)*. In: *Revista História & Perspectiva*. Questão da Terra e Modernização da Agricultura. Revista dos Cursos de História. Universidade Federal de Uberlândia. Nº 10. Jan/Jun.1994. pp 81-107.

OLIVEIRA, Célia Regina Gomide de. *Os Bóias - frias no café: Greve em Araguari-MG*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 1986.

PINHEIRO, Maria Luiza Urgate. A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925) In: *Projeto História 16*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do departamento de História da PUC/SP. São Paulo: EDUC, 1998.

PIETROCOLLA, Luci Gati. *O que todo cidadão precisa saber sobre a sociedade do consumo*. São Paulo: Global. 1986.

PORTELLI, Alessandro. O momento de minha vida: Funções do tempo na História Oral. In: FENELON; MACIEL; ALMEIDA; KHOURY (org). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

RONCAYOLO, Marcel. *Cidade*. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Região. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986. v 8, p. 396-487.

SABÓIA, Lucia Helena F. *O mundo do Volante: Trabalhadores Rurais de Cravinhos, SP*, 1974. Dissertação de Mestrado. Unicamp. 1978.

SALIM, Celso A. *Políticas estatais e desenvolvimento agrário nos cerrados: consequências econômicas, e sociais do Polocentro*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas da UNB. Brasília, 1981.

SANTOS, Janaina Jácome. *Vida e Trabalho na Cafeicultura no município de Patrocínio*. Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2005.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Efeitos Sociais da Modernização da Agricultura. In: *História & Perspectiva*. Questão da Terra e Modernização da Agricultura. Revista do Curso de História. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, nº 10. Jan/Jun. 1994. Pp. 45-59.

SANTOS, Marina de Souza. *Memórias, trajetórias e viveres: a experiência de ser nordestino(a) em Dourados-MS (1940-2002)*. 2003. Dissertação (Mestrado em História)-Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

SEIXAS, Jacy A. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: Bresciani, Stella. Naxara, Márcia (Org.). *Memórias e (res)sentimentos: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001, pp. 37-58.

\_\_\_\_\_. “Halbwachs e a memória-reconstrução do passado”, *História*, São Paulo: Ed. Unesp, n.20, 2001, pp. 93-108.

SILVA, Dalva Maria de Oliveira. *Memória: Lembranças e esquecimento*. Trabalhadores nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro nas décadas de 1950 e 60. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação da Puc. São Paulo. 1997

SOUZA, Alcione de. *Imigrantes Paranaenses: Um refazer de práticas e representações* Patrocínio-MG (1980-2000). Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2005. P.p. 100.

THOMPSON. E.P. O Termo Ausente: Experiência. In: \_\_\_\_\_. *A miséria da teoria ou um planetário de erros, uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: *Costumes em Comum*. \_\_\_\_\_. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: *A Formação da Classe Operária Inglesa I. A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_. Consciência de Classe. In: \_\_\_\_\_. *A formação da Classe Operária Inglesa*. 3. ed. Volume III. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

THOMSON, Alistair. *Histórias (co)movedoras: História oral e estudos de migração*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>>. Acesso em: 29, ago., 2009.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

VIRILIO, Paul. Os motores da história. In: ARAÚJO, Hermetes Reis (Org.). *Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 127-148. Entrevista concedida a Hermetes Reis Araújo

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: Na história e na literatura*. Companhia das letras. São Paulo, 1989.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. 3. ed. Paz e Terra. 2008.

ZANETTI, Lorenzo. Núcleo de Intersindical de Conciliação Trabalhista. *20 Experiências da Gestão Pública e Cidadania*. Versão em Pdf. 1999.